

# **Influência dos movimentos feministas latino-americanos nas políticas públicas sociais e de gênero no Mercosul no século XXI**

**Alex Ornelas Mendes da Silva**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Relações Internacionais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Catarina Sales Oliveira

**Setembro de 2020**

**Folha em branco**

## **Resumo**

Neste estudo pretendemos analisar como os movimentos feministas dos Estados latino-americanos, nomeadamente os países do eixo-sul da América Latina, têm contribuído para as políticas sociais e de gênero no Mercosul. Com o objetivo de compreender se os movimentos sociais em torno das pautas feministas têm se mostrado um fator de influência para as políticas de igualdade de gênero nos países que compõem o eixo, analisamos o feminismo inicialmente pela perspectiva teórica para, em seguida, nos debruçarmos sobre o impacto de suas atividades em movimentos sociais, ONGs e sindicatos da região.

A pesquisa contará com o suporte de Atas e documentos oficiais do Mercosul como forma de identificar se, e como, os movimentos feministas contribuíram para as mudanças das políticas públicas relacionadas à gênero.

## **Palavras-chave:**

Feminismo; Gênero; Mercosul; Políticas Públicas.

**Folha em branco**

# **Abstract**

In this study, we seek to analyze how the feminist movements of Latin American states, namely the countries of the south axis of Latin America, have contributed to social and gender policies in Mercosur. In order to understand whether the social movements around feminist agendas have been shown to be an influencing factor for gender equality policies in the countries that make up the axis, we analyze the feminism initially from a theoretical perspective and then look at the impact of its activities on social movements, NGOs and unions in the region.

The research will be supported by Minutes and official Mercosur documents as a way of identifying whether, and how, feminist movements have contributed to changes in public policies related to gender.

## **Keywords:**

Feminism; Gender; Mercosur; Public Policy.

**Folha em branco**

# Índice

Introdução .....	1
1. Feminismo nas Relações Internacionais .....	7
1.1 O principal sujeito de sua análise: o gênero .....	11
1.2 Os Feminismos e seus questionamentos nas Relações Internacionais .....	14
1.3 Os críticos das metodologias feministas .....	18
1.4 As teorias feministas nas Relações Internacionais no âmbito da América Latina .....	22
2. Feminismo como movimento .....	27
2.1 As bases do feminismo latino-americano .....	32
2.2 O papel dos movimentos feministas latino-americanos no século XXI .....	45
2.3 A influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) no processo estutural de políticas públicas de igualdade de gênero na América Latina .....	54
3. Feminismo e gender mainstreaming nas organizações internacionais .....	59
3.1 A discussão de gênero ou a falta dela nas principais organizações regionais latino- americanas – Um breve relato .....	66
3.2 Movimento feminista e os mecanismos institucionais de igualdade de gênero no mercosul – ideias, objetivos e pontos alcançados .....	69
Considerações Finais .....	100



# Lista de Figuras

Quadro I - What are we trying to change? .....	65
Quadro II – Normativas MERCOSUL sobre gênero onde se referem ações de cooperação intra MERCOSUL. Período 2005-2015 .....	85
Quadro III – Fatores explicativos e fatores agravantes da Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres (VDFM) .....	99



## Lista de Tabelas

Tabela I – Reformulação Feminista de Tickner .....	15
Tabela II – Os Encontros Feministas Latino-americanos e Caribe e seus Pontos .....	37
Tabela III – A interlocução dos Mecanismos Institucionais de Mulheres da América Latina com a sociedade civil .....	49
Tabela IV – O processo participativo de construção dos planos nacionais de igualdade de gênero na América Latina .....	52
Tabela V – Participação da sociedade civil nas reuniões da REM .....	78
Tabela VI – Participação da sociedade civil nas reuniões da RMAAM .....	91
Tabela VII – Dados dos Global Gender Gap Reports 2006-2002 dos países do Mercosul	92
Tabela VIII – CEPAL – Estatística de Gênero .....	97



## Lista de Gráficos

Gráfico I – Brasil: nível de instrução, segundo a raça e o sexo, 2014 .....	88
Gráfico II – Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017) .....	88
Gráfico III – Evolução do índice do Global Gender Gap 2006-2020 dos países do Mercosul .....	93
Gráfico IV – Ranking Global Gender Gap 2006-2020 dos países do Mercosul .....	94
Gráfico V – Proporção de tempo gasto com cuidados não remunerados e trabalho doméstico, segregados por sexo .....	94
Gráfico VI – Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível (Média de horas semanais .....	95
Gráfico VII – Distribuição da população ocupada segundo nível de produtividade e sexo	96
Gráfico VIII – Femicídio ou feminicídio .....	97
Gráfico IX – Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 – 2º trimestre 2020 .....	98



# Introdução

Quando nos refereremos às Relações Internacionais (RI), tradicionalmente há uma forte ligação dos seus estudos com análises das origens e motivações das guerras e as condições de paz, fortemente enraizada no século XX, principalmente por conta das duas Guerras Mundias, e ainda assim, após quase duas décadas do século XXI, seus estudos sobre força e poder continuam na agenda dos acadêmicos em RI (Smith 2013). Se após a Primeira Guerra Mundial, os acadêmicos de RI se dedicaram a analisar as causas da guerra, as lições com elas aprendidas e as consequências, assim como a prevenção de uma nova guerra a partir de uma nova ordem internacional (Burchill e Linklater 2005), para Schmidt (2013), as causas motivadoras das guerras e as justificativas para possíveis intervenções já não são mais as únicas questões que alcançam um nível alto de preocupações. O autor sugere que em um ambiente internacional muito mais dinâmico nos dias atuais, outros interesses - como as relações cooperativas entre potências hegemônicas, o papel das instituições internacionais, identificação das relações de poder globais e com quem reside o poder na política mundial, os limites e progressos no enfrentamento de problemas globais urgentes como é o caso da pobreza e da insegurança, do terrorismo ou mudanças climáticas - direcionam os estudos das Relações Internacionais (Smith 2013).

É com base nessa linha de progressos e debates acadêmicos que a disciplina de RI tem sido dividida através de sua história, com grandes debates<sup>1</sup> ou diálogos que passaram a reexaminar a compreensão de suas antigas e novas teorias (Kurki e Wight 2013). Se o primeiro debate na disciplina ocorreu no período marcado pela Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de discutir o papel das instituições internacionais e a atenuação das causas da guerra, o segundo entre tradicionalistas e os modernizadores nos anos 1960, questionavam a forma metodológica da área a partir de uma lógica humanista. Nos anos 1970 e 1980 emergiu a contestação entre realistas, pluralistas e marxistas, que divergiam sobre a melhor maneira de compreender e explicar os processos internacionais. Por fim, o chamado quarto debate, ocorrido em meados dos anos 1980 e 1990, apresentou fortes conflitos sobre o que a disciplina deveria estudar e como deveria ser estudada (Kurki e Wight 2013).

Foi durante esse processo de grandes questionamentos que o Feminismo surgiu dentro das Relações Internacionais como teoria de emancipação e revalidação das normas impostas. Sua emergência se deu através de uma série de debates ocorridos entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 e, desde então, seus estudos têm sido baseados nas

---

<sup>1</sup> De acordo com Kurki & Wight, não há um consenso sobre quantos debates existiram, mas há uma aceitação geral na literatura que permite permear os debates em quatro fases

experiências de pessoas oprimidas e marginalizadas, incluindo mulheres, com o objetivo de desafiar e revisar os conceitos fundamentais da área:

“They have interrogated gender bias inherent in rationalist ways of knowing and embeded in the core concepts and concerns of international relations, such as states, sovereignty, power, security, international conflict and global governance.”  
(True, *The Ethics of Feminism* 2008, 408)

Para Withworth, apesar da área das relações internacionais ter sido idealizada inicialmente em um campo destinado a estudar as necessidades políticas de governos e o feminismo ter surgido de uma herança de ativismo e críticas de movimento social, as feministas em RI são tão interessadas em assuntos sobre Estados, soberania e poder quanto os teóricos das relações internacionais convencionais. Segundo a autora, ambos denotam entender como o poder opera nas mais diversas instâncias, sendo a diferença entre os dois lados – o convencional e nova teoria feminista – marcada pelo fato de que o Feminismo tenta entender o poder ou a relação dele, examinando com mais ênfase a questão do gênero, algo que as correntes tradicionais excluíram (Withworth 2008).

Desse modo, as feministas em Relações Internacionais (RI) entendem que, somente com a introdução da análise de gênero nos estudos do campo será possível diferenciar e perceber o impacto do sistema estatal e da economia global nas vidas de mulheres e homens. Elas têm como objetivo mostrar que a invisibilidade e subordinação da mulher frente à política internacional é fruto da estigmatização do gênero por meio de uma série de construções sociais que descrevem o que homens e mulheres deveriam ser (Tickner e Sjoberg 2013).

Withworth atenta, porém, que é preciso distinguir e relacionar unilateralmente a teoria do Feminismo dentro do campo das Relações Internacionais como estudo possuidor de características teóricas acadêmicas e a prática do ativismo, mesmo que ambos ainda estejam intrinsecamente ligados ou, quase que unidos em uma mesma entidade:

“The variety of activism associated with feminism is paralleled by the variety of ways feminist theory has evolved, and the varieties of “feminisms” that have emerged as result” (Withworth 2008, 393)

Nesse sentido, quando referimo-nos ao feminismo ativista, podemos conceitualizá-lo como um movimento de liberação da mulher, que ao longo de sua história vem adquirindo diversas proporções, sempre gerando pensamento e ação, teoria e prática e propondo uma mudança nas relações sociais que objetiva a emancipação feminina através da eliminação das hierarquias e desigualdades entre os sexos (Gamba 2008). De um modo mais detalhista sobre o feminismo, Gamba assinala:

“También puede decirse que el feminismo es un sistema de ideas que, a partir del estudio y análisis de la condición de la mujer en todos los órdenes -familia, educación, política, trabajo, etc. (ver Estudios de género/perspectiva de género)-, pretende transformar las relaciones basadas en la asimetría y opresión sexual,

mediante una acción movilizadora. La teoría feminista se refiere al estudio sistemático de la condición de las mujeres, su papel en la sociedad y las vías para lograr su emancipación. Se diferencia de los Estudios de la Mujer por su perspectiva estratégica. Además de analizar y/o diagnosticar sobre la población femenina, busca explícitamente los caminos para transformar esa situación.” (Gamba 2008, 2)

Desde a França - quando as mulheres organizadas lançaram em praça pública seus reclames, desafiaram a história e a si próprias no questionamento à ordem estabelecida na reivindicação da igualdade e na afirmação da liberdade (Silva 2007) - até os movimentos mais energéticos a partir da metade do século XX, em um primeiro instante com mulheres da classe média, educadas e ambientadas nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise (Pinto 2010), o feminismo pode ser entendido como uma das manifestações sociais mais efetivas e longas, face seu poder de interação com outras questões de políticas globais. Seus interesses, com diferentes demonstrações práticas e em diversos contextos, são bastante diversificados e têm sido cada vez mais discutidos e analisados conforme as perspectivas globais se modificam:

“O movimento feminista está se fragmentando cada vez mais em uma multiplicidade de identidades feministas que é, para muitas feministas, a sua principal definição. [...], isso não constitui uma fraqueza sendo, ao contrário, a origem da força em uma sociedade caracterizada por redes flexíveis e alianças variáveis presentes na dinâmica de conflitos sociais e lutas pelo poder. Essas identidades são autoconstruídas, embora se utilizem frequentemente da etnia e, às vezes, da nacionalidade, para delimitar suas fronteiras.” (Castells 2018, 320)

Para Castells, a segunda metade do século XX parece manifestar-se como um período marcado por uma maior difusão dos movimentos a favor da causa feminista. O autor elenca quatro pontos que, combinados entre si, a partir da metade do século XX foram se transformando conforme a sociedade ia se transfigurando. Em um primeiro instante, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no que diz respeito ao acesso à educação; em seguida, as transformações tecnológicas realizadas nos campos da biologia, farmacologia e medicina que permitiram controle cada vez maior sobre a gravidez; o terceiro ponto, tendo como sustentação as transformações econômica e tecnológica, foi o descrédito do patriarcalismo, enfraquecido pelo desenvolvimento do movimento feminista, fruto dos movimentos sociais da década de 60. Nesse momento, o feminismo entra como elemento dissonante dos movimentos predominantemente masculinos (trabalhistas ou políticas revolucionárias), face à discriminação sexual e abusos que sofreram dentro desses movimentos masculinizados. Por último, o autor menciona a globalização e sua rápida difusão de informação e ideias em um mundo que, interligados por uma rede, rapidamente permitiu a junção de vozes, experiências e opiniões (Castells 2018).

Seguindo essa linha de reivindicações de direitos e com novas experiências do ativismo político e social do feminismo, esse redimensionamento refletiu-se também no

feminismo latino-americano, cujas práticas e movimentos se uniram à reflexões e discursos, criando um “*campo discursivo de actuación/acción*” (S. E. Álvarez 1998, 1) que, ao longo de aproximadamente dois séculos, têm tentado moldar uma teoria política das mulheres. Na última década do século XX, o feminismo na América Latina iniciou a tentativa de “*deconstruir el racismo de sus preocupaciones centrales, el heterocentrismo de su visión de los cuerpos sexuados em la organización social, y la aceptación supina de categorías de análisis provenientes de los feminismos occidentales*” (Gargallo 2007, 18). Para a autora:

“Las ideas feministas latinoamericanas han sido doblemente influidas por corrientes feministas y de liberación de las mujeres europeas y estadounidenses, y por la idea latinoamericana de que la liberación es siempre un hecho colectivo, que engendra en el sujeto nuevas formas de verse en relación con otros sujetos. Las feministas transformaron estas influencias en instrumentos aptos para explicarse la revisión que estaban –y están– llevando a cabo de las morales sexofóbicas y misóginas latinoamericanas, tanto mestizas como las de los pueblos indo y afrolatinoamericanos contemporáneos. Éstas son morales atravesadas por el catolicismo y la maternidad solitaria y obligatoria, por la resistencia a la dominación cultural, por la veneración del padre ausente, por el lesbianismo satanizado y por la idealización de valentías femeninas de cuño masculino (las guerrilleras, las cacas, las dirigentes políticas de partidos fuertemente patriarcales).” (Gargallo 2006, 32)

Álvarez (1998) considera que boa parte desse remodelamento recente de atuação movimento feminista latino-americano se deve à complicada reconfiguração do ambiente político-estrutural que ocorreu em escala global e regional nos anos 1990, quando uma série de políticas nacionais e regionais aceleraram o processo de desenvolvimento de políticas neoliberais, levando também ao desenvolvimento e amadurecimento do feminismo e de outros movimentos sociais que tentavam buscar, além da luta por direitos humanos e justiça social, a incorporação de assuntos de gênero, já que a demanda por esse tema estava em ascensão em diversas esferas globais e regionais (S. E. Álvarez 1998). Nesse processo de globalização e de alterações políticas, econômicas e sociais, mais especificamente na região latino-americana, vários atores e agentes sociais passaram então a atuar em novas oportunidades políticas, abrindo espaço para um campo onde havia a possibilidade de desenvolver novos marcos interpretativos e avanços de contatos regionais, com uma perspectiva de integração (Jelin 2002).

Jelin observa que as atividades de diálogos, intercâmbios, encontros e conflitos se enquadraram em um novo marco na região latino-americana, desencadeando negociações e acordos formais que culminaram na criação do Mercosul, seguindo o contexto de processos históricos da região desde os tempos da colonização:

“(…) hay que recordar aquí que el camino hacia el MERCOSUR está recién en su etapa inicial en lo que hace a acuerdos gubernamentales, pero los vínculos entre las sociedades y los estados tienen hondas raíces históricas. Las fronteras entre los países se fueron estableciendo, no sin conflictos, durante el período colonial, durante las guerras de la independencia de la primera mitad del siglo XIX, y en conflictos armados y negociaciones posteriores --con algunos litigios limítrofes aún sin resolver. En términos sociales y culturales, estas fronteras han sido siempre muy porosas, traspasadas permanentemente por corrientes migratorias (sea por

razones económicas o por exilios políticos), por intercambios culturales de diverso tipo y por el turismo. Estos intercambios han generado redes de parentesco y de amistad, así como relaciones laborales transnacionales que son de la mayor importancia para la vida cotidiana de grandes sectores de la población. Por otro lado, para ciertas actividades culturales de masas, especialmente para la música pero también para alguna producción mediática, las fronteras son transparentes y traspasadas casi sin obstáculos. Las fronteras también han sido porosas para mantener los vínculos entre organismos militares y de seguridad, como quedó claramente demostrado en la perversa y horrenda experiencia de coordinación del terrorismo de estado durante las dictaduras de los años setenta (...)” (Jelin 2002, 2)

Logo, o Mercosul, que em seu início priorizou suas estruturas para melhor absorver o impacto da globalização e não envolveu movimentos sociais ou movimento de mulheres de maneira direta em suas primeiras etapas (Azar, Celiberti e Espino 2005) (Jelin, Ciudadania, movimientos sociales y Mercosur 2002), a partir do avanço do processo integracionista do bloco econômico, a percepção e estratégia de ação incorporou outras interpretações, possibilitando o envolvimento de outros atores sociais (Jelin, Dialogues, understandings and misunderstandings: social movements in MERCOSUR 2016). Nessa lógica, a participação das mulheres, ao longo dos anos 1990, marcada pelo ativismo de mulheres sindicalistas e acadêmicas, dá início à tentativa de ingresso do movimento feminista no Mercosul (Ballestrin 2017) (Jelin, Ciudadania, movimientos sociales y Mercosur 2002), culminando em um amadurecimento e fortalecimento de políticas de inclusão e da perspectiva de igualdade de gênero, principalmente após a virada do milênio.

Diante do exposto, pretendemos analisar como os movimentos feministas latino-americanos contribuíram para as políticas de gênero dentro do Mercosul, ou seja, tentando compreender se o feminismo têm se mostrado um fator de influência para as políticas públicas do Mercosul para com seus Estados membros. A análise será dividida em 3 partes, sendo a primeira responsável por discutir o Feminismo como instrumento teórico dentro do campo das Relações Internacionais - em seu processo de questionamentos e interpretações da normativa estabelecida pelas teorias convencionais; tendo o papel do gênero como linha delimitadora de suas pesquisas e estudos em âmbito global e confrontando as teorias feministas ocidentais.

Em um segundo momento, será discorrido sobre a base do feminismo global e latino-americano como movimento social ou ativista, através de seu desenvolvimento histórico e suas lutas e transformações frente às normas estabelecidas por um sistema que traduz o conceito de gênero através de uma construção social já definida. Nesse sentido, adentrando o feminismo latino-americano, mesmo que ainda similar em alguns pontos com o movimento feminista global, analisaremos suas características e objetivos que fazem dele um movimento diferenciado do feminismo do norte-global ou feminismo ocidental que nas palavras de Balestrin passa a ser acusado:

*“por seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, branqueamento e pela negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias. Passou, também, a ser retratado como um feminismo do Norte e de Primeiro Mundo, muito pouco sensível às questões das mulheres não ocidentais, do Sul e do Terceiro Mundo” (Ballestrin 2017, 1040),*

Ainda com o feminismo latino-americano, trabalharemos a análise sobre o papel dele na região a partir do século XXI, ambientado em período político, econômico e social bastante relevante e como um dos principais atores inseridos dentro dos movimentos feministas, as ONGs, trabalharam e ajudaram ou não a incluir o feminismo como fator preponderante nas políticas públicas de igualdade de gênero nos países da região.

A terceira e última parte do trabalho consiste, primeiramente, em esboçar o papel do gender mainstreaming, analisando se sua função atende ao objetivo proposto dentro das organizações internacionais e no caso da América Latina, nas organizações regionais. Como último ponto, aprofundaremos o debate acerca do papel do feminismo na criação de instrumentos de políticas de gênero dentro do Mercosul e tentaremos demonstrar a importância da cooperação e colaboração do feminismo na formação da institucionalização de assuntos de gênero no bloco - como a geração da Reunião Especializada da Mulher (REM) e da Reunião Ministerial das Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) - evidenciando o trabalho do movimento feminista, principalmente a partir do século XXI.

# 1. Feminismo nas Relações Internacionais

As teorias feministas foram introduzidas nas Relações Internacionais (RIs) entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 (Tickner e Sjoberg 2013) propondo romper com o vínculo poderoso entre homens, Estado e guerra e incluir o gênero como categoria empírica relevante e como instrumento analítico para a compreensão das relações de poder, além de construir uma alternativa para a ordem normativa do poder global (True 2005). Juntamente com as novas escolas de pensamento como o pós-modernismo, o construtivismo, a teoria crítica e as políticas verdes, o feminismo ergueu-se como disciplina contestadora da prática empregada até então pelas teorias Realista e Liberal. (True 2005)

Se desde o fim dos anos 1950 até meados dos anos 1980, o pensamento positivista nas relações internacionais, caracterizado por teorias racionalistas e materialistas principalmente nos EUA, conduziu hegemonicamente a política internacional, foi no final dos anos 1980 que uma onda de discussões e debates conhecidos como pensamentos pós-positivistas começaram a questionar as fundações epistemológicas e ontológicas do campo das RIs (Tickner e Sjoberg 2013) (Monte 2013). É importante salientar que na trajetória da construção do conhecimento da área de RI, as teorias liberal e realista estiveram marcadas pelo pensamento positivista, que utiliza procedimentos e hipóteses obtidos do liberalismo clássico e da ciência econômica para o estabelecimento de leis gerais da política internacional. De acordo com Monte (2013), os liberais e realistas argumentavam basicamente que o sistema internacional é organizado anarquicamente e que, não havendo superioridade acima dos Estados, caberia à soberania de cada Estado garantir a autoridade sobre seu território.

Utilizando o pensamento pós-positivista como defensor de métodos mais interpretativos, ideacionais e sociológicos para a compreensão da política global (Tickner e Sjoberg 2013), as teorias feministas passaram a tentar mostrar para a disciplina de RI como a experiência das mulheres poderia ofertar uma nova visão ou entendimento/aperfeiçoamento das políticas globais, argumentando que somente com a inclusão do estudo do gênero seria viável a compreensão e racionalidade da economia global e do sistema estatal. (Tickner e Sjoberg 2013)

Fernández & Valdés (2016) argumentam que o conflito, como parte fundamental de reflexão das relações internacionais, se analisado sob a ótica feminista poderia ser idealizado por uma perspectiva mais tolerante, tendo assim a possibilidade de construir uma comunidade internacional mais consensual; True (2005) ressalta, nesse sentido, que os novos fenômenos políticos como os atos anti sistêmicos dos mártires do 11 de Setembro

e os eventos de terrorismo transnacional, em geral, poderiam ter sido compreendidos e analisados de uma forma melhor pelas reconceituações femininas de poder (True 2005).

Para ilustrar como a perspectiva feminista poderia ofertar uma compreensão diferente, podemos citar a análise de Tickner e Sojberg (2013) sobre as sanções impostas pela ONU no caso da invasão do Iraque no Kuwait em 1991. Nesse contexto, o Iraque, utilizando-se do argumento de direito sobre o território do Kuwait, legitimou seu ataque e invasão e iniciou um conflito armado. A ONU declarou como ilegal a invasão do Iraque e recorreu ao uso de força militar para expulsar as forças iraquianas do território do Kuwait. Esse conflito ficou conhecido como Primeira Guerra do Golfo, cujas sanções impostas através da Resolução 687 do Conselho de Segurança da ONU imputaram uma série de restrições e imposições ao Iraque, relacionadas desde o reconhecimento da independência do Kuwait e as armas utilizadas pelo Iraque até terrorismo e responsabilidade pela guerra. Essas sanções, que deveriam durar por volta de 1 ano, acabou se prolongando por 13 - mesmo com seguidas revisões, sempre vetadas pelos EUA - o que comprometeu a saúde econômica do país, levando à trágicas consequências humanitárias.

Nas interpretações feministas, as sanções impostas pelo Conselho de Segurança soaram também como uma guerra, não apenas ao Iraque, mas uma guerra contra a população mais vulnerável. Nesse sentido, as perspectivas feministas no conflito poderiam ter contribuído para o aumento no número de mulheres participantes na própria tomada de decisões ou na medição dos diversos efeitos das sanções, focando as diferenças de gênero e propondo algumas indagações e questionamentos no processo decisório da ONU, o que, possivelmente, amenizaria a catástrofe econômica e humanitária no Kuwait. Por outro lado, os estudos feministas poderiam também investigar o papel desempenhado pelo gênero na política do regime de sanções, analisando como o governo iraquiano e os defensores das sanções usam o gênero como pretexto de relações contra seus adversários –uma vez que os Estados Unidos acusa o Iraque de matar mulheres e crianças para desenvolver armas, enquanto o Iraque acusa os sancionadores de crueldade por matar mulheres e crianças para puni-lo. Poderiam ainda discenir sobre os discursos de gênero da masculinidade competitiva que cada lado da guerra usou para validar suas ações e desqualificar as do inimigo.

Nesse contexto, Tickner e Sojberg (2013) sugerem 3 ideias principais que contribuem para o estudo das sanções: 1) as feministas procuram pelas mulheres no regime de sanções, onde em uma política como tal, as mulheres são as mais afetadas, principalmente no que diz respeito a saúde e as privações econômicas. Se a vulnerabilidade financeira é sentida com mais nitidez em famílias chefiadas por mulheres, há um número superior de mulheres em situação de risco. Em contrapartida, não há mulheres nos

processos decisórios, o que fortalece a exclusão sistemática das vozes femininas nas decisões sobre políticas internacionais; 2) as feministas tecem uma crítica contra a lógica de gênero da escolha de políticas, onde criticam a natureza adversária da política internacional porque ela enaltece os valores masculinos, como orgulho, vitória e força, sobre os femininos, como compromisso, compaixão e coexistência, resultando em políticas de confronto e prejudicando aqueles que estão à margem da vida política internacional; e 3) as feministas fazem reexame crítico da questão da responsabilidade, analisando não apenas os problemas decorrentes das relações hierárquicas, mas também procurando por soluções. Nesse caso do conflito, além de investigar as consequências humanitárias do regime, as feministas indagam o porque de ninguém corrigi-las. Mesmo sabendo que haveria muitas mortes, parte da comunidade internacional ignorou, chamando a atenção para o que as feministas chamam de construção de fronteiras estaduais, como meio de separar “eu” do “outro”, distanciando-se do sofrimento dos outros. Nesse sentido, as feministas levam o questionamento sobre a falta de percepção tanto dos Estados quanto de seus cidadãos na hierarquia global e como a desconstrução dessa estrutura pode levar as pessoas a cuidar, ao invés de competir (Tickner e Sjoberg 2013).

Consoante o exposto acima e dado o poder desproporcional de controle e influência que tipicamente os homens detêm e ajudam a perpetuar, criando assim uma visão de mundo distorcida, as direções dos estudos feministas nas RIs focam na falta de importância dada à realidade social completa (Youngs 2004); em outras palavras, a relação entre poder e conhecimento tornou-se um dos pontos centrais a serem examinados pelas teorias feministas (Tickner e Sjoberg, 2013).

Para Youngs existem três grandes fenômenos que atestam essa masculinidade na política internacional:

- The state and market, in theory and practice, are gendered by masculinist assumptions and structures.
- The dominant conceptualization of political and economic agency in male dominated terms ignores both women's realities and their active contributions to political and economic life.
- Lack of attention to the analytical category of gender obscures the interrelated social construction of male and female identities and roles” (Youngs 2004, 76).

A autora explica que os pontos centrais no trabalho das relações internacionais feministas visam desconstruir e reconstruir a abordagem tradicional masculina limitada das teorias convencionais. Não obstante essa intervenção nas limitações impostas pelo papel do homem, é importante entender os processos políticos e econômicos em que homens e mulheres estão envolvidos e nos sistemas e campos onde as mulheres estão ausentes, para tentar aprofundar a investigação e desenvolver métodos de pesquisa teórica e substancial relacionadas a elas (Youngs 2004).

Uma das principais pensadoras feministas e articuladora da necessidade da inclusão da conceitualização do gênero na política internacional, Cynthia Enloe, em seu trabalho *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics (2014)* afirma que, para se fazer uma investigação de gênero é necessário entender como os conceitos de masculinidade e feminilidade determinam onde as mulheres estão e o que elas pensam sobre estar lá. A autora sugere que é importante compreender quais formas o poder tem, quem o exerce ou como algumas manobras de poder de gênero são camufladas para que não pareçam poder: “*conducting a feminist gender analysis requires investigating power*” (Enloe 2014, 8).

Enloe exemplifica a compreensão do poder em um dos atos mais tradicionais da história moderna, que é o casamento. De acordo com a autora, enquanto para muitas pessoas o casamento é considerado um ato cultural, em sua concepção trata-se de uma das manobras mais comuns do exercício do poder. A autora analisa a questão do casamento abordando a importância de se investigar, por exemplo, quem tem o poder de decidir que um homem ao casar-se com uma mulher de outro país pode conferir sua cidadania para a cônjuge enquanto a mulher, em casos semelhantes, não goza dos mesmos direitos. A autora explica que quem detém o poder político usa esse poder para definir o casamento evitando ou limitando assim imigrações transnacionais e acesso aos privilégios da cidadania suportada pelo Estado. Ou seja: “*O casamento é político. O casamento é internacional*” (Enloe 2014, 10).

Dessa forma, para Enloe, uma abordagem feminina de gênero na política internacional oferece muito mais assuntos a serem investigados, porque é possível visualizar o completo funcionamento de inúmeras formas de poder (Enloe 2014). Nas suas palavras:

“As one learns to look at the world through gender-curious feminist eyes, one learns to ask whether anything that passes for natural, inevitable, inherent, traditional, or biological has been made. One asks how all sorts of things have been made - the receding glacier, the low-cost sweatshirt, the heavily weaponized police force, the masculinized peace negotiation, the romantic marriage, the all-male Joint Chiefs of Staff. Asking how something has been made implies that it has been made by someone with a certain kind of power. Suddenly there are clues to trace; there is blame, credit, and responsibility to apportion, not just at the start but at each point along the way.” (Enloe 2014, 13)

Em linhas gerais, a preocupação do Feminismo, sob essa nova abordagem, foi tentar entender a relação clássica de poder em que o modo gerencial e operacional da política internacional é estruturado sob pontos desiguais de significados (Tickner e Sjoberg 2013) e, ao mesmo tempo, reclamar para si uma posição que desafiasse a norma até então empregada, cujos argumentos contrários tentaremos explicar abaixo.

## 1.1 – O principal sujeito de sua análise: o gênero

Se foram as feministas e intelectuais norte-americanas e inglesas que primeiramente se apoderaram do termo gênero para diferenciar natureza e cultura (Mazzariello e Ferreira 2015), historicamente o desenvolvimento do conceito de gênero sofreu inúmeras transformações que abriram espaço para a consolidação de novas formas de conhecimento e de luta política. Para Joan Scott, referência nos estudos sobre gênero, os interesses teóricos referentes à categorização do gênero como análise só ocorreram no final do século XX, sendo que, anteriormente a esse período a conceitualização do gênero abrangia estudos mais universais baseados na analogia masculino/feminino, sobre a “questão feminina” ou, ainda, sobre a formação da identidade sexual subjetiva. No entanto, nenhum desses estudos analisava o gênero como meio de sistemas de relação. Segundo a autora, a definição de gênero corresponde a uma ligação entre dois elementos, sendo que o primeiro leva à constituição das relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos, onde as estruturas dessas relações estão interligadas entre si, são elas: os símbolos culturais exemplificados por Eva e Maria, ou seja, conceitos normativos dos símbolos que sugerem interpretações limitantes - expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas - o aspecto político - que compreende o mercado de trabalho, a educação, o sistema político - e a identidade subjetiva, no qual o gênero torna-se incurso na conceituação e construção do poder. Enquanto isso, o segundo elemento está relacionado a tradução das relações de gênero como forma de poder. Scott explica que quando os pesquisadores tentam encontrar meios de saber como as construções sociais são legitimadas pelo conceito de gênero, eles passam a *“compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”* (Scott 1986, 1066-1070).

Compreendido como uma construção relacional de poder e dominação da identidade masculina sobre a identidade feminina e sua subordinação (True 2008) e caracterizado por propriedades socialmente construídas (Tickner & Sjoberg 2013), o gênero torna-se o fator mais determinante nas análises das relações internacionais feministas. Em outras palavras, a construção política e social do gênero atende a uma valorização superior do masculino, o que resulta em uma organização política e social hierárquica, levando as identidades e características masculinas a uma posição de maior prestígio em relação às femininas, o que contribui também para uma distribuição desigual de poder, autoridade e recursos entre homens e mulheres (Monte 2013). Nesse sentido, é importante mencionar que a dominação masculina nos remete a uma idéia de masculinidade hegemônica que permeia o pensamento sobre homens, gênero e hierarquia social e dá centralidade ao grupo dominante nos estudos sobre estruturas de poder, onde a masculinidade pode ser definida

“como uma configuração de práticas organizadas em relação a estrutura das relações de gênero” (Connell e Messerschmidt 2013, 245). Para Connell (2005), na história da modernidade as formas hegemônicas de masculinidade estão intrinsicamente ligadas ao crescimento do capitalismo industrial e à ascensão do imperialismo. Momentos históricos que apresentam em comum:

“association with authority; social conservatism; compulsory heterosexuality; integration with a family Division of labor; strongly marked, symbolic gender differences; and emotional distance between men and women. The men who were the bears of these configurations of practice generally controlled the key industries in the local economy, so the locally hegemonic patterns of masculinity were typically integrated with the local patterns of capitalismo.” (Connell e Wood 2005, 348)

Por isso, para True, as visões normativas do gênero nas relações internacionais feministas, ainda que complementares, diferem em suas categorizações. Se, de um lado, há o empirismo feminista, que analisa a importância do gênero porque em todos os níveis da política global existem padrões de desigualdade, do outro lado, há também estudos feministas que analisam o gênero para demonstrar o comportamento do Estado no sistema anárquico. Há ainda outro grupo do feminismo que utiliza a relação de gênero para categorizar as concepções de opressão como raça, etnia, nacionalidade, classe e sexualidade. Na perspectiva de True, apesar de grande parte das feministas atribuir a construção do gênero a elementos de estrutura e agências, outra parcela das feministas culpa a hierarquia ideológica e estrutural, criada nas divisões impostas pelo capitalismo e pela globalização (True 2008).

Por outro lado, Tickner e Sjoberg sugerem que, ainda que as teorias feministas apresentem inúmeras perspectivas, elas possuem como interesse em comum a necessidade de entender a subordinação da mulher. Para as autoras, o interesse pela igualdade de gênero ou o esforço na compreensão dos caminhos a serem traçados para chegar à equidade, é trabalhada em várias diferentes direções dentro da teoria feminista nas Relações Internacionais (Tickner e Sjoberg 2013).

Nesse sentido, é importante mencionar algumas das principais vertentes do Feminismo nas RI's, como o feminismo liberal, radical, pós-modernista, crítica e pós-colonial, e suas particularidades e características que fazem do feminismo uma teoria de relevância para a compreensão das relações internacionais contemporâneas.

Para Withworth, as *feministas liberais* partem do princípio que as mulheres possuem as mesmas capacidades dos homens e, portanto, não devem ser subjugadas e excluídas, principalmente no que diz respeito às altas posições na esfera pública, anteriormente negadas à elas. De acordo com a autora, as liberais procuram identificar e remover essas barreiras que as impedem de participar da vida pública, ajudando-as a ter iguais oportunidades (Withworth 2008). Apesar da procura em contar com os mesmos

direitos dos homens, essa visão da extensão dos direitos masculinos às mulheres, evidencia, de acordo com Monte (2013), um compromisso epistemológico positivista e de pressupostos positivistas, ou seja, de que na visão das feministas liberais, caberia ao Estado garantir os direitos das mulheres. Esses pensamentos positivistas vai na contra mão dos ideais da maioria das feministas pós-positivistas que criticam as liberais argumentando que as desigualdades de gênero continuam a existir nas sociedades e, mesmo com o alcance da igualdade, as feministas têm que intensificar a investigação para explicar essas desigualdades (Tickner e Sjoberg 2013).

Na visão de Withworth (2008, 394), as *feministas radicais*, particularmente, focam seus trabalhos nas relações de inequidade encontradas no patriarcado e nas relações de desigualdade construídas pelo homem, que mostram como a masculinidade é normativa, privilegiada e controladora, principalmente com as mulheres. Segundo a autora, as mulheres em posições de liderança não ocasionariam tantos conflitos quanto os homens, pois poderiam promover um ponto de vista diferente e mais “soft” em alguns setores da sociedade - independente da diferença biológica e social existente entre homens e mulheres (idem) - baseado na defesa da “*superioridade cultural dos valores femininos*” onde essa valorização traz uma capacidade de transformação da sociedade (Monte 2013, 73).

Por outro lado, as feministas *pós-modernistas* atuam na desconstrução de que alguma verdade seja única ou universal e trabalham a inapropriação naturalmente assumida tentando investigá-la, apurá-la e refutá-la, pois impacta profundamente na capacidade de condução e de pensar das políticas globais (Withworth 2008). Nesse sentido, a categorização homogênea da mulher e do gênero como verdade é rejeitada pelas pós-modernistas, que alegam que essa limitação “*simplifica a identidade de indivíduos complexos, servindo à produção de interpretações usadas para organizar a sociedade hierarquicamente*” (Monte 2013, 75).

Segundo Withworth, a *teoria crítica feminista* trabalha as condições de vida material analisando os papéis dos homens e das mulheres e suas respectivas atribuições na sociedade. Na visão da autora, as feministas críticas afirmam que as distinções entre mulher e homem, feminino e masculino não pode ficar apenas no discurso, sendo o discurso de gênero sujeitado em parte no que é real, material, nas condições de vida do homem e da mulher no tempo e lugar, assim como na raça, classe, sexualidade, etnia e religião (Withworth 2008). Para Tickner e Sjoberg (2003), a teoria crítica está envolvida em entender o mundo para poder transformá-lo e que, sendo as ideias - produzidas por agentes humanos - usadas para legitimar instituições, haverá sempre a possibilidade de muda-las.

As *feministas pós-coloniais* reclamam o imperialismo estabelecido na sociedade, atentando também para as questões de gênero, raça e classe que não ficam evidenciados face à universalidade assumida pelas vozes femininas do “Primeiro Mundo”, já experimentadas pelas teorias feministas liberais e radicais. (Withworth 2008). Segundo Tickner e Sojberg, as feministas pós-coloniais alegam que as relações de domínio não cessaram após as independências das colônias, de modo que ainda permanecem enraizadas e são caracterizadas dentro das relações internacionais, na construção de papéis estereotipados raciais e culturas, que denotam os colonizadores como superiores e os colonizados como inferiores (Tickner e Sjoberg 2013). As interrelações entre imperialismo, colonialismo, capitalismo, racismo e opressão das mulheres causaram profundas marcas nas mulheres do Terceiro Mundo, pois significou que as estruturas de dominação avançaram além do que era entendido como global e local e demonstrou que isso “*implicou formas específicas e múltiplas de opressão para as mulheres do Terceiro Mundo – a maior parte dos mais pobres do planeta*” (Monte 2013, 76).

No decorrer do Capítulo 3, o conceito de gênero será mais discutido e reavaliado a partir de um ponto mais institucional, abrindo espaço para o “gender mainstreaming” ora não sendo o objeto desta pesquisa, é importante para a análise empírica do objeto estudado no âmbito do Mercosul.

## **1.2 – Os Feminismos e seus questionamentos nas Relações Internacionais**

Contrariando as teorias convencionais de RI que enxergam um sistema internacional anárquico baseado em explicações racionalistas generalizadas do comportamento de estados sociais, as teorias feministas analisam o sistema internacional baseadas nas relações sociais, onde as hierarquias de gênero são construídas socialmente e contribuem para a subordinação do gênero feminino (Tickner e Sjoberg 2013).

Seguindo essa linha de questionamentos e críticas do Feminismo, exemplificamos o estudo de Tickner através do seu livro *Hans Morgenthau’s Principles of Political Realism: a Feminist Reformulation (1988)*, onde a autora destaca como os princípios de Morgenthau dentro do Realismo evidenciam a retórica masculina de poder na política internacional e, ao mesmo tempo, utiliza-se da perspectiva feminista para questionar tais princípios. A autora escolheu os seis princípios da política realista de Morgenthau pela sua grande relevância dentro das escolas teóricas das Relações Internacionais e porque representa um dos pilares dos estudos do sistema internacional na disciplina, são elas:

Tabela I – Reformulação Feminista de Tickner

Seis Princípios da Política Realista de Morgenthau	Perspectiva Feminista de Tickner
<p>1. A política, como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana imutável; portanto, é possível desenvolver uma teoria racional que reflita essas leis de objetivos.</p>	<p>1. Uma perspectiva feminista acredita que a objetividade, como é definida culturalmente, está associada à masculinidade. Portanto, leis supostamente "objetivas" da natureza humana são baseadas em uma visão parcial masculina. A natureza humana é ao mesmo tempo masculina e feminina; contém elementos de reprodução e desenvolvimento social, além de dominação política. A objetividade dinâmica nos oferece uma visão mais conectada da objetividade, com menos potencial de dominação.</p>
<p>2. O principal sinal de realismo político é o conceito de interesse definido em termos de poder, que infunde ordem racional no assunto político e, portanto, torna possível a compreensão teórica da política. O realismo político enfatiza o racional, objetivo e sem emoção.</p>	<p>2. Uma perspectiva feminista acredita que o interesse nacional é multidimensional e contextualmente contingente. Portanto, não pode ser definido apenas em termos de poder. No mundo contemporâneo, o interesse nacional exige soluções cooperativas, em vez de soma zero, para um conjunto de problemas globais interdependentes que incluem guerra nuclear, bem-estar econômico e degradação ambiental.</p>
<p>3. O realismo assume que o interesse definido como poder é uma categoria objetiva universalmente válida, mas não com um significado que é fixo de uma vez por todas. O poder é o controle do homem sobre o homem.</p>	<p>3. Não se pode infundir poder com significado universalmente válido. O poder como dominação e controle privilegia a masculinidade e ignora a possibilidade de empoderamento coletivo, outro aspecto do poder frequentemente associado à feminilidade.</p>
<p>4. O realismo político está ciente do significado moral da ação política. Também está ciente da tensão entre o comando moral e os requisitos de uma ação política bem-sucedida.</p>	<p>4. Uma perspectiva feminista rejeita a possibilidade de separar o comando moral da ação política. Toda ação política tem significado moral. A agenda realista, para maximizar a ordem através do poder e controle, prioriza o comando moral da ordem sobre os da justiça e a satisfação das necessidades básicas necessárias para garantir a reprodução social.</p>
<p>5. O realismo político se recusa a identificar as aspirações morais de uma nação em particular com as leis morais que governam o universo. É o conceito de interesse definido em termos de poder que nos salva do excesso moral e da loucura política.</p>	<p>5. Embora reconheça que a aspiração moral de nações específicas não pode ser equiparada a princípios morais universais, uma perspectiva feminista procura encontrar elementos morais comuns nas aspirações humanas que podem se tornar a base para a diminuição do conflito internacional e a construção da comunidade internacional.</p>

<p>6. O realista político mantém a autonomia da esfera política. Ele pergunta: "Como essa política afeta o poder da nação?" O realismo político é baseado em uma concepção pluralista da natureza humana. Um homem que não era nada além de "homem político" seria um animal, pois estaria completamente desprovido de restrições morais. Mas, para desenvolver uma teoria autônoma do comportamento político, o 'homem político' deve ser abstraído de outros aspectos da natureza humana.</p>	<p>6. Uma perspectiva feminista nega a validade da autonomia do político. Como a autonomia está associada à masculinidade na cultura ocidental, os esforços disciplinares para construir uma visão de mundo que não se apoie em uma concepção pluralista da natureza humana são parciais e masculinos. A construção de limites em torno de um domínio político estritamente definido define o político de uma maneira que exclui as preocupações e contribuições das mulheres.</p>
---	--

(J. A. Tickner 1988, 430-438)

É importante observar que Tickner não nega a perspectiva de Morgenthau conforme ela mesma afirma, por outro lado, a autora tenta demonstrar que não há imparcialidade no estudo das políticas internacionais, uma vez que, a obra de Morgenthau parece assumir uma universalidade da natureza humana sob um ponto de vista exclusivamente masculino e privilegiado. Para a autora, o homem político de Morgenthau é uma construção social baseada na representação parcial da natureza humana e na moralidade existente na cultura ocidental, na qual dicotomias conceituais<sup>2</sup> são tipicamente usados para descrever masculinidade versus feminilidade (J. A. Tickner 1988).

Se em um primeiro momento houve o trabalho por parte das feministas de desmistificar o gênero dentro da disciplina das relações internacionais e entender os impactos das políticas de Estado e da economia global na vida das mulheres, em um segundo momento, as feministas focaram suas pesquisas em áreas até então pouco ou nunca estudadas, como prostituição militar, serviços domésticos, famílias diplomáticas, etc. Foi, segundo Tickner & Sjoberg (2013), por meio dessas pesquisas que houve a possibilidade de uma melhor avaliação da importância do papel da mulher dentro do sistema internacional, sobretudo no que diz respeito a questões de política externa, segurança e diplomacia.

Para True (2005), a primeira geração das relações internacionais feministas trabalhou a invisibilidade e exclusão da mulher nas disciplinas tradicionais e em suas epistemologias e pesquisas supressoras, centralizadas e padronizadas com o objetivo de tentar demonstrar como a falta do papel da mulher no cenário da política mundial descarta uma posição mais crítica e abrangente das relações internacionais. A partir daí, a segunda geração de feministas direcionou seus pontos para o desenvolvimento das Relações Internacionais Feministas e o gênero como categoria central nos mais diversos temas como política externa, segurança e política global, explorando contextos históricos e geográficos (True 2005).

<sup>2</sup> A autora elenca a relação dicotômica existente entre os conceitos de objetividade vs subjetividade, razão vs emoção, mente vs corpo, cultura vs natureza, autonomia vs parentesco, saber vs ser e público vs privado.

Partindo de uma ordem cronológica, o desenvolvimento das linhas de pesquisas e investigações das RIs Feministas em seus trabalhos de questionamentos podem ser divididas ou categorizadas, de acordo com True (2005), em três etapas que representam melhor suas contribuições para o amadurecimento da teoria: 1) o *Feminismo Empírico* que explora o gênero ou as mulheres como foco prático das relações internacionais e altera a ideia de negação ou deturpação das mulheres na política mundial, questionando os argumentos de que os exemplos masculinos servem tanto para os homens quanto para as mulheres; que as mulheres não representam relevância para os processos globais ou, que as mulheres não se interessam por política, economia e afins. Para True, as feministas empíricas destacam o ativismo das mulheres, vulneráveis ou não, trabalhadoras ou não, pobres ou não em atividades contra conceituais, ainda destacando novas formas de solidariedade e formação de identidade além das fronteiras; 2) o *Feminismo Analítico*, que aborda o gênero como categoria teórica ao propor desconstruir o referencial teórico das Relações Internacionais estruturado sob uma gênese de conceitos pré-estabelecidos e que impossibilita uma compreensão mais abrangente da disciplina. Desse modo, a autora afirma a assimetria na construção social de masculinidade e feminilidade em confronto com as diferenças biológicas homem-mulher; a ideia de que a hegemonia masculina institucionalizada e as noções de poder, hegemonia, soberania, autonomia, anarquia, segurança são identificados especificamente com a masculinidade, derivadas de experiências e conhecimentos masculinos na esfera pública e privada; 3) o *Feminismo Normativo* que trabalha o processo de teorização para uma agenda normativa de mudança social e política. Argumenta que o gênero é uma categoria transformadora porque uma vez compreendida no trabalho, pode transformar a forma como funciona em todos os níveis da vida social e política. A definição associada com o gênero masculino-feminino, como por exemplo, a associação de mulheres com conceitos de paz, cooperação, políticas domésticas e a vinculação da imagem masculina com a guerra, a competição e a alta política internacional, são as causas do questionamento feminino normativo. Elas discutem como essas associações impõem naturalmente outras formas de poder na política mundial, de modo que, a diferença de gênero não seja sobre homem-mulher, mas sim sobre política de conhecimento ou, antes, de como e em que posição da hierarquia elas podem participar (True, idem).

O foco da discordância das teorias feministas face às abordagens convencionais está relacionado justamente com o conceito de mulher e gênero, com a categorização de feminino e masculino presente nesse meio e com a preocupação da não naturalização dessa divisão, onde as formas de exclusão ou privilégio estão em constante reprodução e nunca cessam (Withworth 2008). Assim, de acordo com a autora, sendo essencial para a compreensão das relações internacionais, a ausência da concepção de mulher e gênero é um

dos maiores problemas das abordagens convencionais e é importante questionar as formas pelas quais o gênero foi imposto no ambiente global através dos atores formais da política global.

Nesse sentido, a falta da conceitualização de mulher e de gênero no campo das RI abriu caminho também para a discussão sobre gênero e teoria no campo. Para (Ackerly, Stern e True 2006), um dos maiores desafios para as feministas em RI é o desenvolvimento de metodologias feministas e a condução de pesquisas feministas em uma disciplina que é centrada no Estado e conhecida por sua falta de reflexão. Contudo: “*since all power relations are essential to feminist perspectives and to the feminist research process, feminist methodologies are highly relevant for the study of global politics*” (Ackerly, Stern e True 2006, 1).

### **1.3 – Os críticos das metodologias feministas**

A controvérsia entre feminismo e relações internacionais tem sido, de acordo com Nicolás, habitualmente discutida em torno de algumas questões como: a distinção entre sexo e gênero, entre os diferentes tipos de estudos de gênero e estudos feministas e a distinção do feminismo como movimento social e pensamento crítico. Outro tópico de discussão é sobre a contribuição das pesquisas femininas ao questionar suas potencialidades, o fortalecimento ou enfraquecimento da disciplina e seus possíveis benefícios. O último ponto é sobre as preocupações que a disciplina demanda, sobretudo no que diz respeito a grupos ou minorias, discutindo a relevância desses grupos e sua representação para a disciplina como um todo (Nicolás 2005). Wibben, por seu turno, ressalta que existem muitos indicadores de que as RIs feministas estão se tornando um subcampo estabelecido dentro da disciplina, exemplificados através das inclusões nas principais conferências acadêmicas, seções em organizações profissionais, livros de autoria única, além de artigos de periódicos especializados, mostrando que é um campo promissor, contribuindo e reexaminando áreas das relações internacionais que vão além das discutidas comumente (Wibben 2004).

Tickner elabora a construção de quatro metodologias coerentes de pesquisas feministas que ajudaram a moldar e a orientar uma nova concepção sobre a disciplina, são elas: 1) uma profunda preocupação com a forma como as perguntas de pesquisa são feitas e por quê, uma vez que, as pesquisas feministas fazem perguntas feministas. Para a autora, a maioria das feministas fez perguntas diferentes das perguntas normalmente feitas desde o início da disciplina de RI, as quais eram focadas até então em questões sobre os Estados, particularmente os mais poderosos, seus comportamentos e segurança em um sistema

internacional anárquico. As feministas procuraram questionar os mesmos tópicos de segurança e comportamento dos Estados, mas de uma forma diferente, indagando, por exemplo, o motivo pelo qual as mulheres estavam tão sem poder nas questões sobre política externa e militar. Desse modo, as pesquisas feministas não construíram seus estudos baseadas nas RI's científicas, que usavam os modelos de economia e das ciências naturais para explicar o comportamento dos Estados, mas sim, em análises sociológicas iniciadas com os indivíduos e as relações sociais hierárquicas em que estavam situadas; 2) no objetivo de projetar uma pesquisa que seja útil para as mulheres, menos partidária e mais universal que as pesquisas tradicionais, onde possam utilizar as experiências das mulheres para criar pesquisas úteis para elas. Tickner ressalta que o conhecimento e a experiência das mulheres, principalmente as marginalizadas, levam a uma objetividade mais robusta e a um espectro maior de conhecimento, pois podem revelar aspectos da realidade escondidas por abordagens mais ortodoxas. O que todos entendem de "senso-comum" é para as feministas, sob a ótica da autora, nada mais que o conhecimento oriundo da experiência da vida dos homens, sobretudo os privilegiados, sendo a "vida dos homens" altamente dependentes de mulheres e outros grupos subordinados que os apoiam nesse comportamento. Sem esse apoio, o comportamento e a vida dos homens seriam diferentes, mostrando que as pesquisas precisam desconstruir o conhecimento prévio dessas suposições; 3) na centralidade de questões mais reflexivas e subjetivas do pesquisador, na qual a experiência pessoal é considerada um trunfo para a pesquisa feminista. Enquanto uma abordagem de caráter mais extensivo e hipotético dedutivo tende a considerar que a experiência pessoal pode contaminar a objetividade de um projeto, na visão de Tickner, a reflexão, o auto-conhecimento e a consciência da própria posição pessoal da pesquisadora são atributos que podem contribuir para um projeto que possa melhorar a vida das mulheres; 4) o conhecimento prático da vida cotidiana como linha indispensável dentro da pesquisa feminina. Tickner analisa que muitas feministas acreditam que a pesquisadora deve estar ativamente engajada na luta política e estar ciente das implicações políticas do seu trabalho para que o empoderamento feminino seja reconhecido (A. Tickner 2006).

Nas concepções de Ackerly & True (2006), a metodologia crítica feminista é essencial, não somente para as feministas críticas, mas para as teorias críticas das relações internacionais. Ao se aproximarem das metodologias críticas habituais, as pesquisadoras adicionaram quatro fórmulas que seriam mais eficazes na luta a favor das metodologias feministas: o escrutínio cético, que dá voz e atenção crítica a todos os elementos de pesquisa das feministas, com uma análise mais cuidadosa da representatividade ou exclusão de suas fontes; a investigação inclusiva, que atribui um nível maior de importância à questão da inclusão dos marginalizados, ou seja, de pessoas excluídas e menos visíveis por conta dos efeitos excludentes da epistemologia. De acordo com as autoras, sem um método e teoria

feminista: *“the importance of learning about these precarious, marginalized, suppressed, and excluded people’s experiences for advancing our understanding of IR would not be obvious”* (Ackerly, Stern e True 2006, 256); A escolha de um momento deliberativo, que em um dado momento suas pesquisas tenderão a incluir um assunto conscientemente conforme seus estudos avançam, a excluir, não apagando totalmente a parte excluída, mas postergando seus esclarecimentos para uma pesquisa de maior amplitude posteriormente; e a conceitualização do campo como um coletivo, na qual as teóricas críticas trabalham suas pesquisas a partir de um método coletivo, pois se preocupam com o conhecimento e o disciplinamento teórico e empírico (Ackerly, Stern e True 2006).

Lauren Weldon sugere que a metodologia na teoria feminista deva apresentar características coletivas mais inclusivas, levando-se em conta as perspectivas dos grupos marginalizados para que haja uma maior compreensão das relações internacionais e isso fica mais evidente quando se reconstitui a metodologia de forma mais ampla para incluir a dimensão coletiva da pesquisa. A autora explica que o desenvolvimento de pontos de vista depende de discussões entre os membros de grupos marginalizados sobre sua marginalização, ou seja, pontos de vista feministas podem ser frutos da discussão entre diversas mulheres sobre como abordar da melhor maneira sua marginalização. Uma vez discutido e debatido, é necessário que esses grupos marginalizados tenham a oportunidade de formar grupos e que possam desenvolver suas distintas perspectivas, assumindo assim um âmbito coletivo, para que enfim tenham a possibilidade de ter alguma influência sobre os outros grupos, principalmente os que dominam o discurso coletivo (Weldon 2006).

Se por um lado as correntes/abordagens feministas tentam evidenciar sua contraposição ante ao pragmatismo clássico das teorias convencionais, por outro lado encontrou resistência por parte dos pares, principalmente os acadêmicos das teorias tradicionais. Segundo Tickner (1997) a relutância é baseada em um pressuposto mascarado da masculinidade intrínseca nos estudiosos que, cientes da necessidade de prestar atenção à linguagem sensível ao gênero, presumivelmente tendem a se afastar dessa indicação, ocultando e/ou naturalizando as diferenças e desigualdades de gênero. É o que destaca Oliveira (2018) ao tratar dos impactos dos modelos de governança neoliberais na ciência e nos estudos de gênero nos ambientes acadêmicos, por exemplo. Em um universo onde as ciências humanas se sentem forçadas a confluírem com os modelos dominantes e amplamente dotados de produção científica, fortalecidos por uma prática de gestão de conhecimento que se centraliza em modos de racionalização de operação e resultados rápidos, a pesquisa de gênero acaba por ser bastante afetada, limitando seu reconhecimento e sua posição ante à produção convencional e uma cultura masculina orientada por objetivos neoliberais de performance (Augusto, et al. 2018) Tickner ainda ressalta sobre a

fundamentação das teorias feministas, muitas das quais estavam baseadas nas teorias políticas e nas tradições sociológicas e que ainda estavam fora da disciplina das relações internacionais, razão pela qual muitos acadêmicos questionam suas pesquisas e ciências as acusando de serem apenas teorias destituídas de investigações empíricas de resultado (J. A. Tickner 1997).

Fernández e Valdés (2016) apontam que apesar de existir uma contribuição epistemológica das feministas para a disciplina, é notório que para entender melhor o conflito existente entre as relações internacionais e o feminismo, é preciso saber que o problema não parte de uma assimetria científica, mas sim de uma disputa política e acadêmica. Para Nicolás (2005), a maioria dos especialistas das RIs, salvo algumas exceções, parece não estar interessada nos debates sobre as teorias e metodologias feministas na disciplina ou permanece “surda e muda” perante essas discussões, enquanto as principais teorias da disciplina e suas dimensões institucionais permanecem inalteradas. A autora explica que essa inatividade por parte dessa maioria pode ser explicada com base na distribuição de recursos na disciplina, pois isso implica em questionar quem são esses especialistas, quais problemas eles investigam ou como as decisões são tomadas.

Annick Wibben atesta para a mudança que foi necessária, alterando principalmente a estrutura das abordagens conceituais e tradicionais:

“Notwithstanding these obstacles, feminist IR scholars have adopted innovative methods to retrieve alternative knowledges, generate new knowledges, and spread their insights. Feminists inhabit a discipline, subverting it in the process. It has “never been a simple matter of application or addition when feminism has addressed a body of thought.” Doing feminist IR involves tailoring “methods and categories to the specific task at hand, using multiple categories when appropriate and forswearing the metaphysical comfort of a single feminist method or epistemology.” (Wibben 2004, 107)

As metodologias usadas pelas feministas, portanto, variam de grau e forma, podendo ser exploradas, de acordo com Withworth (2008), a partir de uma direção mais empírica, observando métodos mais paradoxais de comportamento com base sempre nas questões étnicas, raça, gênero ou podem ser investigadas através de métodos menos convencionais, utilizando conceitos de poder, hegemonia, heterogeneidade.

Nas palavras de Sandra Whitworth:

“Part of the spiritness of those discussions may come out of the ways in which feminism and international relations are of different worlds, but part of it also comes out the many questions and concerns that international relations and feminist scholars share in common. For all their differences, feminist and international relations scholars are also sometimes concerned with very similar types of questions. One of the most important of these is the question of power.” (Withworth 2008, 397)

Sandra analisa esse conceito de poder afirmando que o poder é tão importante para as feministas quanto para os teóricos das relações internacionais estandardizadas. O sujeito

“poder” implica obrigatoriamente o conceito de gênero, pois ao destacar o poder como meio de construção de paradigmas internacionais, inevitavelmente a questão de gênero alcança o mesmo status de importância, pois:

“is a term intended to explore the ideational, material, historical, and institutional configurations of power that together contribute to the understandings about women and men, and masculinities and femininities, that prevail in any given time or place” (Withworth 2008, 398).

De qualquer maneira, dado os encontros e desencontros criados pelas relações internacionais feministas, os estudos e pesquisas feministas em geral têm demonstrado um grau de pontualidade e objetividade mais assertiva desde o maior questionamento e seu aprofundamento nas estruturas convencionais das RI.

## **1.4 – As Teorias Feministas nas Relações Internacionais no âmbito da América Latina**

Segundo Cypriano, as correntes teóricas feministas, por mais pluralistas que possam parecer ainda padecem de um melhor enquadramento dentro das relações internacionais latino americanas, que evidenciem sua criação a partir de uma visão “terceiro mundista” com base em considerações pós-colonialistas e pós-estruturalistas (Cypriano 2013). Para Mohanty, existe uma certa invisibilidade por parte das teóricas feministas europeias e americanas - que a autora chama de “feminismo ocidental” - quanto à uma possível teoria feminista latino-americana, negando-as como agentes de criação ou mudança. Na concepção de Mohanty, esse grupo de feministas ocidentais acaba por categorizar como “outros” qualquer demais grupos que não se enquadrem dentro de seus paradigmas, o que inclui nessa classe, as teóricas feministas do chamado Terceiro Mundo, entre elas as feministas latino-americanas (Mohanty 1984).

Para melhor entendimento sobre o porquê da negação de uma teoria feminista na América Latina, é preciso analisar brevemente um contexto maior da possibilidade de uma teoria latino-americana dentro das relações internacionais. Bernal-Meza (2016) afirma que até meados do século XX, a base teórica das relações internacionais latino-americanas foi muito influenciada pela escola americana, sempre utilizando os preceitos dos pensamentos tradicionais e conservadores. Foi somente a partir da metade do século XX que teóricos latino-americanos, particularmente da Argentina e Brasil, iniciaram a produção de conceitos, metodologias, teorias e epistemologias próprias, influenciados pela Escola Inglesa e Francesa, criando a “Escola de Brasília” juntamente com a Associação Argentina da História das Relações Internacionais, sendo esses os maiores representantes desse grupo. Bernal-Meza sustenta:

“The authors who followed this line subsequently argued that the theory produced in intellectual scenarios outside the region merely reproduced the dominant ideology when interpreting the international relations of Latin America. Therefore, an analysis of the international insertion and foreign policy from our own interpretations was needed, meaning the rejection of theories developed in the core, and the implementation of concepts that would enable substantiate and explain foreign policy.” (Bernal-Meza 2016, 5)

Esse argumento leva Ramos ao questionamento da condição do sujeito latino-americano em um processo de desconstrução-construção de sua identidade, que naturalmente é vivido em contextos globalizados paradoxos e complexos, dinamizados por lutas de hegemonia e dominação. Na sua contemporaneidade, há o que Ramos chama de “revolução paradigmática”, que nada mais é do que uma:

“Revolución arquetípica en gestación pero que en el terreno práctico ha provocado ya dinámicas centrípetas que propician la formación de nuevos frentes comunes más amplios y nuevas particularidades que entran a participar de estos frentes ampliados que crean nuevas colaboraciones, nuevas lealtades, nuevas identificaciones y reconfiguran las identidades nacionales, regionales y continentales.” (Ramos 2012, 21)

Trazendo para uma compreensão teórica feminista, Cypriano analisa que para a concepção de uma teoria feminista latino-americana, seria necessário formatar uma teoria política feminista com base na própria experiência dos movimentos feministas e das mulheres da região. O autor enfatiza que a criação de novas teorias e enquadramentos deve traduzir uma dimensão localizada de justiça social por conta do histórico de opressões, colonialismo, governos ditatoriais e populistas, aumentando também a coletividade. Sob essa ótica, Cypriano alega que o sujeito mulher latino-americano deve, não apenas teorizar a experiência, o conhecimento situado e a localização como projetos epistemológicos, mas também repensar a até mesmo, algumas vezes, negar o diálogo com as feministas do norte global, visando recuperar e criar novos e outros diálogos a partir do sul global (Cypriano 2013).

Já Matos (2010) enfatiza a proposta de uma teoria crítico-emancipatória feminista e de gênero pensando nas bases das estruturas da justiça social amplamente reavaliada, assim como em uma “*renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração*” (Matos 2010, 87).

Apesar de existirem muitas linhas de pensamento e estratégias propostas pelas teóricas feministas latino-americanas, Bozzano (2018) analisa que muitas vezes essas linhas teóricas acabam por deixar as vozes subalternas ou periféricas invisíveis:

“Na academia latino-americana existe uma limitada oferta de conhecimento de formas de fazer e pensar feito por pessoas racializadas, por exemplo. Há, portanto, uma necessidade estratégica de construir epistemologias desde outros lugares de enunciação que inclua a intervenção política feminista (...) e a necessidade vital de teorização própria de narrativas localizadas que descentralizem os quadros de referência atuais, e respondam a um lugar de enunciação vinculado à vulnerabilidade. Um feminismo que se deva às pessoas mais vulneráveis (...), que

seja capaz de lutar por uma melhoria e ao mesmo tempo que seja capaz de representar suas existências, e não somente as das pessoas com o privilégio da fala (e quem diz fala, diz escrita, diz publicação, diz bolsa ou emprego, diz acesso a congressos).” (Bozzano 2018, 5)

Para Mendoza (2009), uma vigorosa onda de feministas parece estar engajada em uma nova política que contribua para fixar as bases para a reconstrução de uma teoria feminista latino-americana, inserida em uma epistemologia do sul que emerge dos novos movimentos sociais e da produção intelectual e teórica das classes médias latino-americanas que se identificam com esses novos movimentos. A autora explica que como toda construção teórica incluída no fundamento da colonialidade do poder, do eurocentrismo e do masculinismo, a elaboração de uma nova teoria latino-americana passou primeiro por uma reconstrução da teoria feminista ocidental que fundou o pensamento feminista e então assim foi reconstruída como uma teoria feminista descolonial e pós-ocidental pautada, agora, por seu próprio contexto geopolítico-cultural.

Essa teoria feminista emancipadora, crítica e articuladora pode ser traduzida, de acordo com Ballestrin, através da projeção de teorias pós-coloniais e do então chamado terceiro mundo juntamente com as teorias feministas nos anos 1980, em um ambiente e momento de mudança político-econômico-social dentro de um processo histórico (Ballestrin 2017). A autora trabalha a possibilidade de junção das teorias pós-colonialistas e feministas argumentando que, apesar de serem autônomas quanto às suas trajetórias, as duas vertentes dividem algumas características e atenções similares. Um exemplo é a problematização sobre corpo, sexualidade e gênero que são questões fundamentais para a teoria feminista. Para o pós-colonialismo, segundo a autora, essas questões estão inseridas nas circunstâncias do encontro e da violência colonial. Em um enquadramento explicativo básico de como as duas direções caminham para uma única linha de raciocínio teórico, o corpo feminino seria o primeiro território a ser conquistado e ocupado pelo colonizador, demonstrado pelo homem branco, cristão, europeu e heterossexual. E em inúmeros cenários, a violência contra a mulher (território violentado) é explícito, demonstrando a vulnerabilidade do corpo feminino. O patriarcado existente, visualizado pelo colonizador ou pelo Estado poderoso, militar e armado reflete os conflitos existentes e que teorizam as perspectivas para os pensamentos feministas do sul global e particularmente, latino-americanos (Ballestrin 2017).

Para Bahri (2013), a teoria feminista e a teoria pós-colonial se convergem em assuntos semelhantes como voz, representação, marginalidade e a relação entre política e literatura, principalmente quando as mesmas atentam suas investigações em um mesmo contexto histórico e geopolítico. Porém, seus ideais divergem quando, segundo a autora, a teoria feminista reclama que os textos coloniais ou pós-coloniais não consideram questões de gênero, encobrendo-as ou dando mais atenção à temas como construção do império,

descolonização ou luta pela libertação ou quando a teoria pós-colonial queixa-se dos estudos feministas indicando seus fracassos ou incapacidades de incorporar questões raciais, além da forte tendência em estereotipar temas como “mulher do Terceiro Mundo”. Bahri explica que um dilema a ser enfrentado por uma posição feminista dentro da teoria pós-colonial é o de parecer divisionista, pois diferenças como por exemplo, nas palavras da autora, a categoria de “mulheres de cor” é distorcida quando se aponta políticas de localização, conflitos entre comunidades minoritárias no Primeiro Mundo, mulheres em comunidades afastadas e mulheres do Terceiro Mundo, ou seja, teorias que trabalham a questão de gênero e raça dentro do pós colonialismo podem estar sujeitas à críticas internas e externas por não se referirem suficientemente bem à classes como fator crucial nas relações entre pessoas (Bahri 2013) e cujas disputas podem ser traduzidas pela falta da interseccionalidade.

Como explica Carbin & Edenheim (2013), a interseccionalidade tem sido objeto de estudo, de acordo com a maioria da literatura acadêmica, desde o final dos anos 1980 e sua aplicabilidade tem sido amplamente discutida, podendo alcançar pontos dentro dos estudos de gênero ou dentro de políticas de interseccionalidade em organizações ou como metodologias políticas de direitos humanos. Apesar de sua expansão, seu conceito é hoje bem articulada como um campo comum para todos os feminismos, baseado nas características de ser complexa, crítica e superadora de divisões, de tal modo que, de acordo com as autoras, a complexidade tende a ser uma nova perspectiva dentro das agendas feministas com potencial para capturar a complexidade na vida social e com abordagens interseccionais adicionando e extendendo novas categorias na busca de uma maior entendimento e explicação de fatos. O sentido crítico da interseccionalidade advém de um debate sobre uma aparente pseudo-crítica ou de uma crítica não muito definida, ou seja, mesmo que a pesquisa sobre interseccionalidade presuma ser fundamentalmente crítica, não há críticas, efetivamente, pelo contrário, existe até um grande consenso quando falamos do campo da interseccionalidade, como ocorre no campo feminista, por exemplo, que, de acordo com as autoras, mesmo pesquisadoras posicionadas fora do ambiente da interseccionalidade acabam por entrar em consenso quando suas posições não reivindicam o gênero como única categoria de análise. A questão da superação de divisões faz-se entender no campo feminista, quando ademais dos conflitos e críticas entre os tipos de feminismo, como por exemplo, os conflitos entre o feminismo estruturalista e pós-estruturalista ou feminismo ocidental e pós-colonial, há o uso da interseccionalidade como ponte de apoio para superar essas diferentes perspectivas, alterando o conceito de conflitos para diferenças, vertentes ou perspectivas em um espaço maior que integre todas essas versões e as unindo em um entidade chamada de feminismo interseccional (Carbin e Edenheim 2013).

Em termos finais, no entender de Cypriano (2013):

“há que se problematizar os modelos de conhecimento apresentados e apostar na elaboração de novas abordagens sobre o que ainda não é e também sobre o que ainda se irá descobrir e problematizar, ou seja, os “territórios selvagens” – redescobrimo e problematizando a partir de nossa América Latina” (Cypriano 2013, 33)

Mendoza finaliza:

“Esta es nuestra hora de desalambrar teorías. En esta hora, la separación entre teoría y práctica, teoría y política se disuelve. Se construye teoría soñando un mundo nuevo. El conocimiento “Otro” da la pauta y abre el camino hacia una nueva era de libertad y amor. La teoría antecede y procede de la acción. Se presenta primero en los sueños para amanecer en la conciencia, para abrir los caminos a seguir. Se pronuncia en las sombras y en la sombra produce la luz que alumbró el camino.” (Mendoza 2009)

## 2. Feminismo como movimento

Sob o ponto de vista de Pinto (2010), o movimento feminista apresenta uma característica muito peculiar, que é a produção de sua própria reflexão crítica, derivada da conexão entre militância e teoria, em que essas duas frentes transbordam seus limites e provocam um debate e uma reestruturação de diversos aspectos na “*história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral*” (Pinto 2010, 15).

Castells (2018) analisa o feminismo como um “*movimento criado de forma discursiva*”, afirmando que o movimento em si não contém apenas discursos em seus trabalhos, mas que sua natureza na teoria e na prática é a (re)definição da identidade da mulher:

“...ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmando a especificidade essencial da mulher, frequentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina.” (Castells 2018, 298)

O feminismo desde a sua origem tem caminhado e desenvolvido suas teorias e trabalhos com base no contexto social, político, econômico na qual as mulheres estão inseridas. Em sua essência, o feminismo sempre procurou uma mudança nas relações sociais sendo o principal a liberdade das mulheres e conseqüentemente a luta por menos desigualdades. Alguns teóricos remetem o início do feminismo por volta do final do século XIII ou a partir dos ideais iluministas (Gamba 2008) mas foi no século XVIII durante a Revolução Francesa que as mulheres iniciaram suas primeiras contestações deliberando sobre a história e sobre a si mesmas, indagando sobre a ordem estabelecida, a igualdade e a liberdade (Silva 2007). Logo após a Revolução Francesa foi escrita a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e entregue à Assembleia Nacional da França, que continha 17 artigos que reclamavam os direitos da mulheres, como igualdade, liberdade, justiça, livre comunicação de pensamentos e opiniões, entre outros e foi uma crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, notadamente direcionada apenas às pessoas do sexo masculino, proprietários e alfabetizados. Ainda assim, sua escritora, Marie Gouze, conhecida como Olympe de Gouges, que escreveu a declaração como dedicatória à Rainha Maria Antonieta, esposa de Luís XVI, foi criticada e guilhotinada em 1793, em Paris, considerada revolucionária (Monteiro e Grubba 2017).

A primeira onda<sup>3</sup> do feminismo, como é conhecida as primeiras demonstrações políticas das iniciativas das mulheres como movimento social articulado, se manteve até o início do século XX, quando houve principalmente, a reivindicação pelo direito ao voto. As *suffragettes*, como eram conhecidas as mulheres que brigavam por esse e outros direitos, organizaram manifestações, foram presas e fizeram greve de fome (Pinto 2010) até a primeira guerra mundial, quando o governo britânico lhes concedeu anistia com o objetivo de recrutar mais mulheres para substituir a mão-de-obra masculina. Logo após o término da guerra, lhes fora concedido o direito ao voto (Gamba 2008). Essa primeira fase do movimento feminista pode ser caracterizado pelo questionamento da divisão sexual dos papéis exercidos pelo homem e pela mulher na sociedade, na qual as mulheres discutiam e argumentavam sobre as diferenças contratuais, econômicas, políticas e sobre as diferenças que lhe eram impostas, reprimindo suas capacidades de escolhas (Monteiro e Grubba 2017).

A segunda onda do movimento feminista iniciou-se nos anos 1960 e estendeu-se até os anos 1980 e foi caracterizada pela incorporação de tópicos culturais, em um amadurecimento do movimento, que já contava com o fortalecimento dos ideais econômicos e políticos para as mulheres. (Martins 2015). Não podemos esquecer também de Simone de Beauvoir com seu livro *O segundo sexo*, que marca as mulheres e é uma das peças fundamentais para se entender o feminismo e a nova onda que surge no anos 1960 (Pinto, 2010). Nesse período, os Estados Unidos e Europa, que passavam por grandes transformações sociais e político-econômicas, como os movimentos dos jovens contra a Guerra do Vietnã, os movimentos estudantis críticos à ordem acadêmica na França e um sistema capitalista entrando com mais vigor no restante da Europa, assistiam também a criação de grandes movimentos culturais, como a cultura hippie por exemplo, que propunha uma nova forma de vida contrapondo os valores morais e de consumo e a descoberta da pílula anticoncepcional (Pinto, 2010). O livro *A mística feminina*, lançada por Betty Friedan em 1963, a I Conferência Internacional da Mulher em 1975 e o lançamento da Carta Política pelo Círculo da Mulher em Paris em 1976 traduzem a situação em que as mulheres se encontravam e como elas trabalhavam para tentar frear, discutir e transformar a realidade na qual estavam inseridas, fortalecendo o movimento feminista. Para Pinto, a segunda onda feminista é um movimento libertário para as mulheres, que aparecem como força motora de uma luta contra o patriarcado ou sobre a forma de dominação do homem ante a mulher. A mulher trava uma batalha para ter mais liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e nesse sentido a luta era em torno das questões do corpo, sexuais e reprodutivas (ibidem).

---

<sup>3</sup> O conceito de “ondas” do feminismo remete à evolução dos movimentos feministas através de uma perspectiva histórica, em que aspectos das suas lutas e fatos propriamente ocorridos traduzem o contínuo desenvolvimento do movimento, onde há um consenso na literatura que permite que se faça essa distinção, mesmo sendo a concepção de ondas uma construção fortemente ocidentalizada.

Para Martins (2015), o sujeito público discutido na primeira onda do feminismo passa a ter uma característica mais privada na segunda onda:

“Se, na primeira onda do feminismo, se evidenciam, em diversos lugares do mundo, movimentos de mulheres que reivindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias do mundo do trabalho, a segunda onda realoca o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades. O imaginário de igualdade e da superação das opressões transita, nesse processo, da rua para casa, da fábrica para o lar. O opressor, do mesmo modo, é personalizado na figura do patriarca – aquele que, no âmbito das relações domésticas e familiares, estaria a inibir por meio da violência física e emocional, a fruição dos direitos e o avanço das conquistas das mulheres.” (Martins 2015, 234)

E sob essas novas perspectivas, o movimento feminismo evoluiu e passou a transformar de modo mais contundente a sociedade em massa, atraindo simpatizantes de todas as classes sociais, etnias, nacionalidades e ideologias políticas. Seus ideais objetivaram transformar os pensamentos sobre senso comum de família, trabalho e dignidade (Fraser 2009), desenvolvendo e fortalecendo a ótica feminista para a próxima fase a ser iniciada. Num Portugal ainda ditatorial emergiu nesta altura uma forte controvérsia em torno da publicação de uma obra a seis mãos de três irreverentes autoras, considerada pornográfica e obscena pelo atual regime. As Novas Cartas Portuguesas, publicadas em 1971, fizeram ressoar em português a emergência de um discurso feminista que dava voz às mulheres numa iniciativa que tinha no fundo tanto de pessoal (do coletivo das mulheres) como político (de um país marcado pela ditadura). A temeridade desta obra num contexto de repressão aliada à sua imensa qualidade artística fez com que ficasse como um marco na história do feminismo europeu (Amaral e Freitas 2014).

A terceira onda do movimento feminista surge nos anos 1990 em uma época pós Guerra-Fria, de políticas neoliberais e de globalização. Para Gamba (2008), o caráter emancipatório característico das primeiras ondas deu vez a institucionalização do movimento com a proliferação de ONGs, fato que gerou muitas discussões entre as teorias feministas, alegando que o ativismo perdeu força como movimento. Porém, além do aumento da participação feminina em organismos governamentais e internacionais, ajudando na criação de âmbitos específicos de seus trabalhos nos Estados, houve também o fortalecimento de espaços femininos nas universidades, em trabalhos de investigação e criação de pesquisas, articulando seus conhecimentos e reflexões com um cada vez maior rigor acadêmico (Gamba 2008). As ativistas feministas passaram então a elaborar novas redes transnacionais de ativismo e procuraram criar laços globais com organizações intergovernamentais e em fóruns de política internacional (S. Álvarez 2014). De acordo com autora, as conferências da ONU e, principalmente, a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing, em 1995, ajudaram a criar um novo paradigma de lutas para as mulheres:

“... motivaram milhares de defensoras dos direitos das mulheres na América Latina e ao redor do globo a intensificar seus esforços de organização transnacional e a lançarem o feminismo para o cenário de desenvolvimento de políticas em nível regional e mundial.” (S. Álvarez 2014, 62)

As críticas também foram fortalecidas, durante os anos 1980 e 1990 com as diferentes abordagens da economia feminista que convergiam para o desenvolvimento do conceito de *Gender and Development* (GAD), na qual antropólogas feministas e feministas socialistas, juntamente com feministas dos países em desenvolvimento passaram a abordar os assuntos referentes ao processo de desenvolvimento da economia, criticando a exclusão das mulheres e assumindo que os modelos necessitavam da inclusão feminina para o melhor entendimento sobre as divisões do trabalho e poder de gênero. As críticas buscavam propor uma reconceitualização da economia do desenvolvimento, fazendo com que as relações de poder de gênero se tornassem visíveis, mostrando as diferentes oportunidades econômicas dos membros de uma mesma família por razões de gênero, assim como as questões acerca do trabalho reprodutivo das mulheres no âmbito privado. Desse modo, a partir dessa discussão, emergiu o conceito de gender mainstreaming na IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher em Pequim, em 1995 (D. Aguiar 2007).

Martins analisa a terceira onda feminista como a transição do “sujeito” discutido no movimento para os “sujeitos”, que sob a perspectiva da autora denota uma “*profunda heterogeneidade do sujeito*”, representada pela introdução de uma pluralidade de discursos dentro do campo teórico feminista e que leva a perda da originalidade e princípios do início do movimento. Ao mesmo tempo, Martins enaltece os pontos positivos esclarecendo que houve a diversificação de questões sociais e políticas, mesmo para as mulheres que não se auto denominam feministas (Martins, 2015). É nesse período também que inicia-se a discussão sobre a distinção sexo/gênero que, se em um primeiro momento, no começo dos anos 1980, o debate sobre o conceito de gênero se delineava como um princípio desnaturalizador incrivelmente poderoso e a partir do qual se impôs distinguindo-se do sexo, no anos 1990, discute-se o problema ocasionado em não historiar o sexo e a natureza distintamente do conceito de gênero, ocultando pressupostos perigosos sobre identidades essenciais (Piscitelli 1997). A luta do feminismo então passa a lutar contra uma concepção binária quase universal e contra os mandatos de gênero até então estabelecidos, assumindo assim uma auto-identificação, onde além do gênero, o sexo também vai além do biológico (Osorio 2019). Podemos citar os movimentos feministas negros e os movimentos transgêneros por exemplo, que, construídos como sujeitos, passaram a compor a interseccionalidade proporcionada pelo estudos de gênero e feministas, mesmo com os questionamentos das mulheres negras sobre o trabalho do feminismo institucional, que tende a ser entendido com um feminismo de mulheres brancas, da classe média e que invisibiliza o impacto da violência de gênero sobre a população de mulheres negras ou

mesmo também os movimentos LGBTs, que discutem a autodeterminação e legitimidade dos corpos e criticam a discriminação sofrida no seio do movimento feminista, criando dessa forma sua própria identidade dentro do movimento, como o movimento feminino trans (Rodrigues, Carneiro e Nogueira 2018).

Já pós virada do milênio, as pautas e objetos de discussão e preocupação do movimento feminista parecem ter se voltado à problematização do corpo da mulher nas questões de gênero, uma vez que *“permite a referenciação do discurso e da prática feminista na contemporaneidade”* (Martins 2015, 242). A autora justifica o uso do corpo nas discussões e debates globais como reivindicações das feministas a criticidade da não abordagem de temas relativos a sexualidade em fóruns e assembleias, partindo-se então, para protestos globais mediante o protagonismo do corpo, demonstrados através de manifestações como a Marcha das Vadias no Brasil e em outros países da América Latina, o SlutWalk no Canadá, Estados Unidos e diversos países da Europa e o FEMEN, que traz questionamentos sobre os significados da linguagem corporal e de novos engajamentos sociais. Nesse sentido, Martins explica que o feminismo vem sendo reformulado no sentido de *“considerar a heterogeneidade das relações sociais, pautadas pela mobilidade e variabilidade”* (Martins 2015, 244).

Há ainda, dentro de um contexto brasileiro, a idéia subjetiva de uma possível quarta onda do movimento feminista, caracterizada, principalmente pela atuação através dos meios de comunicação digitais, em atos que se pode chamar de ciberfeminismo, disseminando as lutas do feminismo e proporcionando uma maior diversidade e presença ao movimento, como o feminismo negro e o feminismo lésbico, que apesar de estarem em pauta há anos, foi com a disseminação dos meios digitais que essas mulheres e também as pessoas trans puderam compartilhar suas críticas, anseios, reivindicações e transmitir sororidade as feministas de suas causas (Perez e Ricoldi 2018). Nesse sentido, o fortalecimento da interseccionalidade em um sentido mais horizontal no feminismo brasileiro a partir dos anos 2000 encoraja uma maior mobilização e posição política na tentativa de dar fim a discriminação sofrida pelas mulheres negras e/ou LGBTs, uma vez que serve como medidor de justiça e condiciona também um coletivo feminino mais organizado, com pautas, estratégias e influências estruturados de forma mais sintética, cujos discursos fluem de uma maneira mais homogênea, principalmente através da internet (ibidem).

## **2.1 – As bases do feminismo latino-americano**

O feminismo latino-americano, baseado em ideais anti hegemônicos decorre, de acordo com Gargallo (2007), de um processo de identificação de reivindicações e de práticas políticas que variaram ao longo de séculos, em que as lutas contra o colonialismo, apesar de amplas, não foram reconhecidas. A autora sustenta que o racismo originário da época colonial e que se perpetuou depois levou o liberalismo no continente a categorizar as mulheres ligando-as às suas classes de origem e às suas etnias, não permitindo que, principalmente mestiças, indígenas e negras tivessem suas reclamações de igualdade legitimadas (Gargallo 2007). Para Luna (2004), a negação sobre as mulheres pode ser caracterizada pela relação patrimonial dependente encontrada na história do desenvolvimento do estado na América Latina - mesmo nos períodos pré-coloniais e coloniais - e pela atuação da família e da Igreja como instituições normativas, que ajudaram a garantir e a manter uma ordem patriarcal, excluindo as mulheres do sistema político. Luna explica que, mesmo com o início da secularização do estado e a possibilidade de políticas liberais no século XIX, a Igreja, com a ajuda das oligarquias conservadoras, manteve seu poder sobre a família e a educação, retendo os direitos reprodutivos das mulheres e suas decisões, atribuindo-as à meras reprodutoras biológicas, sociais e materiais (Luna 2004).

De acordo com Shayne (2007), no fim do século XIX as feministas latino-americanas estavam preocupadas com três questões: a obtenção do sufrágio feminino, leis trabalhistas protetoras e acesso à educação (Shayne 2007), das quais faziam parte: as mulheres mexicanas, brasileiras, argentinas e venezuelanas das classes altas que se reuniam e publicavam artigos explicando sobre o que elas eram, suas histórias, poemas e contos e o que achavam dos homens; professoras que se organizavam em questões como direito a educação, ao voto e a livre expressão, assim como o controle de suas próprias economias e as trabalhadoras assalariadas, que começavam a reclamar os mesmo salários para trabalhos iguais feitos pelos homens (Gargallo 2007).

Essa primeira onda do feminismo latino-americano, que se prolonga até a primeira metade do século XX se tornou notória e conhecida pelas sufragistas latino-americanas, - muitas das quais já tinham acesso ao ensino superior e aspiravam cargos públicos – que reivindicavam acima de tudo, os direitos de cidadania (Luna 2004). Luna explica que o direito ao voto foi uma das questões que encontrou maior resistência na sociedade, porque muitos enxergavam a participação da mulher nas eleições, entre outros motivos, um ato que poderia romper com a paz nos lares ou que as mulheres perderiam sua feminilidade ou ainda que seus votos favoreceriam os conservadores, pois entendiam que as mulheres votariam seguindo os conselhos dos padres. O direito ao voto foi conquistado entretanto, em muitos países, por conta da necessidade dos governos populistas em obter um número

maior de eleitores. Foi na primeira onda também que, de acordo com Luna, as sufragistas iniciaram o discurso crítico com os significados de gênero, limitado ao direito do cidadão, mas que foram importantes para a distinção da mulher como sujeito político. Mesmo tendo um processo um tanto quanto fragmentado, as mulheres conseguiram o reconhecimento da sociedade, tanto por diferenças sexuais como por sujeitos políticos autônomos e estruturaram os conceitos para os movimentos feministas de segunda onda, a partir dos anos 1970 (ibidem).

A segunda onda do feminismo latino-americano inicia-se por volta dos anos 1970 e é, de acordo com Vargas (2002), marcada por um período bastante subversivo e muito significativo para as lutas das mulheres, pois elas questionavam profundamente os pensamentos hegemônicos sobre as relações humanas, contextualizadas em um ambiente sócio político, econômico, cultural e sexual altamente desiguais nos países latino-americanos (V. Vargas 2002), alguns dos quais o poder era exercido por regimes autoritários, principalmente os países do cone sul. Assim como a segunda onda feminista europeia e norte-americana, os movimentos na América Latina emergiram a partir das mulheres de classe média, organizadas inicialmente em pequenos grupos auto gerenciais e independentes (García e Valdivieso 2006) e expandiu-se para um movimento popular de mulheres mais amplo e heterogêneo no final dos anos 1970 e 1980, cujas distintas vertentes expressavam formas específicas e diferentes de como as mulheres construíram identidades, interesses e propostas (V. Vargas 2002). Segundo Vargas, a vertente feminista propriamente dita trabalhou o questionamento sexual e social das mulheres, lutando para mudar suas condições de exclusão e subordinação nos setores público e privado. Uma outra vertente, explica Vargas, refere-se às mulheres urbanas populares, que estavam engajadas na politização, confrontação e expansão de seus papéis na esfera privada, do mesmo modo que suas atribuições no espaço público. A última vertente, na concepção da autora, é o aspecto das mulheres ligadas aos espaços de participação política como partidos e sindicatos, que iniciaram o trabalho de questionamento e organização autônoma dentro desses espaços, ocupados hegemonicamente por homens (V. Vargas 2002). Os anos 1970 foram um período bastante conturbado no contexto latino-americano, onde a militância feminina representava não apenas o movimento de mulheres, mas sim todos os movimentos sociais progressistas e revolucionários contra regimes militares opressivos, principalmente no Chile, Uruguai, Brasil, Peru e Argentina, mesmo sendo criticadas pelas alas masculinizadas desses movimentos que desqualificavam suas lutas de questionamento das práticas patriarcais, discriminatórias e exclusivas (Canavae 2009). De acordo com Canavae, ser feminista nesse período não significou somente ter participado pública, massiva e ativamente em movimentos sociais contra a política repressiva, contra a tortura ou estar dentro de movimentos clandestinos em partidos políticos, mas implicou também estar

engajada em um “conjunto de asuntos de interés específico para las mujeres que, además, adherían a una ciertas normas de organización (participación directa, procedimientos horizontales en la toma de decisiones)” (Canavae 2009, 102). Não podemos deixar de mencionar o slogan das feministas chilenas que logo se tornou uma expressão que passou a identificar todo o movimento feminista latino-americano: “*Democracia en el país, en la casa e en la cama*”, que denunciava a negação da pessoa, do corpo e da sexualidade como assunto político (ibidem).

Esses movimentos feministas, seus aspectos e trabalhos nesse período, na opinião de Luna (2004), expressaram um avanço significativo nos esforços das sufragistas da onda anterior, que conseguiram reconhecer a vida privada “*como um campo importante de subordinación y de significación de género*”. Luna explica que:

“Las transiciones democráticas posibilitaron florecer nuevas reivindicaciones como los derechos reproductivos y la libre opción a la maternidad y a la sexualidad, así como la participación política plena y activa de las mujeres. También se develó con mayor claridad la desigualdad existente en la división sexual del trabajo y la violencia de la que eran y so objeto mujeres de todas las clases, razas y edades” (Luna 2004, 59)

A terceira onda feminista latino-americana, iniciada no final dos anos 1980, foi, na opinião de Vargas (2002), um período que apresentou um aprofundamento no desenvolvimento do feminismo com base em novos e complexos cenários, como o processo de globalização por exemplo, que proporcionou efeitos e consequências contraditórias em que, se de um lado, houve efeitos negativos da aceleração de políticas neoliberais, do outro lado, desencadeou a recuperação e transição da construção democrática na região. A autora explica que os processos de globalização trouxeram também a possibilidade de um novo terreno para os movimentos sociais e feministas, principalmente a luta pelos direitos dos cidadãos, fomentada pela sua crescente inclusão nos espaços globais e aberta pelas Nações Unidas (V. Vargas 2002). A ampliação dos espaços de participação política, o estabelecimento de novos canais de comunicação e uma melhor articulação com a sociedade civil para descentralizar as ações do Estado (Silva 2007), abriu espaço para a institucionalização do feminismo, caracterizada pela incorporação de mulheres em instituições políticas, a fomentação do debate feminista e a inclusão de movimentos sociais até então considerados minorias, como migrantes, indígenas, afrodescendentes, entre outros, ajudando a proliferar políticas de reconhecimento e de igualdade (Laba 2014). O que também ajudou na polarização do feminismo latino-americano foi, segundo Carosio (2009), o surgimento das ONGs<sup>4</sup>, que ajudaram a abrir espaços de conhecimento, saber,

---

<sup>4</sup> Se de um lado, a criação de ONGs feministas na América Latina nos anos 80 e 90 ajudou na institucionalização do movimento feminino, por outro lado, aumentou a criticidade dentro do próprio movimento. Detalharei melhor as questões opostas no espaço feminista ocupado pelas ONGs no capítulo 2.3 – Influência das Organizações Não Governamentais no processo estrutural de políticas públicas de igualdade de gênero na América Latina.

gestão e institucionalização, afirmando e fortalecendo propostas de políticas ativas para as mulheres (Carosio 2009).

Para Luna (2004), o trabalho com as ONGs feministas trouxe uma particularidade relevante para o feminismo latino-americano e para o desenvolvimento da categorização do gênero como estudo. Luna explica que até o final dos anos 1980, os termos conceituais de gênero eram discutidos dentro de um tema central que era “desenvolvimento”, no qual a linha de investigação seguia o parâmetro “mulher e desenvolvimento”, orientado por organismos internacionais como as Nações Unidas e a OIT. A partir dos anos 1990, segundo a autora, o conceito mudou para “gênero e desenvolvimento” e traduziu o objetivo de focar em dois campos de interesses das mulheres:

“Estos intereses se han conceptualizado como: “interesses prácticos de género”, o a corto plazo, que se refieren a la supervivencia y demás necesidades básicas, e “interesses estratégicos de género”, o a largo plazo, que persiguen crear conciencia, facilitar capacitación y generar liderazgo com el objetivo de modificar las relaciones desiguales de género” (Luna 2004, 60)

Luna foca sua análise no primeiro interesse das mulheres, que a mesma conceitua de *Movimientos por la Supervivencia*, que gira em torno da responsabilidade feminina da economia familiar, principalmente a alimentação e os cuidados com as crianças, assim como as lutas por moradias, saúde e educação, estas últimas compartilhadas com os homens. Estes movimentos, em âmbitos urbanos e rurais mostram que a condição materna é transparente, mas também evidencia os significados de gênero construídos opostos aos masculinos como por exemplo, a tripla função reprodutiva – biológica, social e material – no espaço privado ante a produção masculino no âmbito público; a responsabilidade nos cuidados com as crianças frente ao abandono do pai e a submissão diante da dominação, violenta em muitos casos. Para a autora, esse processo pode ser elocubrado por dois momentos históricos na região latino-americana: em um primeiro momento, nos anos 1950 e 1960, em que o processo de êxodo rural que acelerou a urbanização periférica das capitais, identificou a mulher como sujeito receptor de assistencialismo dessas novas moradias urbanas, mostrando que a auto construção das moradias contou em grande parte com a mão feminina, sendo a mulher, o eixo central de políticas de doações de alimentos; e o segundo momento que ocorre nos anos 1980 e 1990 na crise econômica que se instaurou na maioria dos países latino-americanos, junto com o ajuste estrutural decorrente que seguiu. As mulheres populares, que formavam a maioria feminina, sobrecarregadas com os efeitos da crise doméstica privada, tiveram que aumentar suas jornadas de trabalho e se organizar para suportar a sobrevivência diária, adotando outras estratégias como a tecelagem e a confecção de roupas, fortemente desenvolvidas pelas mulheres. Foi nesse contexto que o movimento de mulheres populares passou a ter contato com ONGs feministas. Os *Movimientos por la Supervivencia* demonstraram que perante a inércia do Estado - que

mesmo sabendo da sua obrigatoriedade em dar suporte aos setores populares da sociedade, - conseguiram:

“la transformación de la estructura organizativa vertical en una horizontal y la elección democrática de sus representantes, el cuestionamiento de la dependencia gubernamental, la denuncia del abandono e irresponsabilidad paterna y los malos tratos. De esta manera han comenzado la transformación de las relaciones de género” (Luna 2004, 62)

Porém, como Luna mesmo explica, o ajuste estrutural desde os anos 1990, tem seguidamente ferido os setores femininos mais populares, as sobrecarregando com os fardos sociais reprodutivos.

Para Alvarez (1998), o feminismo dos anos 1990, assim como os novos movimentos sociais surgidos nessa era democratizante, se reinventaram e passaram a constituir “*um amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacético y polifónico campo*” (S. E. Álvarez 1998, 266), no qual as feministas não reivindicavam apenas políticas públicas ou leis de cotas e inclusão de gênero nas organizações sociais, mas também buscavam sentidos e significados para seus debates e argumentos. Segundo a autora, os discursos feministas também tratavam de assuntos com características fortemente culturais, como o significado da cidadania, do desenvolvimento, da saúde reprodutiva e da própria democracia, com vários pontos de vista de mulheres e feministas (S. E. Álvarez 1998, S. Álvarez 2001). As organizações e identidades feministas multiplicaram-se e o feminismo popular cresceu dentro da sociedade, levando as mulheres pobres articuladas, as operárias e as trabalhadoras rurais a se identificarem com o movimento, resultando como consequência, uma “*diluição das barreiras e resistências ideológicas em relação ao feminismo*” (Matos 2010, 85).

Outro fator importante no desenvolvimento dos movimentos feministas no século XX ocorrido na segunda e terceira onda feminista latino-americana foi os Encontros Feministas que, na concepção de Álvarez (2003) ajudou as participantes a entender e construir significados políticos e culturais através do compartilhamento de diferentes perspectivas, de mulheres oriundas de “*condições sociopolíticas e heranças coloniais e neocoloniais*” similares. A autora explica que as reuniões foram cruciais, ao ponto de contrariar as regras masculinas, produzir um vocabulário político comum ao movimento feminista e promover novas modalidades de ativismo transfronteiriço. Temas como saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher e representação política ajudaram a redirecionar as práticas, os discursos e as políticas estatais, uma vez que poderiam ser adaptados aos contextos locais, sendo fortalecidos pelo ativismo e interação regional (Álvarez, Friedman, et al. 2003). Vargas (1994) explica que os Encontros surgiram através da necessidade de um intercâmbio mais direto entre as feministas, em um momento que começaram a perceber que haviam vários grupos em diversos países compartilhando o

mesmo entusiasmo de dividir as mesmas dificuldades e de ajudar a vislumbrar e trilhar novas perspectivas e alternativas (V. Vargas 1994). Surgidos a partir de grupos e organizações de mulheres dos anos 1970 e 1980, os Encontros vão, no decorrer do seu desenvolvimento, criando um espaço de unificação e vivência dos diversos grupos feministas em torno de uma agenda (Adrião, Toneli e Maluf 2001). Na tabela abaixo, sintetizamos os 14 Encontros Feministas entre 1981 e 2017 mostrando seus objetivos e propósitos das organizadoras, os temas e debates discutidos, assim como os resultados e conclusões:

Tabela II – Os Encontros Feministas Latino-americanos e Caribe e seus Pontos.

Nombre y lugar	Objetivo/Propósito/Pregunta	Metodología y temas/subtemas	Debates/Conclusiones/Propuestas
<i>“¡Llegaron las feministas!” I EFLAC (1981, Bogotá-Colombia).</i>	“avanzar en el proceso de organización y liberación de la mujer”	-Un comité organizador -cuatro comisiones de trabajo: (1) sexualidad y vida cotidiana (en los que se abordaron, entre otros, el lesbianismo <sup>10</sup> y la violencia sexual representada en la violación), (2) mujer y cultura (el lugar de la mujer en los medios de comunicación, el derecho a la educación, lugar del arte en los procesos de liberación de las mujeres), (3) mujer y trabajo (4) feminismo y lucha política.	-Un comité organizador -cuatro comisiones de trabajo: (1) sexualidad y vida cotidiana (en los que se abordaron, entre otros, el lesbianismo <sup>10</sup> y la violencia sexual representada en la violación), (2) mujer y cultura (el lugar de la mujer en los medios de comunicación, el derecho a la educación, lugar del arte en los procesos de liberación de las mujeres), (3) mujer y trabajo, y (4) feminismo y lucha política.
<i>“Feminismo y patriarcado” II EFLAC (1983, Lima-Perú).</i>	“Discutir sobre el patriarcado como eje principal de opresión y su vinculación con instituciones represivas de la mujer como la familia, el estado, la iglesia y el mercado.”	Mesas y talleres Temáticas principales: la relación entre el patriarcado, la subjetividad y la <i>cuerpa</i> femenina y el vínculo saber/poder como discusión política. -La experiencia de las lesbianas latinoamericanas y del Caribe como una reivindicación política feminista. -La experiencia de las latinoamericanas en el exilio por los autoritarismos y las dictaduras. -La violencia sexual contra las mujeres como instrumento del patriarcado. -primer taller en los EFLAC sobre el racismo, organizado por mujeres negras e indígenas.	-Problematización de la heterosexualidad como régimen político (Falquet, 2003). -Denuncia a la invisibilización de las condiciones de opresión de las mujeres asociadas a la categoría “raza” <sup>11</sup> , tanto en la sociedad como en los encuentros de feministas.

<p>“<i>Nossos feminismos, nossos corpos, o racismo</i>” III EFLAC (1985, Bertiooga-Brasil)</p>	<p>incluir en la agenda de las feministas latinoamericanas la discusión sobre la represión del sistema raza (no solo clase y de género) padecido por las mujeres y niñas de la región</p>	<p>Talleres y foros sobre racismo, violencias, comunicaciones y artes en el feminismo, lesbianismo, derecho al aborto y la precariedad laboral de las mujeres latinas</p>	<p>-Insertar en la agenda, nuevas temáticas como la prostitución/trabajo sexual, las relaciones entre mujeres y su vida cotidiana como lugares de acción política -Debate frente al carácter de movimiento social y político del feminismo<sup>12</sup></p>
<p>“<i>La política feminista en Latinoamérica, hoy</i>” IV EFLAC (1987, Taxco-México).</p>	<p>se preguntó ¿cuál es el núcleo del feminismo ante la diversidad?</p>	<p>-la maternidad de las lesbianas; el trabajo comunal y la experiencia de los talleres productivos de mujeres como alternativa al neoliberalismo<sup>13</sup>. -Por primera vez se discuten el orgasmo y el derecho al placer femeninos, más allá de la función reproductora de la sexualidad femenina (llevándose a cabo un taller que se tituló “sexualidad, orgasmo y placer”). -El lenguaje sexista como otra manifestación violenta estructural y cultural del sistema patriarcal.</p>	<p>-La necesidad de generar procesos colectivos de memoria del movimiento de mujeres a través de centros de documentación. -Se puso sobre la mesa por primera vez la relación entre los feminismos y otras luchas como el ecologismo<sup>14</sup>.</p>
<p>“<i>Feminismo de los 90</i>” V EFLAC (1990, San Bernardo-Argentina)</p>	<p>-El debate cada vez más álgido entre autonomía e institucionalización, -implementación de las políticas desarrollistas en el continente. -las acciones y propuestas de resistencia de agrupaciones y colectivos feministas para no ceder su independencia ante la imposición de agendas políticas al servicio de las ONG y de las agencias de cooperación.</p>	<p>Cuatro ejes temáticos de la agenda política: (1) construcción de las identidades; (2) variantes organizativas y espacios de desarrollo; (3) relaciones del movimiento feminista con otros ámbitos sociales, y (4) propuestas políticas, perspectivas y estrategias.</p>	<p>Las pugnas por la independencia vs institucionalización. Se redactó una declaración a favor del aborto como un derecho, y con ello se decretó el 28 de septiembre como el <i>día del derecho al aborto de las mujeres de América Latina y el Caribe</i>.</p>
<p>“<i>Compartiendo las propuestas feministas: reconociendo los avances, cuestionando los nudos y trascendiendo los límites</i>” VI EFLAC (1993, Costa del Sol-El Salvador).</p>	<p>Discutir e identificar los nudos de los movimientos feministas.</p>	<p>-La fragmentación del feminismo derivada de las dificultades de articular en estrategias las múltiples opresiones, el poder y la ética, -Los mitos, la autonomía, la relación movimiento feminista-movimiento de mujeres, -la institucionalización del movimiento y los propios encuentros feministas. -la participación en la IV Conferencia Internacional de la Mujer de la ONU, a realizarse en 1995 en Beijing.</p>	<p>-Se identifica y se hace visible la <i>corriente autónoma del Feminismo latinoamericano</i><sup>15</sup>. - Enfatizar en la necesidad de establecer criterios claros y precisos para la gestión sin comprometer la autonomía feminista ni generar dependencia de la financiación externa.</p>

<p><i>“Autonomía e institucionalización del movimiento feminista”</i> VII EFLAC (1996, Cartagena-Chile).</p>	<p>Se concentró en la discusión sobre autonomía e institucionalización del movimiento.</p>	<p>Tres paneles: (1) marcos políticos filosóficos de las distintas corrientes del feminismo latinoamericano y caribeño; (2) el lado oscuro y discriminado del feminismo en el “Ser y Hacer feminista” (las disidencias feministas como el anti-racismo y el lesbo-feminismo); (3) titulado “desenredando nuestras estrategias”, debatiéndose allí la autonomía (en contraposición a la institucionalización) y las estrategias políticas necesarias para la construcción de los movimientos<sup>16</sup></p>	
<p><i>“Feminismos Plurales”</i> VIII EFLAC (1999, Juan Dolio-República Dominicana.).</p>	<p>Reconocer el pluralismo de los feminismos de América Latina y el Caribe.</p>	<p>Un eje transversal: lo cultural-simbólico, expresado en el uso del arte como herramienta política y de exploración de la subjetividad feminista. Los tres ejes políticos principales fueron: (1) el feminismo frente a los viejos y nuevos modelos de dominación, se centró en el desafío que el modelo económico representa para el feminismo; (2) el feminismo como movimiento social, en el cual se discutió la definición de feminismo como movimiento revolucionario y esencialmente político; y (3) las perspectivas feministas, donde se tendió a subrayar las múltiples aristas del feminismo, su pluralidad. Sobre la diversidad se debatió de forma general.</p>	<p>Se debatió nuevamente en este octavo Encuentro sobre cómo esa institucionalización “se traduce en la relación con las organizaciones financiadoras, la <i>ONGización</i> del movimiento y la profesionalización de sus militantes” (Restrepo &amp; Bustamante, 2009, p.44).</p>
<p><i>“Resistencia activa frente a la globalización neoliberal”</i> IX EFLAC (2002, Playa Tambor-Costa Rica)</p>	<p>La discusión sobre las implicaciones de la globalización en la vida y el cuerpo de las mujeres latinoamericanas y caribeñas. Se enfocó también en los esfuerzos por democratizar la información y redefinir la política de financiamiento.</p>	<p>las expresiones del feminismo como sujeto socio-político en la transnacionalización del patriarcado y el capitalismo, el cuerpo-mundo femenino como políticas, resistencias y alternativas en la globalización.</p>	<p>Como punto especialmente importante se denunciaron y repudiaron los feminicidios en la región, como los asesinatos sistemáticos de mujeres en Ciudad Juárez, reclamando la necesidad de ponerlos de manera urgente en la agenda política de los Estados y en el foco de los medios para visibilizarlos.</p>
<p><i>“Feminismo y democracia”</i></p>	<p>Discutir cómo la noción de democracia evidencia</p>	<p>el feminicidio, el abuso sexual y violación, la</p>	<p>-La participación de las mujeres Trans en los</p>

<p>X EFLAC (2005, Sierra Negra-Brasil).</p>	<p>una contradicción fundamental a la luz de fenómenos que afectan directamente a las mujeres.</p>	<p>feminización de la pobreza, el racismo, el sexismo, la discriminación, el etnocentrismo, la xenofobia, la lesbofobia, el tráfico de personas, la mercantilización de la mujer, el control de los cuerpos de las mujeres por parte de la Iglesia y el Estado, las limitantes de facto en la participación política, y la incongruencia entre nivel de educación y los cargos en el mundo laboral para las mujeres de Latinoamérica y el Caribe.</p>	<p>encuentros, decidiendo abrirles el espacio en adelante. -Crítica al modelo de democracia en América Latina. -La comprensión y, sobre todo, la experiencia de los efectos del capitalismo en la vida de las mujeres: la pobreza, la desigualdad, la migración forzada, el acoso, el feminicidio, entre otros, han sido problemas que la democracia no ha resuelto.</p>
<p><i>“Las realidades latinoamericanas ante los fundamentalismos de hoy”</i> XI EFLAC (2008, Ciudad de México, México)</p>	<p>Cuestionar la invisibilización de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres por los gobiernos “progresistas” de América Latina y el Caribe.</p>	<p>-Reuniones y talleres. -Se cuestionó la presión existente en los feminismos latinos por elegir un punto de vista extremo sin dar espacio a la reflexión.</p>	<p>-Posicionar en la agenda política las necesidades de: el ejercicio diario del poder político y el placer de las mujeres de una manera feminista; -La superación del déficit de reconocimiento ante las diferentes expresiones feministas; -El fortalecimiento de la capacidad de liderazgo y la producción de nuevas sexualidades y nuevos deseos como aspectos profundamente revolucionarios.</p>
<p><i>“30 años de feminismo Latinoamericano y del Caribe: desatar, desnudar y reanudar”</i> XII EFLAC (2011, Bogotá-Colombia).</p>	<p>“Avanzar desde el feminismo en una agenda política que promueva la dignidad y libertad de las mujeres y que respete la igualdad, la diversidad y la diferencia” (EFLAC XII- Memorias, 2011).</p>	<p>La autonomía, la sexualidad, los estados laicos, la ciudadanía, la democracia, las subjetividades, el sistema económico, la pobreza y globalización; las intersecciones del feminismo, los postfeminismos, el cuerpo político, la relación del feminismo con otros movimientos sociales y las relaciones al interior del mismo feminismo.</p>	<p>Este encuentro produjo un debate a causa de la locación del evento (el Hotel Tequendama de la capital colombiana, reconocido por pertenecer a la élite militar de este país). Razón por la cual, paralelo al XII EFLAC, se llevó a cabo en la misma ciudad, a modo de disidencia, el Encuentro Latinoamericano y del Caribe de Acción y Prácticas Feministas -ELCAP-, como reafirmación de un feminismo necesariamente antimilitarista con el cual se identificaron cientos de feministas de la región y del mundo.</p>
<p><i>“Rebeldías, creaciones y transformaciones”.</i> XIII EFLAC (2014, Lima-Perú)</p>		<p>-Ponencias, talleres y grupos de discusión. Tres temas: -La interculturalidad crítica (feminismos comunitarios),</p>	<p>Una de las reflexiones a las que llegó el encuentro es que la diversidad que se expresa en los movimientos feministas latinoamericanos es una “diversidad politizada, que reconoce las diferentes</p>

		<p>-La sostenibilidad de la vida (participación de las mujeres en el mercado laboral – incluyendo el trabajo del hogar– y las exigencias del tiempo de trabajo) y</p> <p>-El cuerpo como territorio.</p>	<p>ubicaciones sociales, económicas, culturales, sexuales, geopolíticas, de conocimiento, de posicionamiento y de estrategias, que contiene el universo feminista de la región” (EFLAC XII-Memorias, 2014).</p> <p>-La sostenibilidad de la vida que evidencia la interrelación entre capitalismo, heteropatriarcado y colonialidad que impacta a las mujeres.</p> <p>-El develar múltiples y variados territorios–cuerpos desde donde se construye discurso y práctica feminista, visibilizando “que la defensa de nuestros cuerpos como sujetos políticos portadores de derechos y la defensa de nuestros territorios como espacio de vida material, cultural, histórica y simbólica, es una lucha central en nuestros feminismos” (Boletín especial VIII EFLAC, 2014, p. 1-2).</p>
<p>“Diversas, pero no dispersas” XIV EFLAC (2017, Montevideo-Uruguay)</p>	<p>Se enfocó en la reunión de las distintas expresiones feministas de la región, como contribución al fortalecimiento de la democracia en América Latina y el Caribe.</p>	<p>Ejes temáticos y subtemas:</p> <p>(1) Cuerpos, subjetividad y derechos; (2) racismo y discriminación (descripción de la construcción de la sociedad racializada); (3) desafíos y perspectivas de la economía feminista; (4) democracia, Estado Laico y fundamentalismo (incertidumbres del momento político); (5) los nombres de los feminismos<sup>18</sup>; (6) guerras y resistencia colectiva. Expulsiones, tierra y territorio; (7) violencias de género (ni una menos); (8) autocuidado, protección y buen vivir feminista (hablar de amor); y (9) diversidad, autonomía y poder: dilemas y desafíos.</p>	<p>-Incorporar los derechos humanos de las mujeres desde una perspectiva feminista en la agenda de los Estados.</p>

Fonte: (García, González e Llano 2019)

Nota-se que os temas presentes nas agendas demonstram uma preocupação e atenção constante e transversal às discussões, em que muitas questões vigentes por décadas ainda continuam a ser debatidos. Debates acerca do direito das mulheres, incluindo as

condições de igualdade, a divisão sexual do trabalho (produtivo/reprodutivo) e a remuneração desigual entre homens e mulheres com trabalhos iguais, a violência contra a mulher (física, sexual, psicológica, emocional, econômica, linguística, cultural, social, simbólica, etc), o direito à sexualidade livre e ao prazer, incluindo a maternidade forçada, a falta de acesso à contracepção, a contracepção, a esterilização forçada, falta de acesso à educação sexual e o direito ao aborto gratuito, legal, seguro e acessível, assim como as denúncias sobre a feminização da pobreza, migração e racismo são temas permanentes de discussão (García, González e Llano 2019).

O novo milênio chega então com a possibilidade de políticas mais progressistas que reúnem crescimento econômico, fortalecimento da democracia e justiça social frente ao descontentamento de políticas neoliberais na região, promovendo as feministas uma transversalização de seu movimento, alcançando não somente sua extensão vertical dentro dos governos, mas também atingindo horizontalmente muitas parcelas da sociedade (Matos e Paradis 2013). Porém, assim como houve grande progresso do movimento feminista em prol das suas lutas e reivindicações, o antagonismo exacerbou-se de modo crescente também, principalmente a partir do século XXI.

Não parece novidade na história da humanidade que os movimentos conservadores tentem conter os avanços que coloquem em risco os alicerces no quais se estrutura a formação de grupos dominantes. Dito isso e, diante do que foi exposto até aqui, podemos compreender o movimento antifeminista, formado por uma espécie de discurso de ódio contra as mulheres engajadas na luta pela igualdade de gênero, que parece ter reemergido nos primeiros anos do século XXI.

No contexto global, Vasconcelos (2019) explica que a onda conservadora que ronda os países Europeus ou a que se firmou no Brasil ou nos Estados Unidos, com a vitória de Donald Trump e Bolsonaro, foi responsável por trazer à tona um debate público e institucional que fortaleceu o caráter antifeminista. No caso brasileiro, segundo a autora, as divergências de opinião em relação a temas como legalização do aborto ou da suposta imposição da ideologia de gênero marcam de maneira mais contundente os limites entre o feminismo e o antifeminismo.

“A onda conservadora tem várias frentes de combate e moralização da vida social. Primeiro, barrar o que se tem chamado de ideologia de gênero, sobretudo, nas escolas de ensino médio e fundamental. Como gênero nasce no seio do feminismo, as feministas tornam-se alvos prioritários. Esse ativismo antigênero e antifeminista reflete-se no combate à suposta doutrinação ideológica nas escolas e por barrar leis que criminalizem a homofobia e descriminalizem o aborto. Sendo assim, a política tem sido o instrumento, o meio usado por esses grupos sociais para conquistar seus objetivos. O combate à “ideologia de gênero” tem sido a bandeira política para angariar votos.” (Vasconcelos 2019, 66)

Aguiar e Pereira (2019) sugerem que o próprio declínio da Onda Rosa<sup>5</sup> no final da última década dos anos 2000, que contribuiu com a ascensão do campo da direita na América do Sul, evidenciou um processo de contestação de direitos adquiridos no âmbito moral e nas pautas econômicas, sendo o antifeminismo um dos elementos que marcaram essa transição. Segundo os autores, no caso brasileiro, o desgaste da imagem de Dilma Rousseff, afastada do cargo por um processo de *impeachment* evidenciou a presença do discurso antifeminista na sociedade:

“O que chama atenção na construção da deslegitimação do governo de Dilma Rousseff se seguiu nos anos posteriores no pensamento social e político brasileiro: as ofensas em relação a gênero, piadas sexistas, questionamento quanto a preferência sexual da presidenta, e objetificação do corpo da mulher.” (Aguiar e Pereira 2019, 10)

Propondo-se a fazer uma arqueologia do antifeminismo no Brasil, Schmidt (2006) sugere que suas fundações foram enraizadas na medida em que o próprio desenho do desenvolvimento econômico e da organização social do país foi sendo consolidado:

“Pode-se afirmar que o patriarcalismo, refinado pelo reacionarismo e conservadorismo da classe social dominante, constitui a formação discursiva hegemônica que sustenta a base de estruturas institucionais e ideológicas do campo político. O termo “político”, tal como o emprego aqui, designa não só as formas de organização social do Estado, da economia, da sociedade e do gerenciamento do capital simbólico na esfera pública, mas também as relações familiares e afetivo-sexuais na esfera privada.” (Schmidt 2006, 781)

De acordo com dados estatísticos trazidos pela autora, o Brasil ocupa uma das piores condições de trabalho feminino dentre os países da América Latina, sendo a renda masculina 30% maior do que a das mulheres, são as famílias constituídas por mães solo as principais vítimas da insegurança alimentar que assola 6,5% das famílias brasileiras. Schmidt pondera que esses dados revelam uma sociedade que não conseguiu superar as estruturas de dominação e expropriação que caracterizam seu desenvolvimento histórico.

Compreender a hegemonia de uma elite patriarcal de gênero explica, segundo Schmidt, porque a literatura, inclusive de esquerda, não se debruça sobre a questão de gênero ou sobre a opressão das mulheres na sociedade. A pesquisadora reitera que é essa abstenção de debate sobre as condições de vida das mulheres no espaço social que reforça a refutação ao feminismo amparada pelo Estado e pela Igreja, instituições cuja estrutura retórica é pautada pelos valores de família. Nesse sentido, a construção do imaginário coletivo é constantemente mobilizada na ressignificação do feminismo como uma prática que visa romper com *status quo* fazendo, muitas vezes, com que o discurso antifeminista encontre nas próprias mulheres seu meio de propagação:

---

<sup>5</sup> Termo recentemente difundido nas ciências políticas, a Onda Rosa marca o período de ascensão dos governos de esquerda na América Latina. Iniciado em 1998 com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela, esse período se estendeu durante toda a primeira década do século XXI abrangendo Chile, Brasil, Bolívia, Uruguai, Perú, Argentina, Equador e Nicarágua.

“Identifico cinco pontos de conflito entre feministas e antifeministas: questão da igualdade, do aborto, da nudez, o estereótipo criado em torno da feminista e a relação conflituosa que os feminismos estabelecem com as diversas religiões de matriz cristã”. (Vasconcelos 2019, 43)

Vasconcelos (2019) se propôs a analisar o movimento antifeminista nas redes sociais, espaço para onde o feminismo se expandiu levando consigo a matriz ideológica contrária. Na pesquisa feita pela autora, ela propõe entender quais são os principais pontos de choque das duas correntes e compreender de que forma o discurso feminista é distorcido pelo antifeminista. Dentre as interpretações possíveis, Vasconcelos sugere que o antifeminismo no Brasil dos últimos anos foi ancorado na crítica contra a esquerda, que dominou o espaço político e social e na luta ideológica entre mulheres:

“Há disputas observáveis claramente, pois a partir das páginas feministas são criadas páginas antifeministas fazendo paródias de seus títulos. Também há certa reação mais tímida de páginas feministas que fazem paródias das antifeministas. Dois universos simbólicos/discursivos em disputa.” (Vasconcelos 2019, 334)

Uma pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha em abril de 2019 com 2086 brasileiros ajuda a ilustrar o panorama do antifeminismo na sociedade brasileira. A pesquisa aponta que 38% das brasileiras se consideram feministas e 56% rejeitam se associar com o feminismo. Dentre as entrevistadas que se identificam com o movimento, as que se autointitulam mais feministas são jovens e representam 47%; enquanto as mulheres de 34 a 44 anos são as que se consideram menos feministas. No que diz respeito aos aspectos étnicos, as mulheres de cor preta somam 47% de feministas, contra 37% entre as pardas e 36% entre as brancas. No grupo analisado, 29% diz apoiar o governo de Bolsonaro, contra 48% de mulheres contrárias ao governo. A pesquisa ouviu também as opiniões dos homens, resultando em 52% de apoio ao feminismo em detrimento aos 40% que se dizem contrários e os 8% que não quiseram opinar. Quando leva-se em conta os homens que apoiam o governo Bolsonaro, há um empate de 46% para cada lado, e os mesmos 8% que não opinaram.

A pesquisa ainda leva em conta o índice de aprovação da posse de armas entre os entrevistados. Dentre os homens que apoiam a flexibilização das regras para ter acesso a armas, 30% pretendem comprar uma arma para se defender e desse grupo, 47% não apoiam o feminismo. Com relação sobre os benefícios do feminismo, entre todos os participantes da pesquisa, 45% acreditam que o feminismo traz mais benefícios para as mulheres e 41% atribuem mais prejuízos. Entre os homens, a porcentagem de pessoas que vêem o feminismo mais benéfico para mulher é de 48% e entre as mulheres esse índice fica em 43%. Na opinião dos eleitores de Bolsonaro, 48% acha que o feminismo traz mais prejuízos, enquanto 39% argumentam que o benefício é maior. A violência contra a mulher foi outro tema pesquisado e, de acordo com a análise, 90% acredita que a violência contra a mulher aumentou no último ano, enquanto 56% discordam quando perguntados se as leis no Brasil

são adequadas para as mulheres. 43% dos entrevistados acha que o Brasil tem leis adequadas para proteger as mulheres. Entre os mais jovens, a porcentagem dos que acham que as leis brasileiras não são adequadas aumenta para 60% e vai diminuindo conforme aumenta a faixa etária, chegando a 49% entre as pessoas com mais de 60 anos (DATAFOLHA 2019).

A falta de trabalhos e pesquisas científicas em torno do antifeminismo não nos permite ir à fundo no tema a ponto de comparar a expressividade do movimento em outros países da América do Sul; no entanto, Aguiar e Pereira (2019) parecem corroborar a ideia de que o antifeminismo brasileiro tem forte relação com o processo político que se desenrolou nos últimos anos:

“Em um contexto em que a sociedade enfrentava crise política e econômica, discursos antifeministas floresceram, quando a realidade é que todo e qualquer discurso que se colocava como antagonista a narrativa do governo petista fora visto pela população como positivo. Dentro desse espéctro, a "nova direita" foi ganhando mais espaço e adesão a partir de 2014, com elevada contribuição da mídia e sua propaganda negativa em relação a Dilma Rousseff, e a capacidade de ampliação dos movimentos através das redes sociais.” (Aguiar e Pereira, 2019)

## **2.2 – O papel dos movimentos feministas latino-americanos no século XXI**

O neoliberalismo, que predominou em boa parte dos países latino-americanos até o final do anos 1990, a partir dos anos 2000 teve, segundo Faria & Moreno (2007), um aumento de críticas por conta do fortalecimento de posições antiglobalização e de movimentos e expressões coletivas com conotações mais sociais como o Fórum Social Mundial (FSM), campanha contra a ALCA e os Tratados de Livre Comércio, resultando em governos com eixos mais progressistas e abrindo um espaço ainda maior para o movimento de mulheres (Faria e Moreno 2007)

Vargas (2015) explica que o movimento feminista latino-americano a partir do século XXI tem se empenhado em buscar e exigir o reconhecimento do corpo como merecedor de direitos, ou seja, de ser cidadão como sujeito político, detentor de conhecimento e liberdade de expressão, inserido em um contexto onde os movimentos democráticos latino-americanos buscam fazer parte integrante dos direitos a cidadania global, principalmente no que tange a participação de pactos, conferência e convenções, todos delineados dentro do direito internacional. Segundo a autora, houve importantes avanços a nível mundial como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e as Conferências Mundiais da ONU e também a nível regional com o trabalho da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o

Caribe) expressado nos consensos regionais como o Consenso de Quito (2007), o Consenso de Brasília (2010) e o Consenso de Domingo (2013), todas ambientadas em uma estrutura global para os direitos dos cidadãos, levando-se em conta também o papel das migrações globais e direitos universais (V. Vargas, *Feminism and Democratic Struggles in Latin America* 2015). Essa ligação existente entre o feminismo latino-americano e cidadania no século XXI aparece, segundo Valdivieso (2012), quando essa relação possui uma capacidade de “*contribuir a des-ordenar el Estado tradicional y sus instituciones, y aportar a nuevas institucionalidades*”, principalmente nos Estados que iniciaram processos anti hegemônicos e destaca alguns desses processos com os exemplos ocorridos nas Assembleias Constituintes na Venezuela, Bolívia e Equador em que houve influência significativa das mulheres contrapondo o passado, em que as construções institucionais não levavam em conta as diferenças e desigualdades de gênero. De acordo com a autora, a nova Constituição da Venezuela em 1999 por exemplo, foi redigida com base em uma linguagem não sexista e as políticas macro econômicas incorporaram a perspectiva de gênero, reconheceram o valor econômico do trabalho doméstico e o direito à seguridade social para as donas de casa. No Equador, entre 2007 e 2008 estabeleceram o Estado social de direito, em que há garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres e homens e incluíram o princípio de igualdade e não discriminação, o reconhecimento da pluriculturalidade e diversidade com relação ao gênero. Na Bolívia, no período 2006-2007 também houveram avanços para as mulheres, que conseguiram que o Estado incluísse normas em sua Constituição para prevenir e sancionar a violência do gênero, expressando a preocupação do Estado em oferecer proteção às pessoas que sofrem violência física, sexual e psicológica, tanto na família como na sociedade, em especial as mulheres (Valdivieso 2012, 32).

Sob o ponto de vista de Matos (2010), o século XXI trouxe um importante papel para o movimento feminista na América Latina, que foi uma participação política mais direta nas decisões dos Estados, cujo envolvimento institucional estendeu-se com uma atenção maior dada ao objetivo de uma sociedade mais justa e igual no que diz respeito às questões de gênero. Segundo a autora, a presença mais forte de mulheres em partidos políticos e em órgãos dos governos significou não apenas um deslocamento natural do movimento feminista, mas tornou-se uma estratégia necessária para que suas necessidades e objetivos tornassem-se potencialmente viáveis. Trata-se de uma incorporação do *gender mainstreaming* com a voz das mulheres e conseqüentemente os seus problemas e preocupações a terem assento nos locais de decisão. Em sua concepção, Matos parece

perceber uma nova etapa do feminismo na região e sugere então que uma possível “quarta onda”<sup>6</sup> do feminismo latino-americano esteja emergindo, através das seguintes evidências:

“1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por intermédio da entrada parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo destes países; 2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (mas também, no Brasil, de amplitude estadual e municipal); 3) da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial, sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais (United Nations Development Fund for Women, United Nations Children’s Fund, Organização Internacional do Trabalho, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, entre outras) referidas aos direitos das mulheres; 4) uma nova moldura teórica (*frame*) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul” (Matos 2010, 80)

Essa nova onda trouxe um feminismo difuso e variado que culminou em um amplo debate cultural e político na região com encontros e movimentos em diversos países, como por exemplo os Encuentros Nacionales de Mujeres na Argentina que ocorrem a cada dois anos com um contingente de aproximadamente 20.000 mulheres; o movimento Mapuche e os movimentos ambientais no Chile; os movimentos indígenas e LGBTs no Peru e as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres no Brasil que reuniram mais de 3000 mulheres em 2004 e 2007 (Matos 2010).

Assim como houve demonstrações práticas dessa possível “quarta onda”, período pela qual Matos & Paradis (2013) descrevem como “*movimiento o multimodal de mujeres a partir de diferentes comunidades de política de género*”, transcorreu-se também um sentido delineador do conhecimento da política feminista e sua transversalidade e que as autoras a caracterizam por meio das seguintes particularidades:

“1) La ampliación, el engrosamiento y la profundización del concepto de derechos humanos a partir de la lucha feminista y de las mujeres.

2) La ampliación de la base de las movilizaciones sociales y políticas, sobre todo dentro de un nuevo encuadramiento o marco –transnacional y global, a ejemplo de la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM)–. Este movimiento puede ser considerado emblemático del feminismo de “cuarta ola” y ha ampliado su connotación, convocando al conjunto de movimientos sociales para la lucha por “otro mundo” (designado como “altermundialismo”), en el que se supere los legados históricos del patriarcado y el capitalismo.

3) El fortalecimiento del principio de no discriminación por motivos de raza, etnia, nacionalidad, clase o religión. Las mismas mujeres que sentaron las bases del feminismo hegemónico hacia 1990 y que trataban a las mujeres “diferentes” frecuentemente como “las otras” –trabajadoras rurales y urbanas, afrodescendientes, mujeres indígenas, lesbianas– fueron responsables de un nuevo efecto de “traducción”, el cual ha transformando muchos de los principios del núcleo del feminismo y ha constituido “otros feminismos”, entrelazados y a veces

---

<sup>6</sup> O termo “quarta onda” como processo contínuo das três ondas anteriores e já consensuadas entre autoras e acadêmicas do tema, é um proposta pessoal da autora, como a mesma explica no seu artigo a ser utilizado neste trabalho.

controversialmente enmarañados con las luchas nacionales y globales por justicia social, racial y sexual.

4) Con relación al Estado y las dinámicas vinculadas a este nuevo formato de teorización feminista, se destacan, a su vez, acciones transversales, interseccionales e intersectoriales. Una nueva forma teórica – transversal e interseccional– de comprensión de los fenómenos de raza, género, sexualidad, clase y generación se desdoblan en la necesidad de pensarse en micro y macroestrategias de acción articuladas, integradas y construidas en conjunto por el Estado y por la sociedad civil” (Matos e Paradis 2013, 99)

Paradis (2013) analisa a institucionalização do feminismo na América Latina como parte integrante e necessária para a “*as ações feministas e formas alternativas de se relacionar com as instituições governamentais*” e nesse contexto tenta examinar os mecanismos institucionais de mulheres (MIMs)<sup>7</sup> e seus papéis na região, desde as primeiras instituições criadas ainda na década dos anos 1940, passando pelas transformações políticas e econômicas dos anos 1980 e 1990 e chegando na consolidação de suas estruturas a partir dos anos 2000. Segundo a autora, foi depois do novo milênio que os MIMs se estruturaram de forma mais efetiva dentro dos governos, alcançando um nível hierárquico mais alto da escala governamental, traduzindo os novos projetos políticos implantados pelos Estados – pelo menos no caso de alguns países como Venezuela, Equador, Uruguai e Brasil – direcionados para uma agenda social mais efetiva (C. Paradis 2013). Matos & Paradis (2013) consideram esse processo dos MIMs, enquadrada dentro do conceito de feminismo estatal, peça fundamental no desenvolvimento da dinâmica da quarta onda feminista na América Latina, uma vez que demonstra a legitimação de novas políticas voltadas para as desigualdades de gênero pelos Estado (Matos e Paradis 2013) e a importância dos diálogos desses mecanismos com os movimentos das mulheres (C. Paradis 2013), que Paradis analisa mostrando que muitos organismos prevêm algum tipo de relação com os movimentos de mulheres e com organizações da sociedade civil, com o apoio ou incentivo á participação dos movimentos, fornecimento de assistência, disponibilização de canais de coordenação e articulações com a sociedade civil, além de assistência técnica, financeira e material aos movimentos, como no caso de Nicarágua e Honduras (C. Paradis 2013, 10). No quadro abaixo, podemos evidenciar as relações e interlocuções dos MIMs com a sociedade civil:

---

<sup>7</sup> Para a autora, os MIMs variam de acordo com os países e região. Na América Central (Honduras, El Salvador e Costa Rica) são conhecidos como Institutos Autônomos descentralizados. Podem ser também chamados de Ministérios ou Secretarias intersectoriais como no Peru e Bolívia; Secretarias e órgãos que possuem autoridade máxima como ministérios no caso do Chile e da República Dominicana ou Conselhos e Comissões com características de assessoria, que podem ser vistos na Argentina, Venezuela, Colômbia e Equador (C. Paradis 2013, 6)

Tabela III – A interlocução dos Mecanismos Institucionais de Mulheres da América Latina com a sociedade civil.

<b>País</b>	<b>Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)</b>	<b>Estrutura formal de Participação da Sociedade Civil</b>	<b>A relação com a sociedade civil como atribuição do MIM</b>	<b>Outros canais de participação</b>
Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdade del Género	Puntos de Encuentro	Incentivar participação	
Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer		Articular e cooperar	
Chile	Servicio Nacional de la Mujer	Consejo de la Sociedad Civil		Resolução nº 476, 11 mai. 2011 aprova norma geral de participação da gestão pública do SERNAM
Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	Foro de las Mujeres	Promover atividades e assistência	Auditoria cidadã do Instituto e 1 representante do “Foro de las Mujeres” na Junta Diretiva do Instituto
Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher		Conferências de Política para as Mulheres
El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	Consejos Consultivos y de Contraloría Social nos estados e municípios	Incentivar participação	Duas cadeiras para representantes de ONGs na Junta Diretiva do Instituto
México	Instituto Nacional de las Mujeres	Consejo Social e Consejo Consultivo	Articular e cooperar	16 representações dos dois conselhos na Junta Diretiva do Instituto
Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer		Ser interlocutor, canalizar demandas, fortalecer as organizações	1) “Câmara de Desenvolvimento Econômico” 2) programa “Governando com as pessoas” 3) participação na escolha das secretárias

Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	Representação de organizações da sociedade civil no conselho diretivo do Instituto	Incentivar participação; conduzir registros das organizações de mulheres; promover assistência técnica, material e financeira às organizações	
Uruguai	Instituto Nacional de Mujeres	Consejo Nacional de Genero		
Peru	Ministerio de la Mujer y Problaciones Vulnerables	Consejo Nacional de la Mujer Peruana		Ministério prevê uma comissão consultiva para matérias sobre a mulher
Equador	Comision de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	Representação dos movimentos que compunham o antigo Conselho na Comissão		
Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer		Incentivar participação e dar assistência	
Nicarágua	Instituto Nicaraguense de la Mujer		Dar assistência técnica e financeira	
Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres			
Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades		Articular e cooperar	

Fonte: (C. G. Paradis 2013, 123)

Um trabalho importante impulsionado pelos MIMs foi os Planos Nacionais de Igualdade de Gênero que, elaborados nos anos 1990 e consolidados a partir do século XXI, são ações que *“permiten orientar el accionar del Estado y planificar y llevar adelante un proceso de trabajo conjunto entre los distintos sectores, potenciando la institucionalización y transversalización de género”* (CEPAL 2019) e que propõem um leque de políticas, ações e metas, distinguidas por inúmeros temas como autonomia econômica e trabalho, combate à violência, saúde e direitos humanos, participação e representação política, fortalecimento das instituições culturais, dos meios de comunicação e da comunicação em si, além de características específicas das mulheres indígenas, negras, lésbicas, rurais, entre outras (Matos & Paradis).

Segundo Matos & Paradis (2013), o alcance das construções e ações dos planos ficaram evidentes através da notabilidade da participação popular, principalmente do movimento feminista, que ajudou a contribuir imensamente por meio de consultas públicas, entrevistas, jornadas de trabalho, assembleias e conferências. No Uruguai em 2007 por exemplo, o plano contou com debates em 19 assembleias e 14 consultas setoriais, com a participação de mais de 3 mil pessoas, mulheres em sua maioria. Em Honduras em 2010, para a construção do seu segundo plano, houve a convocação de autoridades e representantes de todas as esferas do governo, assim como de organizações não governamentais, organismos de cooperação e de grupos e setores de mulheres organizadas. No Equador 2010 e na República Dominicana em 2007, houve a participação de mais de sessenta organizações e representantes do Estado. No Brasil em 2008, o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres (PNPM) contou com mais de 300 mil mulheres através de múltiplas organizações, movimentos, governos locais e conferências municipais, estudantis e nacionais realizadas em todo o território nacional (Matos e Paradis 2013). No quadro abaixo detalhado, podemos descrever o processo participativo de construção dos planos nacionais de igualdade de gênero na América Latina:

Tabela IV – O processo participativo de construção dos planos nacionais de igualdade de gênero na América Latina.

<b>País</b>	<b>Plano, Programa ou política</b>	<b>Apoio de agências internacionais</b>	<b>Processo participativo de construção do Plano</b>	<b>Número de pessoas ou organizações envolvidas</b>
Venezuela	Plan de Igualdad para las Mujeres		1) Consulta técnica, reuniu pesquisadoras e especialistas no desenho de políticas e enfoque de gênero; 2) Consulta Nacional, através de 39 assembleias regionais de mulheres por estado, que contou com a participação das mulheres de base	Total de 1306 participantes
Rep. Dominicana	II Plan Nacional de Igualdad y Equidad de Género	AECID	Grandes jornadas de trabalho e consultas a grupos e indivíduos	Mais de 60 representantes do setor público e da sociedade civil
Chile	III Plan de Igualdad entre Mujeres y Hombres		Entrevistas individuais e grupais, participação em workshops, enquetes eletrônicas, fóruns virtuais e jornadas de trabalho	Mais de 15 mil mulheres
Costa Rica	Política Nacional para la Igualdad y Equidad de Género	UNFPA	1) Priorização inicial dos temas feita por representantes do governo e sociedade civil; 2) Trabalho e discussão dos assuntos	Opiniões recolhidas de mais de 450 pessoas

			priorizados, contando com consultas entre atores sociais e institucionais	
Brasil	II Plano Nacional de Política para as Mulheres		1) Incorporação de algumas organizações de mulheres e movimentos sociais no Comitê de Articulação e Monitoramento do I Plano; 2) incorporação das propostas e prioridades aprovadas na II Conferência Nacional de Política para as Mulheres	Participação direta de cerca de 200.000 mulheres
El Salvador	Plan Nacional de Igualdad y Equidad para las Mujeres Salvadoreñas	AECID	Realização de jornadas de consulta para formular as prioridades e objetivos do plano em duas etapas: 1) Análise com os conselhos consultivos estaduais de mulheres 2) grande consulta cidadã que envolveu sociedade civil e governo em 14 estados e em aproximadamente 70% dos municípios do país.	Não específica
México	Programa Nacional para la Igualdad entre Mujeres y Hombres		Consulta Cidadã	Não específica
Guatemala	Política Nacional de Promoción y Desarrollo Integral de las Mujeres	PNUD, AECID, União Europeia	Formação de um comitê de condução e um comitê técnico multidisciplinar, envolvendo organizações e movimentos, universidades, conselhos e órgãos do governo	Mais de 150 organizações da sociedade civil e 30 órgãos do Governo
Honduras	II Plan de Igualdad y Equidad de Género de Honduras	UNIFEM, UNFPA, AECID, PNUD	1) 4 encontros regionais de consulta; 2) convocação de representantes de organismos governamentais nacionais e locais, representantes de ONG's, organismos de cooperação e todos os grupos e setores das mulheres organizadas; 3) 14 mesas de diálogo com a sociedade civil.	Não específica
Uruguai	Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos		Foi estruturado um documento de trabalho e colocado em discussão em 19 assembléias estaduais e 14 instâncias de consultas setoriais e alianças estratégicas. Contou com	Contou com a participação direta de mais de 3.000 pessoas, na sua maioria mulheres

			participação de setores do governo e sociedade civil	
Peru	III Plan Nacional de Igualdad de Género		Foram organizadas numerosas consultas que recorreram aos aportes do governo, sociedade civil, e organismos autônomos.	49 entes governamentais e 19 organizações da sociedade civil
Equador	Plan de Igualdad, No discriminación y Buen Vivir para Las Mujeres Ecuatorianas		Foram realizados eventos de discussão, contando com a participação da sociedade civil e outros órgãos do governo	Não específica
Colômbia	Política Pública Nacional de Equidad de Género	ONU Mulheres, AECID, Agência Alemã de Cooperação (GIZ), UNFPA	Foram realizadas reuniões entre o governo e a sociedade civil, se estabeleceu o grupo de apoio, gerando 18 reuniões, 13 eventos regionais de consulta em 32 estados, além de 11 encontros setoriais, envolvendo mulheres de diferentes regiões e grupos étnicos	Participaram diretamente 1042 mulheres em todo o processo
Nicarágua	Programa Nacional de Equidad de Género		Foram organizadas 5 sessões de consulta a nível territorial, nas capitais dos estados, que contaram com a participação dos comitês estaduais, comissões territoriais, unidades de gênero e representantes dos movimentos de mulheres	Não específica
Argentina	Programa Federal de La Mujer	BID		
Bolívia	Plan Nacional Para Igualdad de Oportunidades		Processo de colaboração entre governo nacional e organizações de mulheres de todo o país	Não específica

Fonte: (C. G. Paradis 2013, 135)

De uma forma geral, o movimento feminista sul-americano e latino-americano no século XXI, de acordo com Iturbide (2018), pode ser entendido como um feminismo popular:

“Las ideas feministas dejaron de discutirse sólo en ámbitos académicos para darse en instituciones, organismos de gobierno, ONG, sindicatos, fundaciones, agrupaciones estudiantiles y artísticas, movimientos barriales, partidos políticos y demás organizaciones de la sociedad civil, incorporando exigencias recogidas en cada uno de estos ámbitos y en todas las discusiones que de fondo se debatía la igualdad” (Iturbide 2018, 34)

Para a autora, o feminismo como movimento ultrapassou os debates articulados dentro das instituições, da academia, das reuniões e pautas e passou a ser exercido nas ruas, tendo a sua visibilidade e destaque alcançada com maior nitidez e força. Seja nas áreas centrais ou periféricas das grandes ou pequenas cidades, as causas feministas não precisam

de identificação ou aviso prévio para manifestarem-se, sendo absorvidas espontaneamente por partidos políticos, organizações LGBT, grupos estudantis, grupos de vizinhos e vizinhas, famílias solidárias contra a violência, movimentos culturais, grupo afrodescendentes, aposentados, imprensa e até espaços religiosos. Iturbide finaliza explicando que a incorporação dos debates feministas nas agendas das instituições e das organizações da sociedade civil acelerou os processos de mobilização e recolocou as demandas feministas em evidência e mesmo que a violência patriarcal ainda não tenha sido reduzida como deveria, as demonstrações e manifestações nas ruas, com toda sua diversidade e massividade, conseguiram fazer com que os governos se pronunciassem e se posicionassem a respeito, tornando visível a toda a desigualdade de gênero que as mulheres enfrentam desde o início de suas vidas (Iturbide 2018).

### **2.3 – A influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) no processo estrutural de políticas públicas de igualdade de gênero na América Latina;**

O fenômeno das ONGs no feminismo latino-americano surge, de acordo com Álvarez (2001), em meados dos anos 1970 na chamada segunda onda feminista, período no qual já existiam alguns grupos e associações informais, com objetivos e discursos que pleiteavam temas como educação popular, mobilização política e direitos de mulheres desprivilegiadas (S. Álvarez 2001). A partir dos anos 1980 e 1990, foi possível notar a transição dos Estados latino-americanos para governos democráticos e a inserção de uma política econômica neoliberal que, na opinião de Matos & Paradis (2013), resultou em políticas sócio econômicas que privilegiavam uma redução da participação do Estado, direcionando o desenvolvimento de governança e a estabilidade interna para o fortalecimento das práticas de mercado. Segundo as autoras, com essa ausência do Estado nas políticas sociais, abriu-se um espaço maior para as ONGs, que começaram a exercer um papel mais preponderante no fortalecimento de políticas sociais e avançaram com a inserção de temas relacionados com gênero através de vários programas (Matos e Paradis, *Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales* 2013, 97). Houve então, de acordo com Carosio (2009), uma profissionalização do movimento feminista mediante ajuda das ONGs que, além de darem “*residencia física al feminismo y abrieron espacios de crecimiento – de conocimientos, saberes, gestión e institucionalización*” (Carosio 2009, 4), estabeleceram-se como agentes privilegiados de interlocução com o Estado, ajudando a efetivar os programas de gênero (Silva 2007, 3).

Essa profissionalização e institucionalização das ONGs feministas na América Latina fez com que, de acordo com Silva (2007), houvesse uma alteração na representatividade do movimento feminista, refletindo uma maior aderência na construção de uma agenda política em detrimento a uma provável perda de autonomia na execução de propósitos mais firmes (Silva 2007), ou seja, atendendo a uma nova ordem política e econômica baseada na reestruturação e fortalecimento da economia, as ONGs passaram a ser apoiadas tanto pelos governos quanto por organizações supranacionais, que as financiavam para implementarem e fortalecerem programas de auto ajuda, apoio e formação para mulheres desprivilegiadas (S. Álvarez 2001). Paralelamente, houve também críticas de muitos grupos feministas que diziam que as ONGs perderam o sentido identitário dos movimentos feministas, sempre marcado pela autonomia, combatividade e radicalidade (Silva 2007). Nesse sentido, Silva (2007) aponta que, sendo a ONG um agente de financiamento, talvez haja uma tendência de que seu papel de assessoramento seja deixado de lado e se tenha uma apropriação da representatividade do grupo na elaboração, negociação e utilização dos recursos de projetos, fazendo com que as mulheres encontrem grandes obstáculos na compreensão das ações e objetivos do grupo. Um segundo ponto elucidado pela autora, é a relação ONG-movimento de mulheres, em que, em determinados momentos o movimento de mulheres será impulsionado a desenvolver ações e reivindicações políticas que não lhes são usuais, fugindo do campo de interesses em que elas se situam e danificando os grupos, tanto no aspecto da identidade coletiva como da práxis social, longe das suas experiências e tradições (Silva 2007). Fischer (2005) explica que muitos dos fatores que contribuíram para a turbulência do movimento feminista e das ONGs, além da própria institucionalização e suas consequências como burocratização, financiamento, falta de mecanismos claros e de objetivos de representação e falta de liderança, foi o tráfico de influência praticado por algumas feministas e organizações com agências de fomento ou cooperação internacional que acabaram por ocultar informações sobre onde e como obter recursos financeiros, algumas vezes negando esses recursos às correntes do feminismo, aumentando a criticidade sobre negociação com governos e organizações multilaterais. Segundo a autora, os trabalhos das ONGs passaram a ser caracterizados por serem apenas mercadorias, onde muitas organizações internacionais instaladas na América Latina respondiam as ordens oriundas dos seus países de origem, muitas das quais do hemisfério norte, traduzindo o processo das ONGs feministas dentro de uma lógica capitalista, ou seja, entre empregador/empregado, respondendo às regras, leis e políticas, com prazos determinados e objetivos de investimento e eficiência (Fischer 2005).

Apesar da dissonância encontrada no processo das ONGs feministas latino-americanas, Álvarez (2001) acredita que os papéis decorrentes dessa estruturação ajudaram

a criar uma característica híbrida nas ONGs feministas, fortalecendo a defesa de políticas de gênero progressistas através da representação das posições feministas e criando alianças políticas centrais entre ativistas do movimento feminista e sociedade civil (S. Álvarez 2001). Para Álvarez (1998):

“Los vínculos com `la base´ y con la diversidad de actoras en el resto de campo feminista en la sociedad civil es lo que ha permitido que las importantes contribuciones `técnicas´ de las ONGs en el terreno de las políticas públicas tengan una base de apoyo político en la sociedad, en el dominio político-cultural donde se construye y deconstruye la desigualdad entre mujeres y hombres” (S. E. Álvarez 1998, 3)

Segundo a autora, ainda quando da estruturação oriunda das primeiras ONGs latino-americanas na década de 1970 e o expansivo campo de atuação feminista, a demanda por ONGs especializadas ou profissionalizadas na década de 1990 aumentou substancialmente por conta da conjuntura político-econômica dos Estados na região e como consequência, certas atividades das ONGs alcançaram uma maior visibilidade em detrimento á outros projetos (S. E. Álvarez 1998). Ainda que o foco geral de preocupação das feministas latino-americanas seja a luta por melhores condições básicas e as próprias problemáticas das mulheres, o desenvolvimento de matérias sobre gênero e sobre políticas de igualdade de gênero tornou-se um dos fatores de argumentação a favor das ONGs feministas latino-americanas (S. Álvarez 2001). Dessa forma, o discurso a favor de uma maior mobilização de políticas públicas de gênero por parte das ONGs aumentou e transformou a exposição dada à esse assunto por muitos governos da região. Segundo Álvarez, há vários exemplos desse compromisso dos Estados com as mulheres, com inúmeras instituições criadas a partir de um envolvimento maior das ONGs e dos movimentos feministas como por exemplo, o SERNAM chileno (Servicio Nacional de la Mujer), o CNDM brasileiro (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), a Consejería para la Juventud y la Familia na Colômbia e o PROMUDEH (Ministério de Promoción de la Mujer y del Desarrollo Humano) no Chile (S. Álvarez 2001). Para a autora, isso provavelmente se deve ao fato de que, com o aumento da competência técnica por parte das ONGs e a busca por conhecimento e planos técnicos para a implementação de políticas públicas, os governos tenha adquirido uma ideia de incorporação de gênero que já vinha sendo praticado em nível global. Álvarez elucida que essas políticas adotadas pelos governos atravessa uma reorientação da ordem política, econômica e social da região, baseada em propostas neoliberais e pós-liberais que, apesar da desconcentração de iniciativas governamentais – mais nos anos 1990 e menos nos anos 2000 – ajudaram a moldar o papel influenciador que as ONGs possuíam e ainda possuem. Para Paradis (2013) é possível perceber o envolvimento das ONGs feministas em inúmeros processos estruturais do planejamento de políticas públicas, principalmente os trabalhos de igualdade de gênero, já

evidenciados anteriormente por exemplo, nos Planos Nacionais de Igualdade de Gênero e em outros projetos (C. G. Paradis 2013)

Álvarez (2001) sustenta porém, que a eficácia do sentido híbrido das ONGs feministas latino-americanas pode estar em ruptura, quando denota uma possível relação de subcontratação com o Estado e com os doadores pois, de acordo com a autora, está cada vez mais difícil obter fundos para projetos que privilegiem a mobilização feminista, uma vez que a estrutura global se modifica conforme suas necessidades e a cooperação internacional muda seu direcionamento consoante suas prioridades. Para a autora, outras demandas podem prejudicar a capacidade das ONGs quanto às suas formas de atuação e intervenção feminista na política e cultura como por exemplo, programas de conscientização, educação popular e outras estratégias que buscam modificar as relações de poder entre os gêneros (S. Álvarez 2001)

Com o crescimento econômico latino-americano a partir dos anos 2000, a cooperação internacional existente na região mudou seu foco para outras partes do Sul Global, reduzindo a ajuda para as ativistas e organizações feministas, o que acabou gerando, na concepção de Álvarez (2014), um campo discursivo de ação chamado *sidestreaming*, que é: “*o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminisnos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas*” (S. E. Álvarez 2014, 17). Se no início do século XXI, movimentos, campanhas e fóruns alternativos como o Fórum Social Mundial abarcou um movimento feminista latino-americano mais diversificado, na entrada da segunda década dos anos 2000, os movimentos continuaram se moldando com uma maior interação dinâmica através de jornadas como a anti-Copa do Mundo de 2014 e as anti-Olimpíadas no Rio de Janeiro, demonstrando um movimento radical anti-capitalista, juntamente com um movimento feminista mais autônomo, especialmente com as militantes do feminismo jovem. Álvarez explica que as jovens feministas atualmente querem fazer um movimento feminista interseccional que vá as ruas e lute por todo e qualquer tipo de opressão existente na sociedade, em um modelo “faça você mesmo”, se destacando do modelo institucionalizado dos anos 1990:

“o feminismo se institucionalizou até por uma necessidade naquele momento de criar políticas públicas... Mas o foco único na política institucional, na criação de políticas públicas para mulheres, não resolve o problema... Que não resolve o problema da sociedade ser uma sociedade criada por uma lógica machista e patriarcal. É uma construção cultural muito forte, inclusive dentro dos movimentos que se dizem anarquistas, inclusive dentro do movimento anarquista punk, que é da onde eu venho, que é uma cosia muito forte”<sup>8</sup> (S. E. Álvarez 2014, 36)

---

<sup>8</sup> Entrevista coletiva realizada por Sonia Alvarez com integrantes da Coletiva Vadias do Desterro em 13/11/2013.

O *sidestreaming* que a autora conceitua, hoje é presenciado com idéias e práticas feministas que se multiplicaram e se diversificaram, com ONGs apresentando uma base popular muito maior e com maior voz pública, e que apesar da perda de bolsa ou auxílio de cooperação internacional, ainda existem ONGs de “advocacy” especializadas, articuladas em redes nacionais e internacionais, assim como há também uma maior consolidação de grupos, núcleos, institutos e programas de estudos feministas e de gênero nas universidades, ajudando a manter e fortalecer a popularização do feminismo entre as estudantes (S. E. Álvarez 2014).

### **3. Feminismo e *gender mainstreaming* nas Organizações Internacionais**

Conforme já mencionamos anteriormente, o termo *mainstreaming* ou processo de integração surgiu em um primeiro momento dentro das políticas de desenvolvimento global nos anos 1980, onde as feministas criticavam a falta de inclusão do gênero nessas políticas, argumentando que os processos de desenvolvimento econômico necessitavam da inclusão da mulher para que as assimetrias existentes dentro dessas estruturas se tornassem perceptíveis, fazendo com que houvesse uma compreensão mais justa da economia global (D. Aguiar 2007). Em um processo que se iniciou, principalmente, nos anos 1970 com a criação do projeto *Women in Development* (WID), passando pelo *Gender and Development* (GAD) e chegando ao *Gender Mainstreaming* (GM), é importante evidenciar o trabalho dos movimentos feministas nesses processos e os objetivos alcançados.

Antes da criação da WID, as principais críticas, segundo Ravazi & Miller, apontavam a errônea caracterização das mulheres como simples beneficiárias dos programas femininos sob as estruturas da saúde ou bem estar, ou seja, como meras receptoras de programas de assistência social e exigiam que as mulheres fossem representadas como contribuidoras ativas do desenvolvimento econômico dentro de uma esfera produtiva mais completa, contribuindo positivamente para o desenvolvimento e ajudando a melhorar seus status em relação aos homens. O WID emerge primeiramente, de acordo com os autores, de um ressurgimento de movimentos de mulheres nos países do norte global na década de 1970, que focavam suas requisições e atenções na busca pela igualdade de direitos, empregos e cidadania para as mulheres, principalmente nos EUA, em um ideia geral de sistema político justo para as mulheres americanas, dando uma maior importância ao trabalho produtivo da mulher, ao invés de bem estar social e questões reprodutivas. Um segundo ponto de influência para o WID foi um movimento emergente de pesquisas sobre as mulheres nos países em desenvolvimento, que passaram a estudar o papel da mulher na economia nesses países e a importância dada (ou não) a sua contribuição no meio produtivo, destacando que muitas de suas atribuições impostas pelo ocidente ofereciam uma visão deturpada da realidade, mostrando uma igualdade relativa de posição entre homens e mulheres, mas na realidade existindo uma diferença substancial (Razavi e Miller 1995).

O enquadramento do WID posteriormente dentro da ONU por conta da Década da Mulher, ajudou a desenvolver um processo de conscientização sobre o papel da mulher, proporcionando debates e recomendações de mecanismos para a promoção de seus interesses em âmbitos nacionais e internacionais, porém não resultou em planos eficazes, mostrando que muitos dos programas focavam em grupos pequenos de mulheres voltados

para seus ganhos adicionais em prol da família e muitos estudos e relatórios não evidenciavam a participação produtiva da mulher como força motriz em um panorama geral de desenvolvimento, demonstrando que o *mainstreaming* revelava agendas focadas somente no papel masculino, ignorando as relações sociais de gênero (Razavi e Miller 1995).

Foi então no final dos anos 1980 que, por meio de análises críticas, acadêmicas e ativistas do sul global, baseadas nas teorias da subordinação da mulher dentro do feminismo socialista, criaram um novo paradigma de gênero e desenvolvimento - *gender and development* (GAD), com o objetivo de estudar e analisar o impacto das relações de gênero nas políticas através do desenvolvimento de parcerias com ONGs e de um planejamento mais participativo (True 2014). Razavi & Miller explicam que as especialistas argumentavam que os estudos sobre mulher e desenvolvimento deveriam conceptualizar uma análise menos econômica do gênero, visando uma orientação baseada mais nas relações sociais, uma vez que, investigar as consequências políticas das relações sociais implicaria também analisar o empoderamento das mulheres sobre essas relações (Razavi e Miller 1995).

Em 1995, na IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing, o termo *gender mainstreaming* passou a ser adotado como estratégia de inserção e difusão institucional da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas em geral e nas organizações internacionais em particular (Withworth 2008). Desta forma a preocupação com a transversalidade da análise de gênero foi propagada para além das fronteiras do desenvolvimento, alcançando países em desenvolvimento e desenvolvidos e em inúmeras políticas, refletindo o consenso mundial sobre as limitações das agências de políticas das mulheres e seus objetivos de igualdade de gênero, vistos até então como políticas isoladas dentro da estrutura macroeconômica (True 2014).

Conceitualmente, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), *gender mainstreaming* é:

“a globally accepted strategy for promoting gender equality. Mainstreaming is not an end in itself but a strategy, an approach, a means to achieve the goal of gender equality. Mainstreaming involves ensuring that gender perspectives and attention to the goal of gender equality are central to all activities - policy development, research, advocacy/ dialogue, legislation, resource allocation, and planning, implementation and monitoring of programmes and projects.” (ONU s.d.)

e seu impacto positivo dentro de uma perspectiva mais regional ou nacional, pode ser evidenciado através de alguns resultados favoráveis em alguns países como por exemplo, a inclusão da mulher na mesa de discussão no processo de paz de Burundi; a integração de gênero nas reformas de lei em Botsuana, incluindo políticas relativas a HIV/AIDS; maior visibilidade do trabalho da mulher através do censo na Índia, Nepal e Paquistão; a proteção

de viúvas e órfãos na expropriação por morte do proprietário masculino, nos processos de mediação judicial em Malawi e na conquista de 49% dos assentos no parlamento em Ruanda, após anos de mortes e estupros de mulheres durante a guerra civil (Rao e Kelleher 2005). Em nível global e nas organizações internacionais, a ONU por exemplo, aprovou a Resolução 1325 do Conselho de Segurança, que pedia a incorporação de uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção de paz e nas negociações de acordo de paz, recomendando uma maior inclusão de mulheres nessas operações. O Banco Mundial, por sua vez, tem evidenciado através de uma gama de estudos e análises, a importância que o gênero desempenha no crescimento da economia, na redução da pobreza e no desenvolvimento (Withworth 2008).

Porém, há uma diferença entre teoria e prática do *gender mainstreaming* nas instituições internacionais, conforme assinala Rao e Kelleher:

“The problem is that these examples are not the norm. Practices that successfully promote women’s employment and gender equality are not institutionalised into the day-to-day routines of State and international development agencies.” (Rao e Kelleher 2005, 58)

As autoras explicam que o processo de incorporação de gênero encontra ainda muita resistência nas estruturas das instituições e organizações internacionais, que tendem a enrijecer o poder nas mãos de alguns pouco privilegiados, não abrindo espaço para compartilhamento de decisões e demonstrando pouco interesse na igualdade de gênero (ibidem). Ou seja, a adoção do *gender mainstreaming* parece ter sido empregado apenas metaforicamente, pois não houve mudança no paradigma anterior (True 2014) e o do GM aparenta estar a ser utilizado apenas “*to justify or accommodate existing policies or practices, not to transform them*” (Withworth 2008, 401). Para Withworth, é evidente esse pragmatismo por exemplo no Conselho de Segurança da ONU que, através da sua resolução 1325, mencionada acima, se preocupa apenas em dar maior atenção ao impacto do conflito sobre mulheres e meninas, em detrimento a possíveis alterações nas respostas militares ou no Banco Mundial, cujo objetivo é simples e direto ao afirmar que a igualdade de gênero aumenta a eficiência econômica e a produtividade, dois dos objetivos que o Banco sempre procurou e aos quais dá primacia (Withworth 2008). É o que True (2014) explica, ao analisar que a aplicação do *gender mainstreaming* nas organizações internacionais, dependendo de seus mandatos institucionais, tem sido empregado de diversas maneiras:

“as a synonym for women in the UN human rights commission (Radmani 2005); as a policy focus on equity and justice in the private and public spheres in the Rome Statute of the International Criminal Court (Chappell 2008); as an acknowledgement of the labour market policy implications of differences between women and men in the European Union (True 2009), and as a business case for minimising these differences and their impacts in the World Bank and in Asia Pacific Economic Cooperation (Bedford 2008; Bergeron 2003; True 2008b). (True 2014, 230)

Muitos críticos argumentam que as organizações internacionais usam o termo gênero não do modo como as feministas pretendiam (Withworth 2008), utilizando o *gender mainstreaming* como “*a random collection of diverse strategies and activities, all ostensibly concerned with moving forward a gender equality agenda, but often not working in ways we would have hoped*” (Rao e Kelleher 2005, 59). Essa questão não diz respeito apenas as OIs, mas também à uma perspectiva mais global e geral, como nas sociedades e nas ciências em particular, como por exemplo, nas instituições de ensino superior, onde, apesar das mulheres terem conseguido muitos avanços na promoção de igualdade de gênero, o processo de *gender mainstreaming* se mostra como uma promessa a nunca ser cumprida, visto que as mulheres ainda enfrentam práticas discriminatórias, processos desigualitários e exclusionários dentro de suas próprias instituições de ensino superior, evidenciando as múltiplas exigências e tensões, que ficam muito mais claras quando as mulheres possuem filhos pequenos e outras obrigações familiares (Oliveira e Augusto 2017).

Amparadas por perspectivas feministas, as abordagens de *gender mainstreaming* nessas organizações acabam por poder refletir algumas diferentes teorias, nas quais podemos citar o feminismo liberal, que trabalha a inclusão ou representação das mulheres e os pontos de vista sobre as realidades vividas das mulheres na formulação de políticas; o feminismo diferenciado, que analisa a importância das diferenças materiais e culturais validadas entre homens e mulheres para validar a criação das políticas de capacitação para as mulheres e o feminismo pós-estruturalista, que pode ser evidenciado em algumas políticas de *gender mainstreaming*, quando compreendem os assuntos da política como diversos e utilizam essa diversidade no processo de elaboração de políticas (True 2014). True explica que essas teorias sugerem uma política estratégica que pode implicar transformações ao mencionar algumas características implícitas no processo de *gender mainstreaming*:

“Theories of gender mainstreaming suggest that as a policy strategy it has both status quo oriented and transformative implications. Roanaq Jahan (1995) sees mainstreaming as both an integrationist, liberal feminist strategy and an agendasetting approach that has the potential to radically alter organisational goals and outcomes. In their study for the Beijing Prepcoms, Razavi and Miller (1995b) argue that a liberal, integrationist approach to gender mainstreaming was adopted by UNDP, the World Bank and the ILO. (...) Beveridge and Nott (2002) also disaggregate gender mainstreaming into two types of approach, technocratic and participatory. Compared with Jahan’s distinction, they focus on the actors involved in mainstreaming rather than the intention of the policy approach but the technocratic approach is akin to a liberal feminist, integrationist strategy modified by difference feminisms’ attention to gender. (...) For example, the globally influential Council of Europe definition of gender mainstreaming was conceived by a group of specialists with no input from grassroots feminist activists or women’s movements. From its very inception in international organisations therefore, mainstreaming was seen as a part of the normal policymaking process with little room anticipated for dialogue with civil society (Verloo 2005). In the United Nations, the role of gender specialists is intended to be catalytic and to shift

responsibility for gender mainstreaming to management and operation units within its agencies (Hannan-Andersson 1995). (True 2014, 230)”

De acordo com True, para as Feministas em RIs a análise do *gender mainstreaming* nas organizações internacionais pode ser efetuada através de duas perspectivas políticas: a da política institucional, focada nas relações políticas e materiais, moldadas pelas dinâmicas burocráticas e organizacionais e a da política discursiva, tendo a igualdade e diferença de gênero traduzidas pela linguagem e seus significados, que refletem nas normas culturais, ferramentas políticas, identidades e estruturas (True 2014). A partir de uma perspectiva institucional, True tenta avaliar como o *gender mainstreaming* é executado nas organizações internacionais e se apenas fortalece as normas e políticas ou as transforma politicamente. A autora sugere que essa avaliação dependa de três fatores e as exemplifica dentro de duas grandes organizações internacionais: o Tribunal Penal Internacional e a União Europeia:

“1 – the characteristics of the policy issue or regime area;

2 – the nature of governance in the international institution;

3 – the networks among gender specialists or officials (insiders) and women’s movements or advocates (outsiders).” (True 2014, 232)

Essas características ficam evidentes na política de *gender mainstreaming* praticada no Tribunal Penal Internacional onde, segundo True, a área de política de justiça criminal preocupada com temas de violação de direitos e danos corporais dentro de assuntos relacionados as questões de gênero como estupro e violência sexual fica distintamente visível. A natureza de governança da instituição é ligada as práticas de leis rígidas e fundada através de precedentes legais e lógicos, levando mais transparência e acessibilidade à implementação da integração e sua monitoração. Ainda há o Comitê de Mulheres para a Justiça de Gênero, que conseguiu criar uma forte aliança entre juízes, advogados e funcionários com experiência em gênero dentro da Corte e advogados da sociedade civil global fora da instituição, conseguindo mobilizar o público para debates sobre políticas globais de justiça internacional. O segundo exemplo apresentado por True é a União Europeia, em um processo de *gender mainstreaming* não tão transformador quanto o da Corte, mas ainda assim supre de forma satisfatória, boa parte dos fatores acima destacados pela autora.

Conforme True explica, as características da política de desenvolvimento do *gender mainstreaming* levanta aspectos sobre violências estruturais e não diretas, que são as responsáveis pela pobreza e desigualdades presentes nos países. Um outro ponto refere-se à formulação de políticas de desenvolvimento que, na opinião da autora, são complexas e múltiplas, tanto a níveis nacionais como regionais e que utilizam na elaboração de projetos, especialistas em gênero apenas como consultores temporários e não funcionários

permanentes dentro das instituições, demonstrando que o processo de *gender mainstreaming* parece atender momentaneamente resultados específicos a partir de interesses políticos ou burocráticos, menosprezando um processo maior com mudança de normas e práticas para um objetivo superior. O último ponto a ser esclarecido por True, é a fraca participação da sociedade civil que, apesar do incentivo das instituições europeias, ainda carece de uma maior presença. Um motivo elucidado é o estágio inicial de uma rede transnacional de desenvolvimento de igualdade de gênero entre os países europeus e os países em desenvolvimento. Para True portanto, a análise institucional é importante para entender como as organizações internacionais compreendem e integram o *gender mainstreaming* e porque, em algumas instituições ele encontra resistência e tem seu potencial transformador comprometido (True 2014)

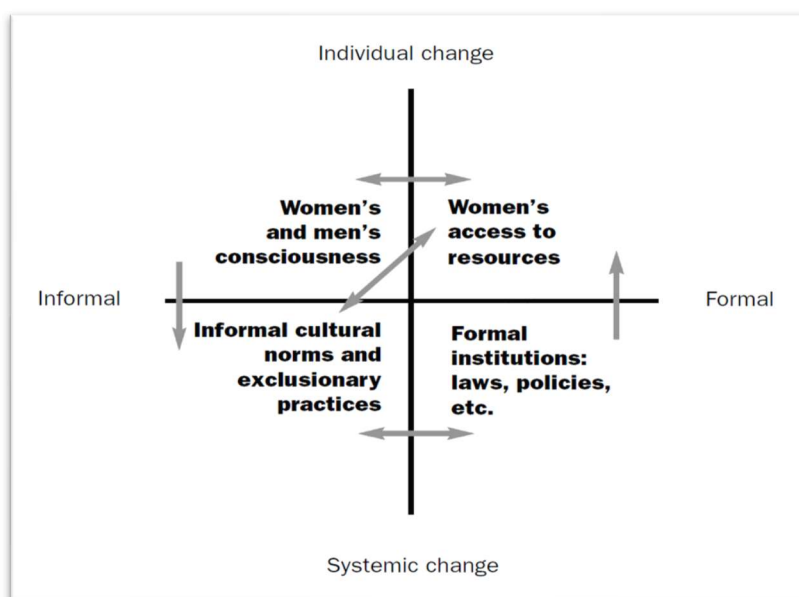
Porém, na opinião de True, mais importante que a análise institucional é a análise discursiva, presente nas premissas do feminismo pós-estruturalista e que pode ajudar a revelar as mudanças e continuidade das normas de gênero nas organizações internacionais. Incorporando o processo de *gender mainstreaming* como uma política de consciência de gênero, ele pode ajudar a entender as desigualdade de gênero como um sistema de significação e significados que criam poder, não apenas estruturalmente, mas conscientemente ao nível da formulação de políticas:

“By making analysis of gender differences a core part of policymaking, gender mainstreaming potentially destabilizes existing gendered meanings and masculine hegemonies (Lombardo 2005; Lombardo and Meier 2006; True 2003)” (True 2014, 235)

Nesse sentido, muito dos discursos empregados nas organizações internacionais como por exemplo no Banco Mundial, demonstram o trabalho da análise de diferença de gênero na aplicabilidade do processo de *gender mainstreaming*. O Banco Mundial concentrou o desenvolvimento de políticas, equalizando a responsabilidade do papel do homem na família às atividades não remuneradas de mulheres no que tange a reprodução social. Ao mesmo tempo que essas políticas quebram a hegemonia masculina e usam a igualdade de gênero como meio de reduzir a pobreza, elas produzem novas formas heterossexistas de gênero, tratando as políticas discursivas de diferenciação de gênero como problemas individuais na esfera privada (True 2014). Ou seja, para True, a análise discursiva para tentar compreender o processo de *gender mainstreaming* nas instituições traduz uma importante ferramenta de verificação efetiva porque mostra que esse processo não traduz um avanço nas políticas globais e regionais de igualdade de gênero, “*it merely deploys diferente forms of power*” (True 2014, 236).

Para Rao e Kelleher (2010), enquanto algumas organizações trabalham em mudanças legais e políticas, outras focam na mudança das condições materiais. Segundo os

autores, as organizações têm focado em um ou outro aspecto, conforme quadro abaixo, porém é necessário que as mudanças sejam tanto em níveis pessoais como em níveis sociais, baseadas em relações formais e informais:



Quadro I – What are we trying to change?

Fonte: (Rao e Kelleher 2005)

Nesse sentido, quatro aspectos acabam interferindo nas atuais políticas de *gender mainstreaming* nas organizações, que acabam impactando um ao outro:

- women's and men's individual consciousness (knowledge, skills, political consciousness, commitment);
- women's objective condition (rights and resources, access to health services and safety, opportunities for a voice);
- informal norms, such as inequitable ideologies, and cultural and religious practices;
- formal institutions, such as laws and policies.” (Rao e Kelleher 2005, 60)

Rao e Kelleher sugerem que os fatores acima têm que trabalhar conjuntamente em um processo contínuo de mudança para criar e manter as capacidades. Para isso, em um primeiro momento, todo o espaço de mudanças deve ser contemplado para melhorar a igualdade de gênero, para que os agentes de mudanças façam escolhas estratégicas sobre como e onde intervir através de recursos, capacidade e conhecimento, de forma sustentável e forçando mudanças institucionais formais e informais. O foco nas mudanças institucionais parece ser, de acordo com os autores, o maior desafio para que o *gender mainstreaming* e a igualdade de gênero sejam acolhidos da melhor maneira possível e nesse sentido, analisam quatro desafios ou dificuldades encontradas nas organizações internacionais: 1 – *Desafios da mudança institucional no terreno*, onde há uma certa dificuldade em transpor a barreira da mudança individual e aprendizado para a mudança social. Existe o problema da aceitação sociocultural de ideias de igualdade de gênero que gera dificuldades de mudanças

de atitude e comportamento nos níveis individual e institucional; 2 – *Desafios de clareza*, que apontam que a falta de percepção é um dos riscos para implementação de projetos de igualdade de gênero, mas que essa falta de compreensão pode ser traduzida por um mal entendimento forçado que separa gender mainstreaming do trabalho de empoderamento das mulheres, retirando recursos de projetos destinados ao empoderamento para trabalhos de integração; 3 – *Desafios de mudança organizacional*, que analisam a falta de um corpo técnico competente, como uma gerência sênior com responsabilidade, uma equipe sênior com conhecimento e habilidades técnicas em questões de gênero e a saturação de grupos e especialistas marginalizados, pouco qualificados e com poucos recursos como fatores dos problemas presentes nas instituições encarregados do desenvolvimento de programas de gender mainstreaming e 4 – *Desafios de mediação*, que demonstram que há sérias dificuldades na obtenção de dados desagregados por sexo, tanto em níveis de rastreamento de contribuições relativas a um projeto como em níveis mais profundos, como os alicerces de qualquer mudança social, como as mudanças na consciência e atitudes de mulheres e homens ou na comunidade como um todo, demonstrando que os resultados obtidos são de extrema valia para o processo de igualdade de gênero a longo prazo (Rao e Kelleher 2005)

De uma maneira explícita e resumida, True (2014) argumenta que o:

“Mainstreaming has made small achievements toward breaking down masculine hegemonies and their organisational and policy norms. But the focus on institutional policies and technical procedures for mainstreaming gender equality, that is, official gender training, the focal points, checklists, toolkits, numerical genderbalanced decision making and the like, has often missed much of the big picture of how gendered power operates discursively to reinforce gender injustices.” (True 2014, 236)

### **3.1 – A discussão do gênero ou a falta dela nas principais organizações regionais latino-americanas – um breve relato**

Quando nos referimos aos direitos das mulheres e igualdade de gênero, excetuando a Europa Ocidental, a estrutura política e jurídica no continente americano como um todo é a mais sólida do mundo, onde mulheres e pessoas LGBTs possuem uma gama de direitos sob as mesmas condições de igualdade dos homens. Desde a Convenção Sobre a Nacionalidade da Mulher, adotada pela União Pan-Americana em 1933 e a consolidação dos direitos da mulher em nível internacional através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, sigla em inglês (CEDAW) em 1979, a região continental americana tem continuamente trabalhado para fortalecer os direitos da mulher e a igualdade de gênero na região (IDEA 2017).

Ao longo de décadas, organizações regionais na América Latina como a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a Comunidade Andina (CAN), a

Aliança Bolivariana para as Pessoas da nossa América (ALBA), a União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) adotaram normas e políticas e comprometeram-se a estabelecer diretrizes e políticas voltadas para assuntos de gênero e mulheres, mas foi somente a partir dos anos 2000 que houve um melhor entendimento e comprometimento das organizações em trabalhar o tema de gênero e assuntos sobre as mulheres (Hoffmann 2019). Isto porque, a despeito da criação das primeiras organizações regionais nos 1960 do século XX que visavam trabalhar o desenvolvimento regional através do fortalecimento das indústrias nacionais, passando pela formação de organizações nos anos 1990, afloradas pela influência do neoliberalismo e a promoção da livre negociação, foi apenas na virada para o atual milênio que o regionalismo latino-americano passou a efetivamente adotar e promover a ideia de desenvolvimento social, focando na inclusão política e na adoção de políticas sociais que vinham como resposta aos efeitos negativos do modelo anteriormente adotado. A adoção de políticas de igualdade de gênero na CELAC por exemplo, foi implantada apenas em 2013, com seguidas reuniões e uma declaração especial para a *“Promotion of Equality and Empowerment of Women in the New Post – 2015 Development Agenda”* (Hoffmann 2019, 356). Dentro da Comunidade Andina (CAN), a inclusão da perspectiva de gênero dentro da Agenda Social do bloco ocorreu em 2007 e em 2009 foi criado o Conselho Andino de Altas Autoridades da Mulher e Igualdade de Oportunidades (CAAAMI), pelo qual fortalece o espectro institucional do Programa Andino para la Equidad de Género e Igualdad de Oportunidades através de quatro linhas estratégicas: fortalecimento normativo, desenvolvimento normativo, desenvolvimento de mecanismos comunitários e participação da sociedade (CAN 2020). Já o Mercosul, objeto de estudo desta dissertação, apesar de ter adotado medidas para o fortalecimento de políticas para mulheres e igualdade de gênero a partir de 1998, somente em 2011 houve a criação de um órgão direcionado para o assunto com políticas mais contundentes e ações práticas (N. d. Monteiro 2014)

Embora haja normativas e indicações de programas e projetos para assuntos de gênero e de mulher nas organizações regionais latino-americanas, o processo de inclusão da perspectiva de gênero parece ser mais acessível em âmbitos globais do que regionais e até mesmo nacionais, uma vez que, de acordo com Krook & True, a integração de gênero tornou-se mais central dentro de uma perspectiva global de igualdade de gênero. O seu conteúdo específico torna-se mais difuso, gerando uma praticidade limitada em democracias novas ou em países em desenvolvimento, que possuem além de outras dificuldades, recursos limitados (Krook e True 2012).

Porém, apesar da crescente literatura nos assuntos relacionados aos estudos de gênero e políticas para mulheres em nível global nos últimos anos, já em instituições

regionais sua discussão e empreendimento carecem de maior assertividade, principalmente quando nos referimos as organizações regionais africanas, asiáticas e latino-americanas. Em seu trabalho “*Women in Leadership in Latin American Regionalism*”, Hoffmann analisa a incorporação da perspectiva de gênero na CELAC entre 2011 e 2014, período em que alguns países eram governados por mulheres, nesse caso, Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff no Brasil. Mesmo não sendo objeto de nosso estudo, sua análise é importante quando a autora menciona 3 características sobre o regionalismo latino-americano que exercem grande influência no modo como as organizações regionais trabalham assuntos de gênero. O primeiro elemento levantado pela autora é o fato das organizações regionais na América Latina possuírem ainda estruturas institucionais fracas, pequenas secretarias com poucos funcionários estrangeiros e mandatos fracos sem poderes supranacionais, tendo seus parlamentos regionais constituídos por parlamentares indicados pelos governos nacionais e não eleitos diretamente. O segundo ponto, segundo Hoffmann diz respeito ao sistema de governo exercido nos governos da região, através de um regime presidencialista, na qual o presidente detém um poder de decisão considerável e que acaba influenciando decisivamente na política externa do país. Dessa maneira, sendo as organizações regionais latino-americanas intergovernamentais, ao invés de supranacionais, o poder nas mãos do presidente interferem diretamente nas decisões dentro do bloco. A terceira característica apontada pela autora é a forte presença da participação de movimentos sociais, ONGs e redes de defesa e os trabalhos que esses atores exercem em assuntos como direitos humanos e gênero, ajudando a criar estudos e normas (Hoffmann 2019).

No que tange ao Mercosul, esse distanciamento institucional parece ser menor, mesmo sabendo que “*Both traits, velocity and political action regardless of the presence of regulations, are characteristics of Latin American presidentialism*” (Malamud 2003, 67). Malamud entretanto, exalta que os níveis nacional e regional têm convertido para uma institucionalização mínima e flexível, ao contrário do passado turbulento em que o excesso ou a falta de institucionalidade afetavam a integração regional. Nesse sentido o Mercosul parece demonstrar um grau de institucionalidade mais assertivo do que a maioria dos outros blocos regionais latino-americanos, principalmente quando tratamos de assuntos de gênero e que tentaremos explicar a seguir.

### **3.2 – Movimento feminista e os mecanismos institucionais de igualdade de gênero do Mercosul – ideias, objetivos e pontos alcançados**

Historicamente, o Mercosul surgiu em 1991 através do Tratado de Assunção assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como principal iniciativa, o estabelecimento de um mercado comum por meio de uma progressiva compatibilização das tarifas externas com o objetivo de ter um regime comum e a gradativa liberalização do comércio na região (Jelin 2016). Inspirado pela experiência da Comunidade Econômica Europeia, em um sentido maior de integração, a criação de um mercado comum avançou por duas vias: uma comercial, com ênfase na liberalização do comércio de bens e serviços e dos movimentos de capitais que foram as bases para a criação da União Aduaneira e outra de harmonização das políticas macroeconômicas e setoriais, através de acordos, negociações e compromissos a nível de governos (Azar, Celiberti e Espino 2005).

Partido de uma ordem cronológica, em seu início, o Mercosul teve um papel marcado pelo fortalecimento de uma agenda voltada para políticas com características mais econômicas-comerciais, refletindo o cenário internacional com a globalização das finanças (N. d. Monteiro 2014), e nesse sentido, em 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul e lhe deu personalidade jurídica de direito internacional, integrada por três órgãos decisórios, o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e três não-decisórios, a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) (MERCOSUL, Documentos e Normativas 1994). Porém ao final da década de 1990, uma combinação de disputas e atrasos, dificultados com as assimetrias nas estruturas e políticas produtivas nacionais, crises internas nas economias locais, frágil institucionalidade do processo de integração e falta de uma coordenação macroeconômica enfraqueceu em parte seus alicerces, mas apesar das discordâncias sempre houve discursos e vontades de avançar em termos de institucionalidade e regulamentação comercial (Azar, Celiberti e Espino 2005), exemplificados abaixo com algumas reuniões ao longo de sua existência:

- Ata da IX Reunião do Conselho do Mercado Comum em 06 e 07/12/1995

“IX REUNION DEL CONSEJO DEL MERCADO COMUM

(...)

III. MERCOSUR 2.000

Se aprobó la Decision Nº 9/95 “Programa de acción del MERCOSUR hasta el año 2000” que se adjunta como Anexo III.

*Considerando que el objetivo central y estratégico del MERCOSUR hacia el año 2000 será la profundización a través de la consolidación y perfeccionamiento de la Unión Aduanera a través de un contexto de regionalismo abierto, los Estados Partes entendieron necesario desarrollar los objetivos y las líneas de acción que orientarán las negociaciones.” (MERCOSUL 1995) grifos próprios*

- Ata da XVI Reunião do Conselho do Mercado Comum em 14 e 15/06/1999

“XVI REUNION DEL CONSEJO DEL MERCADO COMUN

(...)

3. DEBATE DE LOS SEÑORES MINISTROS SOBRE LOS TEMAS DE CONSOLIDACIÓN Y PROFUNDIZACIÓN DEL MERCOSUR Y EL MANDATO CONTENIDO EM EL PUNTO 5 DEL COMUNICADO DE LOS PRESIDENTES DEL 21/2/99.

*El Consejo del Mercado Común coincidió en enfatizar la importancia del MERCOSUR como proceso de integración económica, su creciente proyección internacional y su gravitación como factor atenuante del impacto negativo de la coyuntura económica mundial. En este sentido, reitero la voluntad política de los Estados Partes en el proyecto de construcción del Mercado Común.*

(...)” (MERCOSUL 1999) grifos próprios

- Ata da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum em 05 e 06/12/2002

”(...)

2. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DO MERCOSUL E DA REGIÃO

As delegações efetuaram um amplo intercâmbio de considerações acerca da situação do MERCOSUL e da Região e coincidiram na avaliação de que o MERCOSUL é um projeto estratégico permanente de seus países capaz de superar as dificuldades conjunturais excepcionais enfrentadas no correr do ano.

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL

As delegações discutiram estratégias e opções de fortalecimento institucional do MERCOSUL, em particular o início da transformação da Secretaria Administrativa do MERCOSUL em Secretaria Técnica. Neste sentido, aprovaram a Decisão CMC Nº 30/02 “Transformação da Secretaria Administrativa do MERCOSUL em Secretaria Técnica”.

(...)

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

(...)

2. Os Presidentes reafirmaram os compromissos de seus países com a construção do MERCOSUL, instrumento fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável de seus países e sua inserção na economia global, ressaltando sua contribuição para o fortalecimento da democracia em seus países;

3 Reconheceram as dificuldades conjunturais pelas quais passam os Estados Partes da União Aduaneira, mas salientaram que o MERCOSUL representa o melhor meio para sua superação;” (MERCOSUL 2002) grifos próprios

- Ata da XXXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum de 15/12/2006

“(...)

## 2. SITUAÇÃO DO MERCOSUL. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 1º DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

Os Ministros passaram em revista os temas centrais do processo de integração que foram objeto de tratamento durante o semestre.

*A Delegação do Uruguai expôs sua visão sobre o estado atual do processo de integração, dando ênfase às assimetrias existentes no âmbito do bloco. Defendeu a observância do que dispõe o art. 1º do Tratado de Assunção, especialmente no tocante à livre circulação de mercadorias e à eliminação de barreiras não-tarifárias. Reiterou, ademais, a importância de que a institucionalidade do bloco seja fortalecida, bem como os laudos do Tribunal Permanente de Revisão sejam plenamente cumpridos. Em particular, a Delegação do Uruguai fez referência à situação que sofre como consequência do bloqueio à livre circulação que realizam cidadãos argentinos nas estradas de acesso às pontes entre ambos países, reclamando que o Governo da República Argentina tome as medidas necessárias para evitar estes cortes conforme o laudo do Tribunal Ad Hoc de 6 de Setembro de 2006.*

*Por fim, registrou a necessidade de haja avanços na coordenação de políticas macroeconômicas na região.*

A Delegação da Argentina discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelo bloco nos últimos anos e conclamou os demais Estados Partes a não adotar medidas unilaterais que acarretem restrições ao livre comércio. *Assinalou, igualmente, a importância de que se continue a trabalhar em conjunto para a superação das dificuldades hoje existentes.* Com relação à manifestação do Uruguai, a Delegação da Argentina assinalou que seu Governo sempre desencorajou os cortes das estradas. Da mesma forma, destacou seus esforços para persuadir os cidadãos argentinos que realizam estas manifestações para que as cessem. Tal foi refletido no laudo de 6 de Setembro de 2006, que concluiu que a República Argentina atuou de boa fé. O mesmo laudo considerou que não resultava procedente decidir sobre futuras condutas da Argentina em circunstâncias similares.

*A Delegação do Paraguai salientou as dificuldades decorrentes de sua condição de país mediterrâneo. Destacou, ainda, a necessidade de que sejam eliminadas barreiras existentes nos controles aduaneiros, o que tem dificultado seu acesso aos mercados na região. Por fim, manifestou sua disposição em contribuir para o fortalecimento das instituições do bloco, como o Tribunal Permanente de Revisão (TRP).*

A Delegação do Brasil reconheceu que, não obstante os avanços registrados, o MERCOSUL ainda se encontra diante do desafio de superar diversos problemas e obstáculos. Anunciou a disposição de implementar medidas unilaterais para facilitar o acesso ao mercado brasileiro para os produtos dos sócios menores do MERCOSUL. Sugeriu, ainda, a realização de reunião em 18 de janeiro de 2007, prévio à Cúpula, com a participação dos Ministros das Relações Exteriores e da Economia, para prosseguir o diálogo sobre os problemas do MERCOSUL e debates medidas para superá-las, fortalecendo o bloco.

*Os Ministros coincidiram na necessidade de continuar avançando na consolidação da União Aduaneira e na superação das assimetrias.” (MERCOSUL 2006) grifos próprios.*

- Ata da XLVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum em 29/07/2014

“COMUNICADO CONJUNTO DAS PRESIDENTAS E DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

(...)

*4. Destacaram a importância da integração regional como prioridade estratégica para a América do Sul e reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento dos alicerces político e cidadão, enfatizando na dimensão social do MERCOSUL.*

*Reafirmaram, ainda, seu compromisso de continuar o impulso decidido ao processo de integração regional e reafirmaram o MERCOSUL como um espaço político, econômico, social e cultural, promotor da multipolaridade e a construção de um mundo mais justo e solidário.*

(...)

*12. Reiteraram a necessidade de promover o crescimento e o desenvolvimento dos Estados partes do MERCOSUL a fim de reduzir as assimetrias existentes e, nesse contexto, manifestam a importância do funcionamento de mecanismos efetivos para superar as dificuldades (...) (MERCOSUL 2014) grifos próprios*

- Ata da LV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum de 04/12/2019

“COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

(...)

#### *FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO*

*Os Presidentes manifestaram, igualmente, a firme determinação de continuar a trabalhar pelo fortalecimento da integração, com vistas a produzir ganhos concretos para suas populações, reforçar os valores democráticos e assegurar a inserção mais vantajosa das economias dos Estados Partes nos contextos regional e global.*

*No tocante aos desafios da agenda econômico-comercial, ressaltaram a importância de os Estados Partes continuarem a pautar-se pelos princípios de regionalismo aberto, pragmatismo e flexibilidade. Sublinharam, nesse contexto, a centralidade dos esforços para:*

- *Avançar a agenda econômico-comercial entre os Estados Partes, mediante, entre outras ações, a conclusão, no próximo semestre, da revisão da Tarifa Externa Comum e a continuidade dos trabalhos para eliminação dos entraves e distorções no comércio intrazona;*
- *Fortalecer a agenda externa do MERCOSUL, com a assinatura dos acordos com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio, a conclusão de negociações em curso e a o lançamento de novas frentes negociadoras no próximo ano; e*
- *Aprofundar o processo de racionalização do funcionamento e da estrutura do bloco, com economia de recursos e enxugamento do seu organograma.” (MERCOSUL 2019) grifos próprios*

É possível notar acima que sempre houve e ainda há uma predisposição dos Estados membros em buscar soluções para um aprimoramento institucional que visem uma integração regional mais homogênea dentro do Mercosul.

Com enfraquecimento da política neoliberal operante na região, a América Latina deu vez aos governantes de perfis mais progressistas, que espelhou uma nova etapa também para o Mercosul, contemplando novas agendas sociais e políticas de cooperação produtiva, juntamente com as agendas econômicas-comerciais (Ferretto e Picasso 2018). Dessa maneira, em março de 2002, foi aprovado o Protocolo de Olivos, criando o Tribunal Permanente de Revisão e de Controvérsias, os Foros Setoriais de Competitividade e a projeção de desenvolvimento de um Banco de Fomento do Mercosul, objetivando uma coordenação macroeconômica efetiva. Em 2003 foi lançada a Secretaria do Mercosul e o compromisso com o desenvolvimento de alianças e negociações com outro blocos, assim

como a necessidade de criação de órgãos institucionais como o Parlamento e o Instituto Monetário do Mercosul. No ano seguinte, em 2004, houve a aprovação da criação do Fórum de Convergência Estrutural (FOCEM), com o intuito de reduzir as assimetrias estruturais entre os países membros, promover a competitividade e coesão social, dando especial atenção às regiões menos desenvolvidas (Azar, Celiberti e Espino 2005) e em 2005, com o Protocolo de Assunção, houve o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos do Mercosul, assim como o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (MERCOSUL 1994).

Nota-se que o percurso da construção e estruturação do Mercosul traduziu um esforço conjunto dos países membros em prol de uma união latino-americana, mesmo ambientado em momentos históricos bastante complexos e voláteis. E para o feminismo, o processo para uma maior igualdade de gênero no Mercosul, fruto dessa investigação, não foi diferente. Para Monteiro (2014), o movimento feminista latino-americano, anteriormente ambientado com os fenômenos do neoliberalismo e da globalização, tiveram que moldar suas estratégias de incidência com práticas mais contundentes e pragmáticas, visto a inserção de novas dinâmicas econômicas-políticas e sociais na região. Para a autora, o caminho percorrido pelo movimento feminista para conseguir articular-se com interação e negociar com os Estados nos âmbitos nacional, regional e até global suas iniciativas de institucionalização dos assuntos referentes a mulher e a perspectiva de gênero, foi penoso e ainda é. Monteiro explica que antes mesmo da Conferência de Beijing em 1995, já havia articulações seguindo uma dinâmica regional-internacional que refletiam a complexidade dos objetivos e alcances do movimento. Os Encontros Feministas, as conferências mundiais da ONU, as reuniões extra oficiais das feministas desencadearam o fortalecimento dos movimentos feministas e nesse contexto, o compartilhamento de opiniões, vivências e visões a respeito de novos temas entraram em cena com mais espaço, como o que aconteceu com o retorno dos grupos feministas de Beijing que, ao se depararem com novos meios de integração regional, como o Mercosul por exemplo, passaram a questionar como esses processos de integração afetaria as mulheres e suas relações com pobreza, migração, trabalho, participação política e o papel do patriarcado (N. d. Monteiro 2014). Esse trabalho fica evidenciado através de um projeto de investigação de acadêmicas feministas e ONGs uruguayas sobre as mulheres no Mercosul em 1992, que buscava avaliar as eventuais consequências dos processos de integração comercial sobre as mulheres, pontuando a partir de vantagens e desvantagens, propostas que pudessem minimizar custos e maximizar benefícios. O trabalho efetuado por esse grupo rendeu frutos como um seminário internacional no Brasil em 1995 intitulado “Mulher e MERCOSUL”, que contou com investigadoras do Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai e tratou da situação das mulheres no mercado de trabalho, um segundo seminário em 1997 e a criação de um Observatório do

Mercado de Trabalho do Mercosul, visando o monitoramento do impacto dos processos regionais nos empregos femininos (Valdés 2003).

Podemos considerar então, que o trabalho de inserção do feminismo no Mercosul pode ser remetida a falta da dimensão social enfrentada pelo organismo no início de sua construção. A ausência da participação da sociedade civil fez surgir a necessidade do debate de uma maior democratização da sociedade nos âmbitos dos processos do Mercosul (N. d. Monteiro 2014). Sendo assim, emergiu a importância do trabalho dos movimentos sindicais dos países membros que se constituíram “*a determinar las asimetrías más importantes em los mercados laborales de los cuatro países, promoviendo estudios sobre diferentes aspectos, de manera de mejorar el conocimiento de la realidad regional y la capacidad de formulación de propuestas*” (Azar, Celiberti e Espino 2005, 6). As centrais sindicais, agrupadas dentro da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) formaram a Comissão Sindical do Mercosul que tinha como objetivo participar de forma centralizada nas diferentes estâncias, e além do seu enfoque comercial, denunciava também o déficit social e democrático na organização. Dessa maneira, o trabalho das frentes sindicais, além de conseguir promover diversos avanços na construção institucional do Mercosul, resultou significativamente na elaboração de um Foro Consultivo Econômico e Social que seria integrado por organizações da sociedade civil, entre elas a dos trabalhadores, e assim, em 1994 foi criado o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), cuja representação dos setores econômico e social era composta por um número igual de representantes por país com funções consultivas e que recomendavam ações ao Grupo Mercado Comum (GMC) (Azar, Celiberti e Espino 2005, 6).

Diante do início do interesse de uma maior aproximação social na institucionalidade do Mercosul e sabendo da necessidade de uma presença mais ativa, as mulheres, organizadas em espaços mistos ou em movimentos femininos passaram a reivindicar uma participação dentro da estrutura da organização (Azar, Celiberti e Espino 2005, 7), e em 1997 foi formada a Comissão de Mulheres do CCSCS do Mercosul, que tinha como objetivos:

“encourage the active participation of female workers in MERCOSUR, send up-to-date information to all unions and women’s departments and secretariats, nationally and regionally disseminate the contents of the Social Charter (later called the Social and Employment Declaration of MERCOSUR, 1998), formulate affirmative action policies for women in the region along the lines of our commitment with the Beijing Action Platform, adopt the necessary measures to eliminate all forms of discrimination against women, and ratify the International Labor Organization (ILO) agreements.” (Espino 2008, 3)

Essas ações em conjunto com os trabalhos oficiais para a situação das mulheres nos países membros e a participação da sociedade civil através de ONGs e de movimentos sindicais alterou as perspectivas institucionais do Mercosul e em 1998 o Grupo Mercado

Comum decidiu criar a Reunião Especializadas para Mulheres (REM), grupo focado em contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades dos países da organização (Azar, Celiberti e Espino 2005).

“MERCOSUL/GMC/REM/Ata N° 1/98

#### I REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER DO MERCOSUL

Celebrou-se, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no dia 7 de dezembro de 1998, a I Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL (REM), com a presença das delegações de Brasil, Argentina e Paraguai. As delegações registram a participação de representantes do Foro de Mulheres do MERCOSUL.

(...)

Os temas tratados de acordo com a agenda de trabalho foram os seguintes:

#### **I. Elaboração de uma Pauta Negociadora da REM:**

As delegações presentes acordaram analisar a elaboração de uma pauta consensuada de trabalho para a REM, a ser aprovada em sua próxima reunião, com base nos temas abaixo listados, sem prejuízo de contribuições futuras:

##### **1. Diagnóstico sobre a situação da mulher nos Estados Partes do MERCOSUL.**

As partes concordaram com a necessidade de contar com uma base de dados comum, tanto no que se refere as informações de natureza estatística como também às informações de caráter normativo e institucional, o que permitirá a elaboração de um quadro compreensivo da situação da mulher nos quatro países membros do MERCOSUL.

No que se refere ao diagnóstico de natureza normativa, as partes acordaram intercambiar informações a respeito do estágio de internalização dos acordos internacionais referentes ao tema da igualdade de oportunidades.

A respeito, acordaram elaborar listas de compromissos assumidos em nível internacional, que deverão ser apresentadas por ocasião da próxima REM. Com base em tais listas, dever-se-á estabelecer uma estratégia de acompanhamento de sua internalização nos diferentes Estados Partes.

##### **2. Planos de Igualdade de Oportunidades.**

As partes acordaram apresentar, na próxima REM, informes sobre o estágio de cumprimento de seus respectivos Planos de Igualdade de Oportunidades, com base nos compromissos constantes da Plataforma de Ação da Quarta Conferência sobre a Mulher (Beijing, 1995).” (MERCOSUL 2008)

A criação da REM foi um dos resultados obtidos no Segundo Seminário Internacional sobre “Mulher e MERCOSUL”, realizado no Brasil em 1997, que além do fortalecimento em cima das discussões já efetuadas no primeiro seminário, como os impactos da integração regional no mercado de trabalho para as mulheres, houve também um alargamento dos debates acerca das consequências sociais da integração. A participação de ONGs, organizações sindicais, da comissão parlamentar, assim como de representantes dos governos e seus escritórios especializados de mulheres ajudaram a impulsionar a criação do organismo (Valdés 2003, 263).

Monteiro (2014) explica que os passos anteriores para a institucionalização da REM foram vários e que, ademais dos esforços dos movimentos feministas como um todo, o papel das mulheres já inseridas em organizações sociais foram fundamentais para chegar ao ponto alcançado, contrapondo o papel dos movimentos da sociedade civil em si, mais combativos e populares, evidenciando os perfis políticos dessas organizações, que eram formadas por empresárias, parlamentares e que já estavam inseridas dentro da estruturas estatais, alinhadas com o direcionamento das posições dos Estados membros, facilitando esse aproximação institucional. De acordo com Monteiro, as estratégias para o caminho da institucionalização passaram por algumas fases como:

“tentar participar nas reuniões de ministros e nos subgrupos de trabalho da GMC; juntar esforços com as funcionárias dos mecanismos de promoção de políticas para mulheres de cada país, com as diplomatas, legisladoras e representantes do Mercosul que eram parte do ‘Fórum de Mulheres do Mercosul’ e tinham os mesmos objetivos” (N. d. Monteiro 2014, 86)

Apesar de muitas reuniões e temas propostos nas REMs ao longo de sua existência, poucas foram suas efetividades práticas nos impactos para as mulheres na região. Para Fernós (2010), as ações e consequências das políticas para as mulheres da REM apresentam características interessantes, porque evidenciam os conflitos, resistências, contratempos e os avanços das iniciativas. Um exemplo é a recomendação da REM para o GMC para que houvesse a incorporação da perspectiva de gênero no sistema educacional e na preparação dos orçamentos dos países membros. O GMC não acatou a recomendação por falta de consenso. Algum tempo depois, após nova recomendação, o processo de incorporação da perspectiva de gênero foi aprovada, encaminhado aos Ministros da Educação dos países para que considerassem o processo em seus Planos Nacionais de Ações Educacionais (Fernós 2010)

A participação esporádica de organizações feministas, sindicalistas e grupo acadêmicos em alguma reuniões, ainda assim através de convites por parte de governos específicos, ajudou a afastar o vínculo com os movimentos feministas, tendo essa aproximação e a participação da sociedade civil, nomeadamente as mulheres, com mais ênfase somente a partir de 2005, quando a delegação brasileira levantou a necessidade de aumentar a participação ativa da sociedade civil, propondo dois temas que se tornaram muito importantes na promoção da intervenção direta das mulheres nas instituições do Mercosul e corroboraram a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e a paridade homens/mulheres no Parlamento do Mercosul: “Gênero e Economia” e “Participação das mulheres na tomada de decisão pública”. Ainda no mesmo ano, houve o alargamento da participação da sociedade civil não apenas nas reuniões, mas também em diretrizes atestando que suas reivindicações e assuntos pertinentes as mulheres passariam a integrar as agendas da REM (Espino 2008). Para a autora, a partir de uma perspectiva de

inclusão social, o REM falhou em não desenvolver um caráter pró ativo que fizesse mobilizar uma vontade política para a abertura da participação social, não conseguindo promover de forma contundente o diálogo social e o estabelecimento de mecanismos efetivos para um maior envolvimento da sociedade civil. Institucionalmente, Espino analisa que as estruturas operacionais da REM refletem a arquitetura das políticas econômicas do próprio processo de integração do Mercosul, mostrando os pontos fracos e fortes dos mecanismos dos governos para a igualdade de gênero (Espino 2008).

Já para Monteiro (2014), a princípio a REM buscou alcançar uma legitimidade política da temática de gênero dentro do processo de integração, tentando gerar um discurso próprio sobre integração e gênero, mas que as declarações e demandas do Mercosul não acolheram institucionalmente e com práticas pertinentes as política públicas. Em uma etapa posterior, houve a ampliação da participação de organizações sociais e o incentivo político dos mecanismos de gênero dos Estados membros em desenvolver ações em outros espaços do Mercosul. Com relação a participação da sociedade civil, nomeadamente, o movimento feminista, houve em certa parte auxílios nacionais na promoção da participação de mulheres, potencializando a visibilidade do trabalho da REM em âmbito regional, mas também dificuldades internas dos Estados membros e falta de vontade política de tentar aproximar-se de acordos e de segui-los. Para Monteiro, *“a participação da sociedade civil na REM é, neste sentido, mais declarativa do que efetiva”* (N. d. Monteiro 2014, 110-111)

Tabela V - Participação da sociedade civil nas reuniões da REM

Reuniões da REM	Participantes da sociedade civil
MERCOSUL/GMC/REM/Ata Nº1/98	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/GMC/REM/ACTA Nºo 1/99	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/GMC/REM/ACTA Nº 1/00	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/GMC/REM/ATA Nº 2/2000	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/GMC/REM/ACTA Nº 1/01	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/REM/ACTA Nºo 2/01	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 1/2002	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
VIII REM DO MERCOSUL ATA Nº 02/2002	- Sem dados específicos;
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 01/2003	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 2/03	- Fórum de Mulheres do Mercosul;
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 1/04	- Sem dados dos participantes;
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 2/04	- Sem participantes
MERCOSUR/REM/ACTA Nº 1/05	- Comisión de Mujeres de la Coordinadora de las Centrales Sindicales del Cono Sur; - Red Internacional de Género y Comercio. Capítulo Latinoamericano; - Federación Democrática Internacional de Mujeres – FDIM; - UNIFEM Brasil y Cono Sur;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer. CLADEM Paraguay;</li> <li>- Asociación Paraguaya de Enfermería - APE;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/05	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CLADEM;</li> <li>- PIT CNT;</li> <li>- REPEM;</li> <li>- MERCOSUR;</li> <li>- THEMIS;</li> <li>- FEM MERCOSUR;</li> <li>- Red Internacional de Género y Comercio;</li> <li>- Federación Democrática Internacional de Mujeres;</li> <li>- Unión de Mujeres Uruguayas;</li> <li>- Asociación de Mujeres Rurales;</li> <li>- CNS – Mujeres;</li> <li>- CCSCS;</li> <li>- CMP;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA NRO: 1/06	- Sem participantes
MERCOSUR/REM/ATA N° 02/06	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum de Mulhere do Mercosul;</li> <li>- Fundação Friedrich Eber;</li> <li>- CLADEM;</li> <li>- Articulação Feminista Marcosur;</li> <li>- Comissão Nacional de Seguimento;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/07	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CEPEP;</li> <li>- INDERT;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR;</li> <li>- CLADEM;</li> <li>- PARES ALTERVIDA;</li> <li>- FEIM;</li> <li>- Comisión de Genero de la Cancillería;</li> <li>- CNCPS;</li> <li>- Comisión de Género de la Cancillería;</li> <li>- Representante de Mujeres Trabajando;</li> <li>- INPROMEC;</li> <li>- Articulación Feminista del Mercosur;</li> <li>- EQUIT IGTN.LA;</li> </ul>
MERCOSUR/ACTA N° 02/07	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Asociação Lola Mora;</li> <li>- Grupo de Estudios Sociales;</li> <li>- Católicas por el Derechos a Decidir;</li> <li>- Mujeres Trabajando;</li> <li>- Feministas en Acción;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR;</li> <li>- Asociación Mujeres en Acción;</li> <li>- CLADEM;</li> <li>- Asociación de Especialistas Universitarias en Estudios de la Mujer;</li> <li>- Consejo de Equidad de Género-Argentina;</li> <li>- PIT-CNT Uruguay CMCCSCS;</li> <li>- Mujer y Salud en Uruguay;</li> <li>- Observatorio MERCOSUL de Derechos Humanos;</li> <li>- Themis;</li> <li>- Red Uruguayaya contra la Violencia Doméstica y Sexual, Uruguay;</li> <li>- Instituto Nacional contra la Discriminación, Xenofobia y Racismo-Argentina;</li> <li>- Grupo “Mizangas” (Mujeres Jóvenes Adolescentes), Militante por los Derechos de las Afrodescendientes-Uruguay;</li> <li>- Cono Sur de la Red de Mujeres Afrolatinas, Afrocaribeñas y de la Diáspora-Uruguay</li> <li>- Equit-Red Internacional de Género y Comercio-Brasil;</li> <li>- AFM-Brasil;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/08	Sem participantes
MERCOSUR/REM/ATA N° 02/08	- Feministas en Acción;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mujeres Trabajando;</li> <li>- Asociación de Mujeres en Acción;</li> <li>- Asociación de Mujeres Universitarias;</li> <li>- CLADEM;</li> <li>- FES Brasil;</li> <li>- Centro Feminista de Estudos e Assessoria</li> <li>Articulación Feminista Marcosur;</li> <li>- Rede Gênero e Comércio;</li> <li>- Universidade Federal Fluminense;</li> <li>- Rede Género y Comercio;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/FCCP/ACTA N° 01/09	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundación CEDAI;</li> <li>- CLADEM;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR;</li> <li>- Red Internacional de Género y Comercio;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/09	Sem participantes
MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/10	Sem participantes
MERCOSUL/REM/ATA N° 02/10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum de Mulheres do MERCOSUL;</li> <li>- Força Sindical de São Paulo;</li> <li>- UNIFEM;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CLADEM;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR</li> <li>- Fundação Kuña Aty;</li> <li>- Espacio Civil Paraguay;</li> </ul>
MERCOSUR/REM/ACTA N° 02/11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MSP/Gênero;</li> <li>- Foro Mujeres del Mercosur;</li> <li>- Mujeres y Desarrollo;</li> <li>- Equidad y Género;</li> </ul>

Fonte: Elaboração próprias através das Atas das REM – disponível em <https://documentos.mercosur.int/>

De uma maneira geral, a REM teve avanços consideráveis ao incluir na agenda a preocupação com o movimento de mulheres na região, porém a falta de recursos financeiros e humanos frente a fraca estruturação institucional na qual estava inserida (Azar, Celiberti e Espino 2005), tornou necessária a mudança política da análise da situação da mulher no Mercosul e, como consequência, em 2011, o tema passou a ter responsabilidade ministerial (N. d. Monteiro 2014).

#### O REM deu lugar a Reunião de Ministras e Altas Autoridades de Mulher (RMAAM):

“MERCOSUL/CMC/DEC. N 24/11

##### REUNIÃO DE MINISTRAS E ALTAS AUTORIDADES DA MULHER

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões N 05/91, 18/98, 02/02 e 18/04 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções N 20/98 e 84/00 do Grupo Mercado Comum.

##### CONSIDERANDO:

Que a consolidação da perspectiva de gênero no âmbito do MERCOSUL é essencial para aprofundar a democracia, eliminar as desigualdades e a discriminação contra as mulheres nos Estados Partes.

Que o avanço das políticas de gênero no MERCOSUL levou ao fortalecimento da institucionalidade dos mecanismos nacionais no Estados Partes, muitos dos quais já tem nível ministerial.

Que é conveniente estabelecer um âmbito de nível ministerial e de altas autoridades para a análise da situação das mulheres nos Estados Partes.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1 – Criar a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM), que terá como função assessorar e propor ao Conselho do Mercado Comum medidas políticas e ações em matéria de gênero.

Art. 2 – Designar ao Foro de Consulta e Concertação Política as funções previstas nas Decisões CMC N 02/02 e 23/03, no que corresponder as atividades da RMAAM.

Art. 3 – Revogar a Resolução GMC N 20/98.

Art. 4 – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL

XLII CMC – Montevideu, 19/XII/11” (MERCOSUL 2011)

Elevando o tema sobre a política de gênero para assunto ministerial tornou as normativas da RMAAM mais eficazes e o caminho a ser percorrido até o CMC, órgão superior responsável pela tomada de decisões, mais fácil e menos burocrático, fazendo com que as resoluções e decisões fossem mais práticas e contundentes (N. d. Monteiro 2014), tendo o seu regulamento interno priorizado o enfoque mais incisivo sobre a questão da participação social:

“Conforme estabelecido em seu Regulamento Interno (rmaam/acordo N.º 01/13), entre suas atribuições estão: consolidar a perspectiva de gênero como eixo fundamental de todo o processo de integração do mercosul; trocar informações e experiências e propor estratégias comuns para aprofundar a incorporação efetiva da perspectiva de gênero nas políticas públicas dos Estados Partes e Associados, bem como nas políticas do mercosul; promover a coordenação de posições comuns do bloco em foros internacionais e regionais; formular planos, programas de ações e recomendações técnicas com vistas a fomentar a aplicação e o cumprimento da rmaam; identificar e encaminhar ao Grupo de Cooperação Internacional os projetos de cooperação no âmbito do mercosul e com países de extrazona e organismos internacionais; resolver junto às autoridades dos Estados Partes a implementação das resoluções e recomendações aprovadas pela rmaam; e monitorar o cumprimento das normativas e da política de igualdade de gênero aprovadas no mercosul.” (UPS 2016, 45)

Percebe-se então a ampliação dos temas referente a gênero dentro da RMAAM, onde há a tentativa de consolidar a perspectiva de gênero como eixo central de integração que, nas palavras de Monteiro: *“atribui um reconhecimento e importância política à temática de gênero e sua respectiva transversalização”* (N. d. Monteiro 2014, 100). Para a autora, a introdução da perspectiva de gênero dentro de um debate institucional mais coeso traduz um campo de “igualdade de oportunidades”, permitindo que a temática de gênero contribua com o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades integrantes do Mercosul (N. d. Monteiro 2014).

Monteiro explica que não houve uma ruptura com os temas anteriormente existentes na REM, mas alguns novos temas foram introduzidos e houve um fortalecimento dos já em curso. Um dos pontos novos foi a questão de “educação em gênero”, que não existia até 2010 e a questão da “saúde sexual e reprodutiva”, adicionados nos planos de trabalho de 2012-2013. Para esse período, a autora destaca 10 pontos que traduzem bem o papel da RMAAM para assuntos de gênero e desenvolvimento social:

- “1) atualizar e aprovar a proposta de resolução relativa à criação da Secretaria Permanente da RMAAM;
- 2) elaborar proposta orçamentária da Secretaria Permanente e submetê-la à aprovação no CMC;
- 3) pôr em prática as estratégias de comunicação desenvolvidas pela consultoria do Projeto REM/AECID;
- 4) capacitar em perspectiva de gênero os funcionários do Mercosul (Secretaria Administrativa do Mercosul);
- 5) construir uma agenda de gênero do Mercosul;
- 6) incidir nas ações para incorporar no Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), incluindo a perspectiva de gênero nos eixos e diretrizes;
- 7) solicitar que a RMAAM participe formalmente da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADDHH) e da Reunião de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE);
- 8) articular-se com outros mecanismo de integração regionais como a REMMA (Red de Mecanismos de la Mujer Andina), COMMCA (Consejo de las Ministras de la Mujer de Centroamérica) e o CIM (CIM – Comissão Interamericana de Mulheres);
- 9) fomentar maior participação da sociedade civil na RMAAM e nas ações desenvolvidas no âmbito regional;
- 10) articular-se com o Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL” (N. d. Monteiro 2014, 113)

Para a autora, os pontos acima elencados mostram o trabalho da RMAAM em tentar fortalecer suas próprias estruturas e alcançar um nível de independência que faça valer suas recomendações e decisões no âmbito do Mercosul e nos países membros. Desde a tentativa de criação de um secretaria permanente que dê projeção a uma voz dentro do Mercosul, até políticas de cooperação internacional para o fortalecimento das políticas de igualdade de gênero para as comunidades dos países membros, o RMAAM articulou-se em prol de uma maior relevância com relação a assuntos de interesses das mulheres, como o projeto Mercosul/AECID, cooperação técnica entre REM/RMAAM e a AECID, assinada em 2008 e fortalecida com o início da RMAAM que visava um programa conjunto de cooperação técnica em áreas como gênero, integração produtiva e fortalecimento institucional e que deu luz ao projeto “Fortalecimento da institucionalidade e perspectiva de gênero no Mercosul”, Baseados em 4 componentes: a) fortalecimento da institucionalidade do Mercosul vinculada ao gênero (REM/RMAAM); b) a criação de um sistema de informação regional sobre violência baseada em gênero; c) a participação política das mulheres e d) o tráfico de mulheres (MERCOSUL, PUBLICAÇÕES 2020).

“MERCOSUL/REM/ATA Nº 02/08

XX REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER DO MERCOSUL

(...)

5. Programa Conjunto de Cooperação Técnica, firmado entre o Mercosul e o Governo da Espanha.

Representantes da AECID informaram do interesse em cooperar com a REM e da possibilidade imediata de financiamento de projetos que incluam o fortalecimento das estruturas de gênero do Mercosul, bem como a incorporação da perspectiva de gênero em outros temas tratados no âmbito do MERCOSUL.

As delegações acordaram, então, elaborar versão preliminar de projeto a ser encaminhado à AECID solicitando apoio formal no sentido de fortalecer a institucionalização dos mecanismos de gênero no Mercosul e a Reunião Especializada da Mulher. Como conteúdos a serem detalhados posteriormente, a REM propôs: apoio ao funcionamento de uma Secretaria Técnica no âmbito da REM; violência contra as mulheres; tráfico/trata de mulheres; criação de um registro comum para os casos de violência; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; entre outros que possam vir a ser sugeridos.

A Presidência Pró-Tempore do Brasil compromete-se a circular essa versão preliminar entre os Estados Parte a tempo de ser encaminhado para avaliação na próxima reunião do Comitê de Cooperação Técnica do Mercosul (CCT), que acontece de 11 a 13 de novembro de 2008.

De acordo com a própria AECID, o repasse dos recursos referentes ao período 2009-2010 deverá ser feito diretamente à Secretaria Geral Técnica do Mercosul (SGT), na lógica de cooperação bilateral Mercosul – AECID. No período 2008-2009, a REM se manifesta de acordo com que a AECID faça o repasse de recursos para a REM da mesma forma pela qual o fará para todos os demais projetos que apoia no âmbito do Mercosul.” (MERCOSUL 2008)

Monteiro explica que houve avanços práticos no projeto, principalmente nos estudos e cooperação técnica, com instalação de unidades de gestão e assessoramento e intercâmbio entre as equipes. Porém, de acordo com a autora, não foi diagnosticada a presença da sociedade civil no projeto, demonstrando que, apesar de um forte aparato técnico especializado no tema, a viabilização do plano tornou-se incompleto, uma vez que a vivência e o conhecimento das mulheres que estão no movimento social são diferentes das percepções das técnicas analisando uma realidade. De acordo ainda com Monteiro, há outros aspectos que devem ser ressaltados como a criação de grupos de trabalho em cooperação com outras instâncias do Mercosul, como por exemplo a criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Ação Social (CCMAS) e o início do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), assim como a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), que recomendava que todas ações ou atividades planejadas por essas instâncias considerassem a perspectiva de gênero (N. d. Monteiro 2014).

Nesse sentido de transversalização, citamos como exemplo, a perspectiva de gênero dentro da agenda REAF – Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL, que criou o Grupo de Trabalho de Gênero (GTT), com o objetivo de reunir mais informações de projetos já implantados nos países para a criação de estratégias em comum. A ausência de dados e de políticas públicas de Estado para as mulheres rurais fez-se necessária a recomendação do GTT da criação de políticas públicas que favorecessem positivamente as mulheres rurais no Estados partes, através da promoção da igualdade entre homens e mulheres (Molina 2019). Para a autora, o reconhecimento da mulher na agricultura como categoria dentro de conceito de agricultura família foi um dos principais pontos alcançados pelas recomendações do GTT, assim como o trabalho da participação social, que conseguiu articular diálogos nacionais e manteve também o diálogo com grupos de representantes das mulheres rurais da região. O intercâmbio com outros grupos de trabalho ajudou a expandir a transversalização do gênero em muitas esferas, articulando com a RMAAM e com a REES

(Reunião Especializada de Estatísticas) para a produção de informações e dados sobre as mulheres rurais.

Desse modo, em 2012, o CMC determina que se estabeleça uma atuação maior na questão dos assuntos de gênero, mais precisamente nos direitos da mulher dentro do bloco, e que a extensão do gênero se aplique nos conjuntos de políticas e na estrutura institucional do Mercosul. Ambientada por essa perspectiva, em sua segunda reunião de 2013, a RMAAM em conjunto com outras instâncias do Mercosul aprovou um documento preliminar de alinhamentos de políticas de igualdade de gênero no Mercosul, marcando um importante avanço na temática sobre a incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas do bloco e dos Estados membros, desencadeando em 2014, a Política de Igualdade de Gênero do Mercosul, com o objetivo central de trabalhar a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas e colaborando para superar as desigualdades e discriminações que afetam as mulheres em toda a região e seus direitos humanos (Ferretto e Picasso 2018):

“MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 13/14

#### DIRETRIZES DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO DO MERCOSUL

(...)

#### O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º - Implementar uma Política de Igualdade de Gênero, através das “Diretrizes da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL”, que constam como Anexo e fazem parte da presente Decisão.

Art. 2º - Instruir os órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL a aplicar, no que corresponder, as “Diretrizes da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL”.

(...)

#### ANEXO

#### DIRETRIZES DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO DO MERCOSUL

(...)

#### 3. Objetivos da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL

O objetivo fundamental da política de gênero do MERCOSUL é contribuir, na perspectiva do Feminismo e dos Direitos Humanos, para assentar as bases de igualdade e a não discriminação das mulheres na região, através da transversalização do enfoque do gênero nas políticas, ações e projetos regionais, bem como na gestão organizacional e a definição de políticas específicas voltadas para a equidade de gênero e as relações igualitárias entre mulheres e homens em todo MERCOSUL.

Esta política constitui-se em um instrumento de enquadramento que norteia as instâncias do MERCOSUL na incorporação da dimensão de gênero em sua gestão, tanto no processo de determinação de objetivos, políticas, ações e/ou projetos regionais quanto na elaboração das normas.

É necessário que ao se falar em uma Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL seja considerada a transversalidade de gênero em duas dimensões diferenciais: a dimensão institucional e a dimensão das políticas regionais:

#### i) Dimensão institucional

O desenvolvimento da estratégia da transversalidade de gênero no MERCOSUL tem como âmbito prioritário sua estrutura institucional. É substantivo considerar que as práticas e dinâmicas das organizações intergovernamentais têm impactos na igualdade de oportunidades de acesso e participação das mulheres nos espaços de decisão, na designação das representações nacionais aos órgãos e foros do MERCOSUL, nas práticas administrativas e de comunicação, bem como na promoção de normas regionais que consolidam estes aspectos. Ao mesmo tempo, deve oferecer condições para o fortalecimento da institucionalidade de gênero no bloco regional. Considerar e analisar com enfoque de gênero estes aspectos é um elemento substantivo para fortalecer o processo de transversalidade da perspectiva de gênero.

#### ii) Dimensão de política regionais

No que diz respeito à dimensão da transversalidade de gênero nas políticas regionais, é necessário avançar na coordenação com os diferentes órgãos do bloco, no âmbito das Reuniões de Ministros/as, Reuniões Especializadas ou âmbitos consultivos a fim de aprofundar no conhecimento das diversas facetas das políticas que eles levam adiante. Isso tem os seguintes objetivos: (1) gerar insumos para o desenvolvimento de políticas que reduzam as desigualdades de gênero no âmbito regional, (2) incidir em espaços de decisão sobre a aplicação da normativa e das políticas do bloco, (3) contribuir para o desenvolvimento de sistemas de informação e monitoramento do avanço do MERCOSUL nestes aspectos.

(...)

#### 5. Princípios da Política de Igualdade de Gênero no MERCOSUL

Os seguintes princípios deverão nortear todos os processos de elaboração e desenho, implementação, monitoramento e avaliação de programas, projetos, ações e políticas regionais que os diferentes órgãos do MERCOSUL vierem a definir a partir da aprovação das presentes diretrizes.

1. Igualdade e equidade
2. Não discriminação
3. Diversidade
4. Laicidade do Estado
5. Justiça social
6. Vida livre de violência
7. Participação social

(...)” (MERCOSUL 2014)

Percebe-se a clara intenção do Mercosul em fortalecer sua institucionalidade com a aplicação de diretrizes relacionadas as políticas de igualdade de gênero e o encorajamento de políticas públicas nos Estados membros. Desde então a RMAAM tem apresentado propostas e recomendações<sup>9</sup> que visam criar mecanismos de combate e fortalecimento dos direitos da mulher dentro do Mercosul e nos países membros. Com base nos principais temas discutidos no âmbito REM/RMAAM: participação política das mulheres nos espaços de poder e de decisão; participação das mulheres na economia e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho; saúde sexual e reprodutiva e HIV/AIDS; tratamento integral da violência de gênero; atendimento a mulheres em situação de tráfico

---

<sup>9</sup> As recomendações e normativas do Mercosul são também apresentadas dentro de um escopo chamado cooperação intra-Mercosul, cujo trabalho envolve a inclusão da perspectiva de gênero em um âmbito de integração regional. Em anexo há um estudo efetuado pelo Mercosul que trata dos principais projetos de cooperação regional com ênfase no assuntos de gênero no período 2005-2015.

internacional para fins de exploração sexual; trabalho doméstico; mulheres e trabalho rural; educação rural; desenvolvimento da economia social para a inclusão da mulher, entre outros, uma série de recomendações foram aprovadas, principalmente no período 2005-2015, período que as ações de cooperação intra-MERCOSUL se mostraram mais atuantes, como descreve o quadro abaixo.

<b>NORMATIVA MERCOSUR</b>	<b>ACCIÓN INTRA-MERCOSUR QUE IMPULSA</b>
Decisión N° 12/06	Insta a los Estados Partes y Asociados a “coordinar las iniciativas y campañas nacionales de información y prevención del delito de trata de personas, especialmente mujeres y niñas/os, con vistas a la realización de una campaña regional a través de medios gráficos y audiovisuales en el ámbito del MERCOSUR y Estados Asociados” (Campaña Comunicacional relativa al combate a la Trata de Niñas, Niños y Adolescentes con fines de Explotación Sexual Comercial y/o Laboral)
Decisión N° 32/12	Crea un “Mecanismo de Articulación para la Atención a mujeres en situación de trata internacional”, a través del cual los Estados Partes acuerdan prestarse asistencia mutua y amplia cooperación para la atención a mujeres en situación de trata en el MERCOSUR, garantizando un enfoque de género y una perspectiva regional en la aplicación de la normativa internacional de derechos humanos ya ratificada. Se acuerda, asimismo, que los Estados Partes articularán una Red MERCOSUR para la atención a mujeres en situación de trata internacional.
Recomendación N° 01/10	Recomienda profundizar el intercambio de buenas prácticas sobre el tratamiento integral de la violencia de género.
Recomendación N° 03/10	Propicia el intercambio de buenas prácticas sobre acciones, legislaciones y estrategias para el aumento de la participación política de las mujeres.
Recomendación N° 03/12	Insta a promover y profundizar el intercambio entre los Estados Partes, de experiencias, planes, programas y legislaciones nacionales relativas a la Economía Social y Solidaria.
Recomendación N° 04/12	Promueve el intercambio de información sobre las respectivas legislaciones nacionales que contemplen la incorporación del femicidio ya sea como figura penal autónoma o bien como un agravante del homicidio.
Recomendación N° 10/12	Recomienda la promoción y profundización del intercambio de experiencias, planes y programas relativos a las políticas para las mujeres, articulando la actuación común para la promoción y defensa de los derechos de las mujeres en los foros regionales e internacionales.
Recomendación N° 05/15	Los Estados Partes se comprometan a intercambiar experiencias sobre los avances en el enfrentamiento de las muertes violentas de mujeres por
	razones de género (femicidios/feminicidios), sea en la prevención, en la garantía en el acceso a la justicia y a la reparación de estos crímenes.
Recomendación N° 06/15	Insta a los Estados Partes a que compartan experiencias con vistas a la definición futura de una encuesta nacional de uso del tiempo (para la valorización y reconocimiento del trabajo no remunerado, dar visibilidad a los efectos diferenciados de la división sexual del trabajo y al alcance de la igualdad de género en el mundo del trabajo, entre otros), con parámetros comunes para su realización.
Recomendación N° 09/15	Insta a los Estados Partes a promover y profundizar el intercambio de experiencias, planes, programas y legislaciones nacionales relativas a la Economía Social y Solidaria, así como compartir espacios de promoción y comercialización de productos en ferias y exposiciones conjuntas.

Quadro II – Normativas MERCOSUL sobre gênero onde se referem ações de cooperação intra MERCOSUL. Período 2005-2015

Fonte: (MERCOSUL 2020)

Através de 18 seminários e workshops, 3 campanhas, 3 estudos e 2 concursos, as iniciativas intra-MERCOSUL durante o período 2005-2015, as várias ações de cooperação buscaram primordialmente:

“1) intercambiar conocimientos, experiencias y buenas prácticas entre las distintas áreas gubernamentales de los Estados Partes que tratan los temas de género y/o, 2) intercambiar conocimientos com otros ámbitos de la estructura institucional del MERCOSUR a fin de incorporar y transversalizar la perspectiva de género en el proceso de integración regional, en los dimensiones diferenciales: la dimensión institucional y la dimensión de las políticas regionales.” (MERCOSUL, PUBLICAÇÕES 2020)

Em 2015, houve um comprometimento de todos os lados em tentar avançar com o enfrentamento das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/feminicídios), garantindo o acesso à justiça e a reparação desses crimes. Mesmo não sendo mandatório, a recomendação fortalece os acordos já assinados e comprometidos com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW – 1979) e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres (Convenção Belém do Pará – 1994):

“MERCOSUL/CMC/REC. N° 05/15

MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO  
(FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO)

(...)

O CONSELHO DO MERCADO COMUM RECOMENDA:

Art. 1º- Que os Estados Partes comprometam-se a trocar experiências sobre os avanços no enfrentamento das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/feminicídios), seja na prevenção, na garantia do acesso à justiça e na reparação desses crimes.

Art. 2º - Que os Estados Partes avancem na produção de dados nacionais sobre as mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/feminicídios), por meio dos órgãos responsáveis pela notificação dos casos em coordenação com o Mecanismo para a igualdade de gênero nacional correspondente, de forma a permitir mapear o contexto em que ocorrem, bem como o perfil dos agressores e das vítimas.

Art. 3º - Que os Estados Partes comprometam-se, seguindo as recomendações pertinentes do Mecanismo para a igualdade de gênero nacional e tendo em vista os modelos de protocolos existentes, a aprimorar os procedimentos de investigação, julgamento e punição dos casos de mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/feminicídios) de maneira a garantir que não se reproduzam preconceitos e estereótipos de gênero, bem como a culpabilização das mulheres.

Art. 4º - Que sejam garantidos os direitos à verdade, à justiça e à memória das vítimas diretas e indiretas.

Art. 5º - Que a RMAAM convoque outras instância do MERCOSUL com competência na matéria para facilitar o cumprimento desse compromisso.” (MERCOSUL 2015)

Em 2018, a RMAAM, a RAFRO (Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos de Afrodescendentes) e a RAPIM (Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas), juntamente com a participação da sociedade civil discutiram e debateram o tema “Trabalhadoras Domésticas Afrodescendentes e de Povos Indígenas do MERCOSUL:

mandato histórico/papel de gênero tradicional”, que visava potencializar o desenvolvimento de uma política regional para o avanço dos acessos da mulheres afrodescendentes e de povos indígenas a uma cidadania plena, considerando efetivamente seus direitos políticos, econômicos, sociais e culturais e que em 2019 deu luz à campanha “Escute nossas vozes”, que empenhava em transparecer as contribuições das mulheres afrodescendentes e indígenas no MERCOSUL. No mesmo evento do lançamento da campanha, foi também apresentado o documento “Recomendações estratégicas para a incorporação da perspectiva étnico-racial nas políticas de gênero do MERCOSUL”, com o propósito de promover mudanças necessárias no cenário onde todas as mulheres desse coletivo possam exercer seus direitos.

Podemos citar o Brasil por exemplo, onde a taxa de escolarização da mulheres, tanto as afrodescendentes como outras é superior ao dos homens no mesmo grupo racial, porém, em 2014 a taxa de mulheres brancas com instrução superior completa era duas vezes e meia maior a das mulheres afrodescendentes, onde 14,5% das mulheres brancas concluíram o ensino superior frente a 5,8% das afrodescendentes.

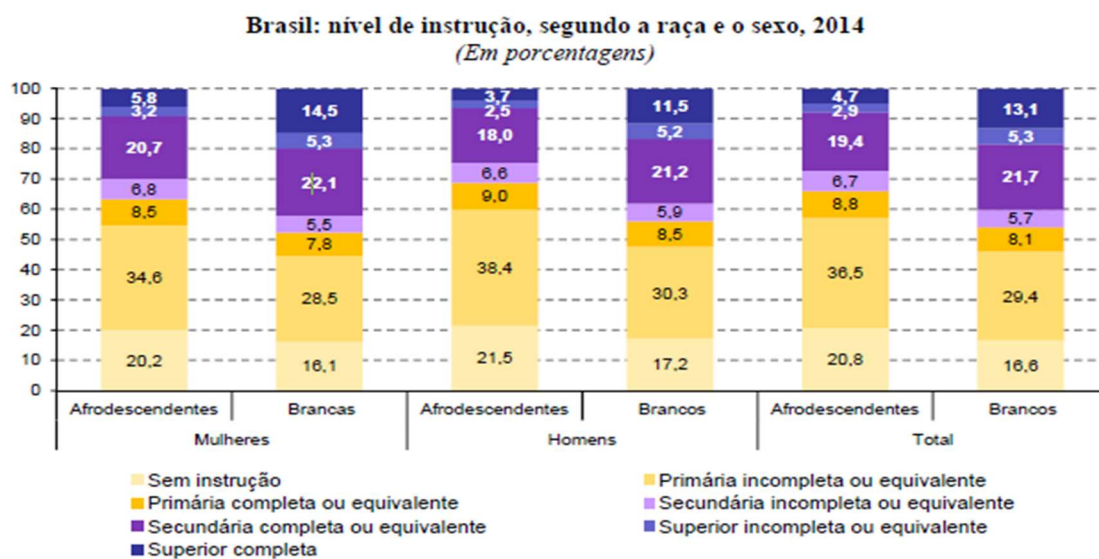


Gráfico I – Brasil: nível de instrução, segundo a raça e o sexo, 2014

Fonte: (CEPAL 2018)

Outro dado que ilustra a necessidade da incorporação da perspectiva étnico-racial nas políticas de gênero do MERCOSUL é a violência contra mulher por raça/cor, que mostra como a garantia da universalidade de políticas públicas não tem sido validada, uma vez que o índice de porcentagem da violência letal entre mulheres negras é muito maior do que entre mulheres brancas. De 2007 a 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras no Brasil cresceu 29%, enquanto a de mulheres não negras, subiu 1,6%.

## Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)

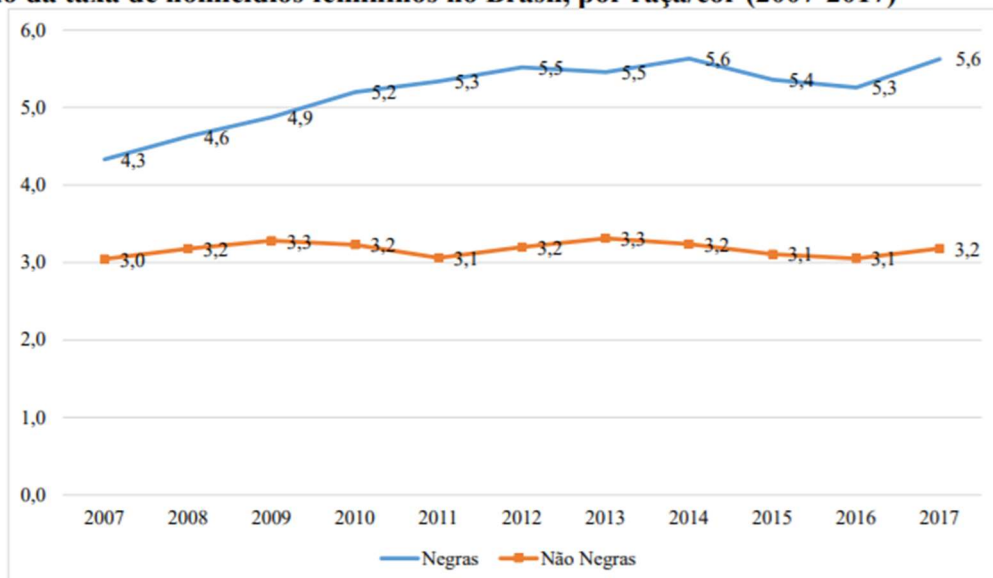


Gráfico II – Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)

Fonte: (IPEA 2019)

Ainda no mesmo ano, voltou-se a abordar o tema sobre erradicação da violência contra as mulheres, dessa vez a violência simbólica e midiática<sup>10</sup>, em que houve o comprometimento do Estados membros em trabalhar objetivando a erradicação de todos os tipos de violência contra as mulheres:

“MERCOSUL/CMC/REC. Nº 05/19

### ABORDAGEM INTEGRAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E MIDIÁTICA

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 19/02 e 13/14 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que existe um acervo de normas no âmbito internacional de proteção do direito das mulheres a viver uma vida livre de violência, e os compromissos assumidos pelos Estados Partes em acordos, pactos e convênios internacionais e regionais sobre direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os compromissos regionais aprovados, como o Consenso de Quito (2007), o Consenso de Brasília (2010) e o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento (2013).

Que todos os Estados Partes ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção

<sup>10</sup> “Entende-se por violência simbólica aquela que, mediante padrões estereotipados, mensagens, valores, ícones ou sinais transmitir e reproduzir dominação, desigualdade e discriminação nas relações sociais, naturalizando a subordinação da mulher na sociedade. Enquanto que, define-se como violência midiática a publicação ou difusão de mensagens e imagens estereotipadas, mediante qualquer meio massivo de comunicação que, de maneira direta ou indireta, promover a exploração de mulheres ou suas imagens, injuriar, difamar, discriminar, desonrar, humilhar ou atentar contra a dignidade das mulheres, bem como a utilização de mulheres, adolescentes ou meninas em mensagens ou imagens que atentem contra sua integridade.” (MERCOSUL, Mercosul Mulher 2020)

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção do Belém do Pará, 1994).

Em conformidade com o estabelecido no artigo 6º da Convenção de Belém do Pará, “O direito de toda mulher a uma vida livre de violência inclui, entre outros: a) o direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação, e b) o direito da mulher ser valorizada e educada livre de toda forma de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação”.

(...)

#### O CONSELHO DO MERCADO COMUM RECOMENDA:

Art. 1º - Avançar na identificação, tipificação e tratamento da violência simbólica e a violência midiática contra as mulheres, entendendo por violência simbólica a que mediante padrões estereotipados, mensagens, valores, ícones ou signos transmita e reproduza dominação, desigualdade e discriminação nas relações sociais, naturalizando a subordinação da mulher na sociedade; e, por violência midiática, publicação ou difusão de mensagens e imagens estereotipadas mediante qualquer meio massivo de comunicação, que, de maneira direta ou indireta, promova a exploração de mulheres ou suas imagens, injúria, difamação, discriminação, desonra, humilhação ou atente contra a dignidade das mulheres, bem como a utilização de mulheres, adolescentes e meninas em mensagens e imagens que atentem contra a sua integridade, legitimando a desigualdade de tratamento ou que construam padrões socioculturais reprodutores da desigualdade ou geradores de violência contra as mulheres.

Art. 2º - Promover a conscientização e a difusão de diretrizes de comunicação não sexista em âmbitos educativos, acadêmicos e em meios de comunicação e difusão.” (MERCOSUL 2019)

Incluindo as reuniões do REM, a RMAAM realizou 40 reuniões semestrais desde o seu início, realizando intercâmbios e acordos que favoreceram os avanços da igualdade de gênero em cada um dos Estados membros, bem como a institucionalidade da inclusão da perspectiva de gênero no Mercosul, debatendo temas como participação econômica e política das mulheres, eliminação da violência em todas as suas formas, saúde da mulher, condições sócio laborais, combate ao tráfico de mulheres, entre outros (MERCOSUL 2020).

A partir de uma perspectiva feminista, a construção de instrumentos de políticas de igualdade de gênero no Mercosul engloba a participação de um movimento heterogêneo de mulheres/feministas, na qual pode-se incluir atores como ONGs, organizações sociais, redes temáticas das mais diversas naturezas políticas como acadêmica, sindical, parlamentar, empresaria, entre outros (N. d. Monteiro 2014) em um trabalho paralelo tanto de crescimento do movimento ativista feminista como de amadurecimento do processo de institucionalização/integração do Mercosul, conforme explica Valdés:

“El proceso MERCOSUR se desarrolló en forma paralela al creciente activismo feminista en torno a la Conferencia Regional de América Latina y el Caribe sobre la Mujer (Mar del Plata, 1994), preparatoria de la Conferencia de Beijing. Por una parte, todavía estaba fresca la experiencia de la crisis económica de los años ochenta –la llamada “década perdida” por el nulo crecimiento económico de toda la región–, la aplicación de políticas de ajuste estructural y sobre todo su impacto en las mujeres. Por otra se avanzaba en los procesos de democratización y en la búsqueda por instalar la agenda feminista en las políticas públicas. En este sentido, coincide con la ampliación de espacios de acción de las mujeres, con la consolidación de los mecanismos gubernamentales para la mujer y con la

instalación de mujeres del movimiento en la burocracia estatal en los países que lo integran.” (Valdés 2003, 253)

Para a autora, o movimento feminista se incorporou de maneira central e ativa no Mercosul, cujo processo de incorporação do tema sobre mulheres fora marcado por um conflito entre a busca pela institucionalização de políticas de gênero no bloco e a crítica ao modelo de desenvolvimento neoliberal globalizador em seu início (Valdés 2003). Desde as reuniões e encontros antecessores à Conferência de Beijing, passando pelo trabalho sindical da Comissão de Mulheres da CCSCS, a criação da REM e a reestruturação e fortalecimento institucional através da RMAAM, o movimento feminista buscou trabalhar frente a uma inclusão de um maior debate para os direitos das mulheres dentro do Mercosul e suas políticas públicas para com os Estados membros. Monteiro lembra que o processo de redemocratização das sociedades que compõem o bloco é relativamente novo e que os processos de formação de canais entre Mercosul e sociedade civil ainda está em curso, mas que a participação ou inclusão do movimentos de mulheres/feminista no bloco é notável, mesmo que os passos sejam dados lentamente. As redes de organizações sociais e de movimentos de mulheres inseridas nas reuniões da RMAAM como observadores permanentes como o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, Articulación Feminista Marcosur – AFM, Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, Comissão de Mulheres da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul e a Red Internacional de Género y Comercio são exemplos de como a interlocução com o Mercosul têm se aproximado de um forte laço de apoio. A AFM por exemplo, é composta por junções e organizações de vários países como: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP), Rede Nacional de Mulheres da Colômbia, Coordenação da Mulher da Bolívia, SOS Corpo, Coletivo Leila Diniz, CFEMEA, REDHE do Brasil, CDE e a Equipe de comunicação feminista do Paraguai, CISCOSA na Argentina, Flora Tristán no Perú e CIDEM na Bolívia e sua sede e Secretaria Executiva localiza-se no Centro de Comunicação Virginia Woolf (N. d. Monteiro 2014).

Abaixo evidenciamos a participação da sociedade civil nas RMAAM desde a sua criação em 2011:

Tabela VI - Participação da sociedade civil nas reuniões da RMAAM

Reuniões REM/RMAAM	Participantes da Sociedade Civil
MERCOSUR/I RMAAM/ACTA Nº 01/12	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum de Mulheres do Mercosul;</li> <li>- Articulación Feminista Marcosur;</li> <li>- SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia;</li> <li>- Articulação de Mulheres Brasileiras;</li> <li>- Central de Organizaciones campesinas, indígenas y populares (CNOICP);</li> <li>- Casa de la Mujer de la Unión;</li> <li>- CNS Mujeres;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cotidiano Mujer;</li> <li>- Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC);</li> </ul>
MERCOSUL/RMAAM/ATA N° 02/12	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum de Mulheres do Mercosul;</li> <li>- Articulación Feminista Marcosur;</li> <li>- SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia;</li> <li>- Articulação de Mulheres Brasileiras;</li> <li>- Central de Organizaciones campesinas, indígenas y populares (CNOPIP);</li> <li>- Casa de la Mujer de la Unión;</li> <li>- CNS Mujeres;</li> <li>- Cotidiano Mujer;</li> <li>- Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC);</li> <li>- Fundación MAMIAPM – Madre Misericordia con Amor por la Paz Mundial/Colômbia;</li> <li>- Centro de Estudios de la Mujer – Universidade Central de Venezuela;</li> </ul>
MERCOSUR/RMAAM/ACTA N° 01/13	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Argentina Sociedad Civil;</li> <li>- Foro de Mujeres del MERCOSUR;</li> <li>- PIT CNT. CCSC – Uruguai;</li> <li>- Sociedad Civil – Venezuela;</li> <li>- Articulación Feminista MARCOSUR – Paraguay;</li> </ul>
- MERCOSUR/RMAAM/ACTA N° 02/13	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Género con Clase – Mujeres en Movimiento;</li> <li>- Género com Clase – Guerra Económica;</li> </ul>
REUNIÃO CONJUNTA NA CCMASM	Sem Participantes
MERCOSUR/V RMAAM/ACTA N° 01/14	Sem Participantes
MERCOSUL/RMAAM/ATA N° 01/15	Sem Participantes
MERCOSUR/RMAAM/ACTA N° 02/15	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foro de Mujeres del Mercosur – Paraguay;</li> <li>- ConVoMujer – GIZ;</li> </ul>
SEM DADOS	SEM DADOS
MERCOSUR/IX RMAAM/ACTA N° 01/17	Sem Participantes;
MERCOSUR/RMAAM/ACTA N° 01/18	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foro de Mujeres del Mercosur;</li> <li>- Red de Mujeres del Sur – Paraguay;</li> </ul>
MERCOSUR/XII RMAAM/ACTA N° 02/18	Sem Participantes
XIII RMAAM	SEM DADOS
MERCOSUL/RMAAM/ATA 02/19	Sem participantes

Fonte: (Elaboração próprias através das Atas das REM – disponível em <https://documentos.mercosur.int/>)

O Para Monteiro, a conquista da REM, a criação de uma agenda de gênero e a ampliação e participação social da RMAAM foram ganhos primordiais que mostraram como o movimento das mulheres contribuiu para o avanço da discussão do tema no Mercosul e como ajudou o bloco a criar e executar políticas públicas para os Estados membros e o aprofundamento e o fortalecimento dessas políticas. Monegat & Borgers afirmam que a implementação de políticas comuns, principalmente no que tange os direitos da mulher e suas políticas aos países do Mercosul, já explicita o início de uma esforço por uma integração regional e a criação de um ambiente como a RMAAM possibilita que esse tema seja amplamente discutido dentro do Mercosul e entre os governantes dos Estados membros (Monegat e Borges 2017). Nesse sentido, percebe-se que diante do aumento do incentivo da participação da sociedade civil nas reuniões da RMAAM, os objetivos delineados pelo movimento das mulheres repercutiram profundamente nas ações políticas do Mercosul, conforme atesta Santos:

“Reconhecer o trabalho dos movimentos de mulheres é necessário para que as posturas políticas do Mercosul dialoguem, cada vez mais, em comum acordo aos

propósitos destes movimentos. Outrossim, consoante aos os impactos provenientes dos movimentos das mulheres, verifica-se que, ainda que estes imponham reflexos nas medidas decisórias do Mercosul, percebe-se que os movimentos necessitam de continuidade, a fim de que as posturas políticas do bloco busquem equiparar, efetivamente, as diferenças de gênero em seus países integrantes.” (Santos 2019, 137)

É importante mencionar que, doravante o exposto acima, é necessário entender também se o trabalho das feministas para fomentar e promover políticas públicas para assuntos de gênero, nomeadamente a desigualdade de gênero, reverteu-se as mulheres, principalmente as mulheres das classe mais populares, que são as que mais enfrentam dificuldades no que tange a disparidade de gênero homem x mulher. Nesse sentido, identificamos alguns índices e estatísticas que demonstram a situação da mulher latino-americana, principalmente dos países do Mercosul e que podem nos ajudar a esboçar uma panorama geral de como as políticas públicas trabalharam essas questões.

O Global Gender Gap (GAP) é um índice introduzido pelo Fórum Econômico Social em 2006 e foi criado com o objetivo de registrar as disparidades de gênero e monitorar seu desenvolvimento ao longo do tempo, baseado nas questões de saúde, educação, economia e política. Com essa medição é possível analisar, comparar, medir e classificar os dados para que sejam transformadas em estratégias globais e regionais para a tentativa de diminuição da desigualdade de gênero (WEF 2020). Com base nisso e nos Global Gender Gap Reports desde 2006, podemos perceber que a disparidade de gênero entre os quatro países fundadores que compõe o Mercosul tem diminuído no decorrer dos anos, conforme abaixo:

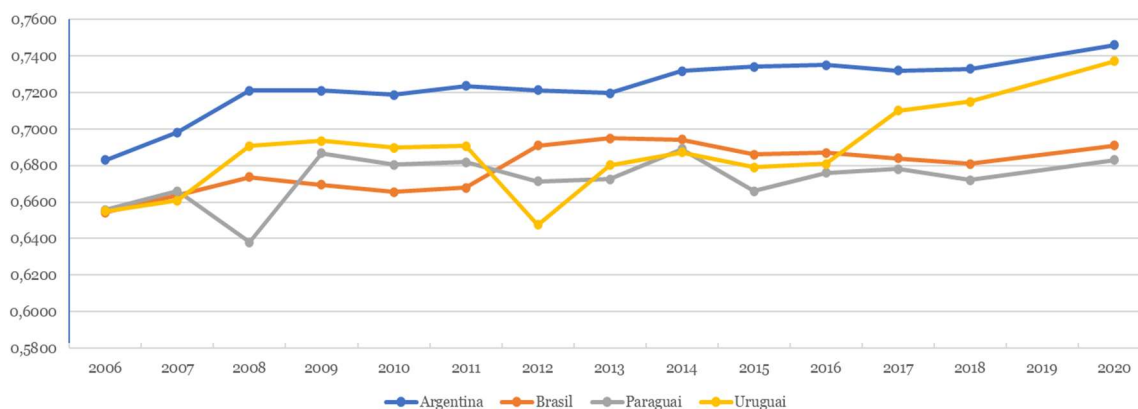


Gráfico III - Evolução do índice<sup>11</sup> do Global Gender Gap 2006-2020 dos países do Mercosul

Fonte: (Elaboração própria com base nos Global Gender Gap Reports 2006-2020, disponível em <https://www.weforum.org/reports>)

<sup>11</sup> O Índice Global Gender Gap mede as lacunas existentes entre 4 áreas chaves (Participação Econômica e Oportunidade, Sucesso Educacional, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político). O índice geral pontua os países na escala 0-1, onde 0 representa o maior abismo possível e 1 é a paridade de gênero total. Desde o início da medição, nenhum país atingiu a pontuação máxima.

Tabela VII – Dados dos Global Gender Gap Reports 2006-2020 dos países do Mercosul

GLOBAL GENDER GAP REPORT 2006-2020														
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2020
Argentina	0,6829	0,6982	0,7209	0,7211	0,7187	0,7236	0,7212	0,7195	0,7317	0,734	0,735	0,732	0,733	0,746
Brasil	0,6543	0,6637	0,6737	0,6695	0,6655	0,6679	0,6909	0,6949	0,6941	0,686	0,687	0,684	0,681	0,691
Paraguai	0,6556	0,6659	0,6379	0,6868	0,6804	0,6818	0,6714	0,6724	0,689	0,666	0,676	0,678	0,672	0,683
Uruguai	0,6549	0,6608	0,6907	0,6936	0,6897	0,6907	0,6475	0,6803	0,6871	0,679	0,681	0,71	0,715	0,737

Fonte: (Elaboração própria com base nos Global Gender Gap Reports 2006-2020, disponível em: <https://www.weforum.org/reports>)

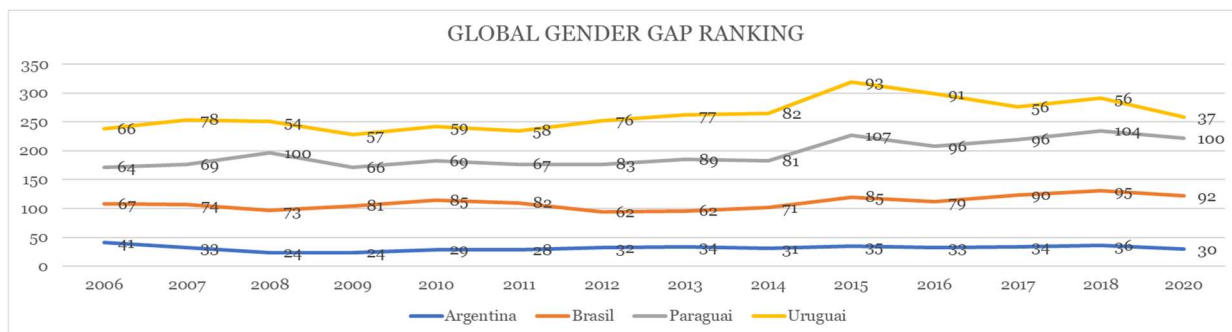


Gráfico IV – Ranking<sup>12</sup> Global Gender Gap 2006-2020 dos países do Mercosul

Fonte: (Elaboração própria com base nos Global Gender Gap Reports 2006-2020, disponível em <https://www.weforum.org/reports>)

De acordo com o relatório, na região latino-americana, o Brasil é um dos países com maiores índices de disparidade de igualdade, estando na 22ª posição, de um total de 25 países e quase 90 posições abaixo da Nicarágua, 5º país no ranking geral. Apesar do país ter diminuído as lacunas de gênero na educação e na saúde, assim como na alfabetização e educação primária, a diferença econômica permanece alta. O baixo índice de participação feminina na força de trabalho, adicionado as contínuas desigualdades salariais e de renda aumenta o peso sobre esse subíndice. Um outro ponto a ser fortalecido é a capacitação política, em que o Brasil ocupa a 104ª posição no mundo, argumentado pelos seguintes dados: apenas dois cargos no gabinete de 22 membros eram ocupados por mulheres e as mulheres representam apenas 18% dos membros do parlamento (CEPAL 2020).

Um outro dado importante que evidencia a disparidade de gênero é o tempo dedicado aos trabalhos domésticos não remunerados por mulheres e homens com ou sem renda própria, mostrando que, apesar do progresso no desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero na região, a diferença ainda é alta.

<sup>12</sup> O Ranking Global Gender Gap avaliou em 2020 o total de 153 países, que precisam ter o mínimo de 12 indicadores do total de 14 para poder compor o índice.

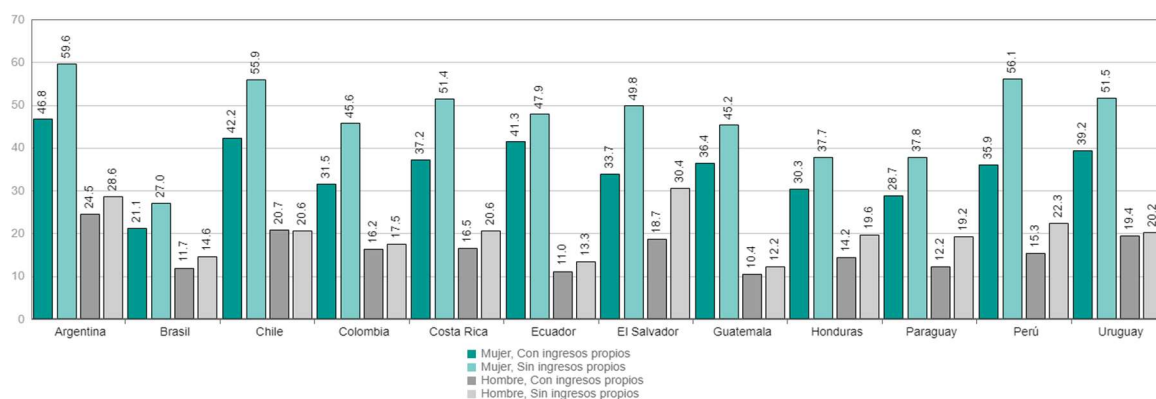


Gráfico V - Proporção de tempo<sup>13,14</sup> gasto com cuidados não remunerados e trabalho doméstico, segregados por sexo.

Fonte: (CEPAL 2020)

O tempo total de trabalho semanal médio também mostra uma grande desigualdade, principalmente quando levamos em conta o trabalho não remunerado.

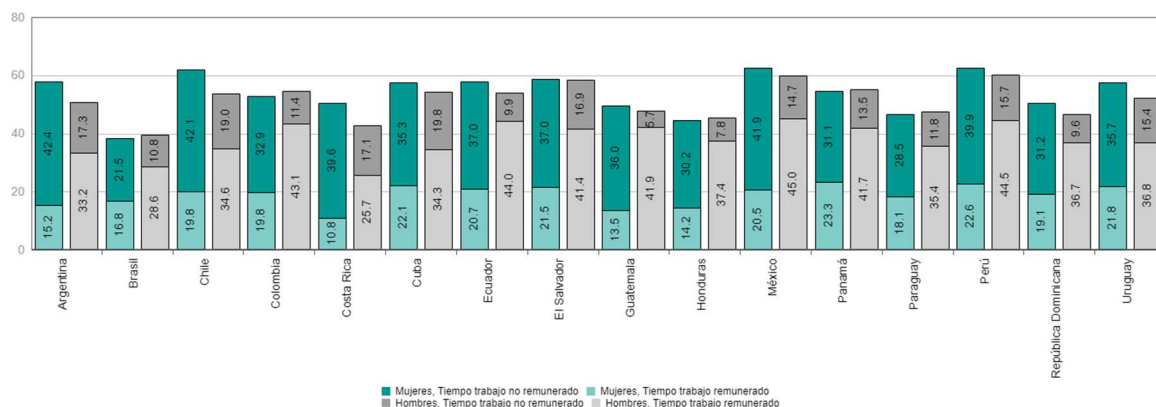


Gráfico VI – Tempo médio<sup>15</sup> destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível (Média de horas semanais)

Fonte: (CEPAL 2020)

A análise sugere que o tempo de trabalho não remunerado das mulheres é muito maior que o dos homens, fato que evidencia as divergências de gênero no que diz respeito

<sup>13</sup> “Tempo que dedica a população de 20 a 59 anos de idade ao trabalho não remunerado; isto é, ao trabalho que se realiza sem pagamento algum e se desenvolve majoritariamente na esfera privada. Mede-se quantificando o tempo que uma pessoa dedica ao trabalho para auto-consumo de bens, a tarefas domésticas e de cuidados não remunerados para o próprio lar ou para apoio a outros lares. Apresenta-se desagregado por sexo e pela condição que tenha a pessoa de apresentar rendimentos monetários individuais.” (CEPAL, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe 2020)

<sup>14</sup> América Latina (12 países): Tempo de trabalho não remunerado da população de 20 a 59 anos de acordo com renda própria por sexo, último ano disponível (Horas por semana). Os dados da Argentina são de 2013, do Brasil, 2017, do Paraguai, 2016 e do Uruguai, 2013

<sup>15</sup> “Tempo de trabalho é a soma do tempo de trabalho remunerado e do tempo de trabalho não remunerado. O trabalho remunerado se refere ao trabalho que se realiza para a produção de bens ou prestação de serviços para o mercado e se calcula como a soma do tempo dedicado ao emprego, à busca de emprego e ao traslado ao trabalho. O trabalho não remunerado se refere ao trabalho que se realiza sem pagamento algum e se desenvolve majoritariamente na esfera privada. É medido quantificando o tempo que uma pessoa dedica ao trabalho para o auto-consumo de bens, trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados para o próprio lar ou para apoio a outros lares.” (CEPAL, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe 2020)

ao uso do tempo. Dito de outro modo, ainda que a participação da mulher no mercado de trabalho tenha aumentado, esse aumento não foi acompanhado de uma maior participação masculina nos trabalhos domésticos. De acordo com o estudo, o trabalho extra desempenhado pelas mulheres dificulta a participação igualitária do gênero feminino no mercado de trabalho, o que acaba sendo uma barreira no desenvolvimento de um maior grau de autonomia entre as mulheres.

O tipo de atividade exercida por mulheres e homens é outro fator de necessária análise que busca identificar como um determinado segmento do mercado influencia na desigualdade de gênero. O tipo de atividade exercida por mulheres e homens é um outro fator de necessária análise que busca identificar como um determinado segmento do mercado influencia na desigualdade de gênero.

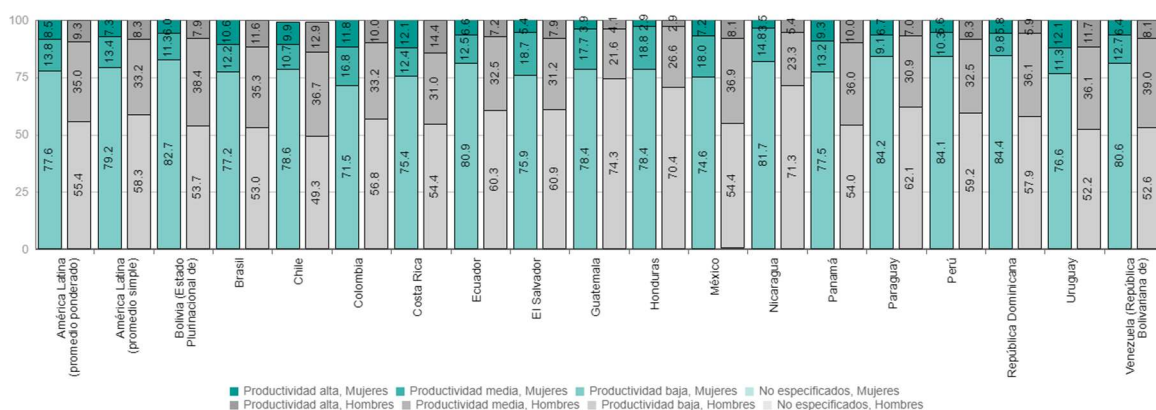


Gráfico VII - Distribuição<sup>16</sup> da população<sup>17</sup> ocupada segundo nível de produtividade<sup>18</sup> e sexo  
Fonte: (CEPAL 2020)

A análise do gráfico mostra a heterogeneidade típica da América Latina como um fator de segmentação do mercado laboral, o que justifica, em certo ponto, a desigualdade entre os rendimentos. Há a distinção entre empregados de maior nível educativo – que detém melhores condições de trabalho e maior resguardo da institucionalidade – e os empregados de “baixa produtividade” - que representam os trabalhadores com menores salários e níveis educativos – setores que mais empregam mulheres. Segundo os dados

<sup>16</sup> “Distribuição da população ocupada acima dos 15 anos segundo nível de produtividade. Os setores da atividade econômica foram determinados de acordo com a Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as Atividades Econômicas (CIIU), Rev. 2. Estes setores foram agrupados considerando sua produtividade laboral média (em dólares internacionais de 2005) nos seguintes níveis: setor de baixa produtividade: agricultura, comércio e serviços; setor de produtividade média: construção, manufatura e transporte; setor de alta produtividade: atividade financeira, eletricidade e mineração.” (CEPAL, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe 2020)

<sup>17</sup> América Latina (17 países): Estrutura da população ocupada segundo nível de produtividade e sexo, em torno de 2017 (Porcentagem sobre o total da população ocupada)

<sup>18</sup> A Produtividade Alta engloba os setores de Mineração, Eletricidade, Gás e Água, Atividades Financeiras e Imobiliárias; a Produtividade Média incorpora a Indústria Manufatureira, Construção, Transporte e Comunicações; a Produtividade Baixa reúne Agricultura, Comércio e Serviços.

disponibilizados pela Cepal, as mulheres ocupam 40,6 % do trabalho doméstico remunerado, atividade inserida no setor de baixo nível produtivo.

De uma maneira geral, diante dos dados acima apresentados, percebe-se o grau de desigualdade de gênero que ainda persiste nos países que compõe o Mercosul e como as políticas públicas necessitam de uma maior aproximação da sociedade civil, nomeadamente as camadas mais populares da população feminina. A disparidade de gênero no cerne da comunidade feminina é alta e carece de muitos ajustes para um melhor aproveitamento das políticas públicas recomendadas pelo Mercosul.

Um dos temas mais discutidos e analisados nas feministas e na sociedade civil latino-americana como um todo, principalmente nos últimos anos, é o aumento da violência contra a mulher. O feminicídio ou femicídio registrado em números absolutos tem se mostrado um agravante, principalmente na Argentina e Brasil. No Brasil, especificamente, com uma população acima de 200 milhões de habitantes, os número não parecem expressivos, porém mostra um aumento em comparação com 2017.

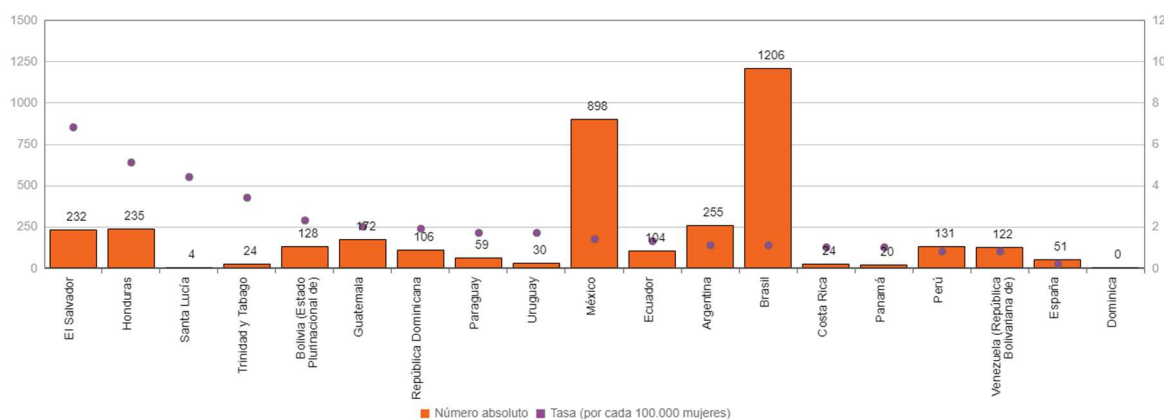


Gráfico VIII - Feminicídio<sup>19</sup> ou femicídio<sup>20</sup>

Fonte: (CEPAL, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe 2020)

Tabela VIII – CEPAL – Estatística de Gênero

<sup>19</sup> Corresponde à quantificação anual de homicídios de mulheres assassinadas por razões de gênero. Se expressa em números absolutos e em taxas por cada 100 mil mulheres. De acordo com as legislações nacionais, se denomina femicídio, feminicídio ou homicídio agravado por razões de gênero.

<sup>20</sup> América Latina, Caribe e Espanha (19 países): Feminicídio ou femicídio, último dado disponível (Em números absolutos e taxas por cada 100 mil mulheres)

CEPAL - CEPALSTAT																
ESTADÍSTICAS DE GÉNERO																
Violencia contra la mujer																
Número de femicidios o feminicidios																
(Número absoluto)																
~																
País	Años															
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Argentina	[M]	...	...	...	...	...	...	...	...	...	225,00	235,00	254,00	251,00	255,00	
Brasil	[T]	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1151,00	[b]	1206,00	
Paraguay	[H]	...	32,00	27,00	16,00	30,00	27,00	32,00	36,00	25,00	32,00	18,00	39,00	[b]	53,00	59,00
Uruguay	[K]	...	...	...	25,00	26,00	35,00	26,00	26,00	23,00	18,00	29,00	24,00	23,00	30,00	

Información revisada al 23/SEP/2019

Fuentes

[H] Paraguay: - Policía Nacional y del Ministerio de la Mujer.

[K] Uruguay: - Observatorio Violencia y Criminalidad del Ministerio del Interior.

[M] Argentina: - Corte Suprema de Justicia de la Nación, Registro Nacional de Femicidios de la Justicia Argentina

[T] Brasil: - Secretarías Estaduales de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Monitor da Violência/G1; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Notas

b/ Información rectificada por el país durante la actualización 2019.

Fonte: (CEPAL 2020)

De uma maneira geral, diante dos dados acima apresentados, percebe-se o grau de desigualdade de gênero que ainda persiste nos países que compõe o Mercosul e como as políticas públicas necessitam de uma maior aproximação da sociedade civil, nomeadamente as camadas mais populares da população feminina. A disparidade de gênero no cerne da comunidade feminina é alta e carece de muitos ajustes para um melhor aproveitamento das políticas públicas recomendadas pelo Mercosul.

Finalizando, não se deixar de mencionar o período atual pela qual a sociedade global está enfrentando. A pandemia do coronavírus (COVID-19) tem destacado e aprofundado a importância do cuidado para a sustentabilidade da vida, um setor com pouca visibilidade na economia da região, mas que é um componente fundamental para o desenvolvimento. A sobrecarga nas mulheres que se dedicam diariamente ao trabalho doméstico e a cuidados não remunerados na região é 3x maior do que as dos homens e soma-se a isso o fato de que com o fechamento de escolas na região latino-americana e caribenha, ao menos 113 milhões de crianças encontram-se em casa. Se de um lado, o confinamento fez com que as muitas mulheres trabalhadoras domésticas permanecessem em seus locais de trabalho – muitas por motivos de persuasão – afastando-as de suas famílias e de suas privacidades, por outro lado, aquelas trabalhadoras que tiveram a opção de voltar pra casa, mesmo que diariamente, enfrenta o perigo a sua saúde e a de seus familiares por conta do deslocamento efetuado, em sua grande maioria, através do transporte público. Não obstante, há o fato de que muitas mulheres tiveram seus contratos de trabalho cancelados ou suas horas de trabalho reduzidas, diminuindo proporcionalmente seu trabalho (CEPAL 2020). O cancelamento de contratos de trabalho e o aumento da desigualdade de gênero é visível quando ilustramos o aumento da taxa de desemprego comparada com a dos homens. No Brasil, no último trimestre de 2020, a taxa de desempregos entre as mulheres foi de 14,9%, a dos homens foi de 12%.

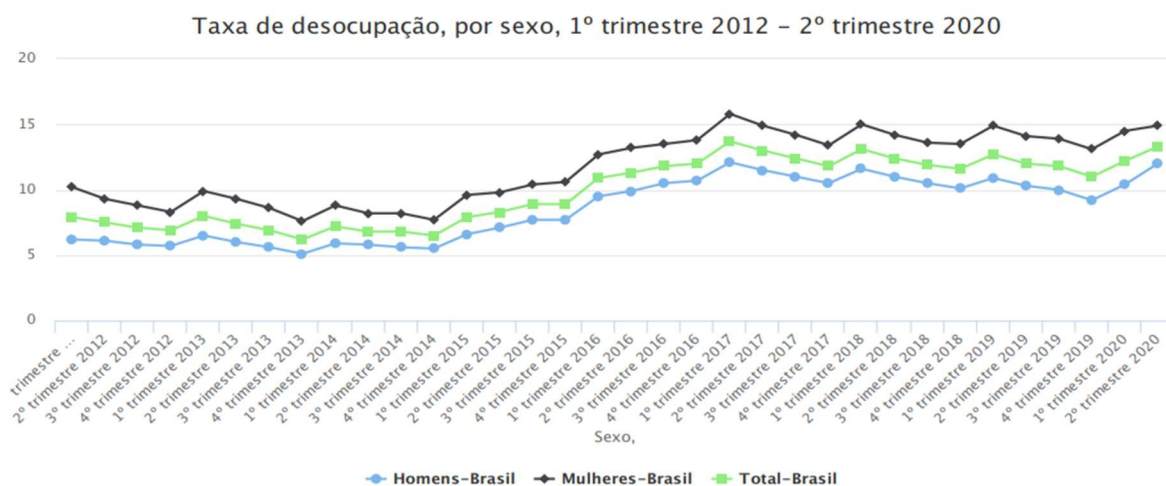


Gráfico IX – Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 – 2º trimestre 2020  
 Fonte: (IBGE 2020)

A violência contra a mulher mostrou-se também um fator bastante preocupante na pandemia. Com as políticas de isolamento, o número na violência contra as mulheres aumentou, principalmente a violência doméstica ocasionada por parceiros íntimos (Barbosa, et al. 2020). Mas somente a convivência permanente e restritiva não atua como fator causa das situações e violência, decorrendo também como fator agravante responsável pelo aumento das incidências, ou seja, o confinamento aumenta o já exarcebado ambiente de violência contra as mulheres (Stuker, et al. 2020). Nesse contexto, autoras expõem alguns fatores agravantes que juntamente com o isolamento, atuam como forças cooperativas das causas explicativas da violência contra as mulheres.

FATORES EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	FATORES AGRAVANTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA
Desigualdades de gênero; sistema patriarcal; cultura machista; e misoginia.	Isolamento social; impacto econômico; sobrecarga do trabalho reprodutivo às mulheres; estresse e outros efeitos emocionais; abuso de álcool e outras drogas; e redução da atuação dos serviços de enfrentamento.

Quadro III – Fatores explicativos e fatores agravantes da Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres (VDFM)

Fonte: (Stuker, et al. 2020)

De acordo com Barbosa, et al. (2020), os casos de assassinato de mulheres na cidade de São Paulo, no Brasil dobraram durante a quarentena, de modo que os pedidos de medidas protetivas de urgências feitas pelas mulheres aumentaram 29% no mês de março de 2020, em comparação com o mês anterior. A prisão em flagrante por violência contra a mulher também aumentou de 177 em fevereiro para 268 em março. As autoras atentam, porém, para a existência de subnotificações, onde menos de 40% das mulheres sob situação de violência denunciavam ou buscavam ajuda e menos de 10% procuravam ajuda policial.

Face ao breve exposto acima, as autoras explicam:

“A crise instaurada pela pandemia é da ordem social, econômica e sanitária e as medidas emergenciais necessárias adotadas podem, sem dúvida, aumentar a vulnerabilidade das mulheres. O isolamento social aliado à precarização dos vínculos de trabalho, o desemprego, a dupla jornada de trabalho (remunerado e não remunerado) exercida em casa e fora dela, pode resultar em mais violências, sobretudo institucionais, pois a injusta divisão sexual do trabalho em nossa sociedade sobrecarrega as mulheres, a quem é confiado também, o trabalho de cuidadora dos membros da família, como o cuidado com as crianças, idosos e doentes. Além disso, existem as mulheres, chefas de família monoparentais, que são impossibilitadas de acessar o direito a autoproteção uma vez que são obrigadas a trabalhar durante a quarentena para garantir seu sustento. Como exemplo é possível citar os profissionais de saúde, na sua maioria mulheres, empregadas domésticas, atendentes de lojas, supermercados, dentre outros. Por isso, é preciso pensar nessas mulheres e como a pandemia as tem afetado de formas diferentes.” (Barbosa, et al. 2020)

## Considerações finais

O tema Feminismo e Mercosul é um assunto que apresenta uma complexa abordagem por conta de todo o processo histórico na região latino-americana, cujas características coloniais, emancipatórias e desenvolvimentistas se fazem presentes até os dias atuais.

O feminismo dentro de uma análise teórica em um campo que ainda é dominado por pressupostos racionalistas e não reacionários é de extrema importância, vide sua conotação emancipadora e questionadora. A linha delimitadora que a tratativa do gênero impõe as teorias tradicionais das Relações Internacionais assume um caráter questionador e propulsor de críticas ao modo pelo qual os atores do sistema internacional tratam as questões relativas as mulheres. Do mesmo modo, o movimento feminista inserido em um sistema que corrobora com o modo patriarcal, assume um papel transformador no combate a essa sistematização do gênero como produto construído socialmente e que limita os direitos da mulher. Ambientado em uma região que possui características emancipatórias históricas, o feminismo latino-americano reclama uma posição desafiadora as normas estabelecidas desde o colonialismo, atribuídas a imagem da Igreja e do conservadorismo. Essas características anti-hegemônicas e de desvincilhamento se traduzem também no interior das teorias feministas, cuja vertente latino-americana é marcada pela tentativa de criação de uma teoria feminista latino-americana, com suas próprias particularidades e traços, onde suas lutas baseiam-se nas experiências das mulheres inseridas no seio da comunidade latina. Essas características foram fundamentais para o esforço contínuo de reconhecimento e institucionalização de políticas públicas voltadas para as mulheres, nomeadamente a igualdade de gênero no Mercosul.

O Mercosul, espaço marcado pelo objetivo integracionista de um mercado comum na região sul da América Latina, se estruturou a partir de dinâmicas político-econômicas que buscavam em seu início, equalizar as tarifas de bens, facilitando o trânsito de itens e mercadorias, fomentado a troca comercial entre seus membros e fortalecendo seu papel frente a conjuntura neoliberalista internacional decorrida da globalização. Com o avanço do amadurecimento institucional de sua estrutura e mudanças políticas e sociais na região, passou a realinhar seus objetivos baseados em diretrizes mais sociais e progressistas.

Nesse contexto, as organizações sociais, os movimentos feministas e as ONGs perceberam a oportunidade de colocar em pauta suas preocupações e reivindicações sobre direitos humanos, cidadania e integração, em uma perspectiva tanto nacional como regional. Durante esse processo, percebe-se que a direção integracionista do Mercosul acaba

por trabalhar no aprofundamento de políticas de perspectivas de gênero, seguindo uma tendência já iniciada em âmbito global.

Dessa forma, foi possível notar que o papel das ONGs feministas desencadearam um auxílio considerável na promoção de políticas de igualdade de gênero no Mercosul, assumindo um papel protagonista, frente a inércia do Estado, principalmente nos anos 1990. Paralelamente, tais fenômenos provocaram inúmeras contestações do movimento feminista, em uma onda de críticas e dúvidas sobre a incompatibilidade de objetivos das feministas. A institucionalidade das ONGs e as críticas sobre seu funcionamento, assumindo um caráter de corporação em um modo capitalista baseado no resultado, nos faz refletir sobre o processo histórico político-econômico desenvolvido na região latino-americana, desde a época colonial, em que o extrativismo exacerbado para a geração de riqueza moldou a estrutura sócio-econômica na região. É preciso compreender que o modo de operação das ONGs, principalmente as que recebiam cooperação internacional não é um fator novo na estrutura de políticas da região, mas sim, um condicionante anterior permeado por processos de produção baseados nas políticas liberais econômicas que sempre caracterizaram o histórico da América Latina.

Apesar das críticas perante as ONGS, o movimento feminista latino-americano continuou a desempenhar um papel relevante na inclusão e fortalecimento de políticas públicas no Mercosul. Prova disso, foi a criação da REM e posteriormente, da RMAAM, em um trabalho conjunto de várias ONGs, grupos e sindicatos de mulheres no estabelecimento de propostas e políticas para a promoção da igualdade de gênero. Através da análise de Atas e Normativas do Mercosul, podemos perceber que os movimentos feministas trabalharam e ainda continuam atuando, para tentar fortalecer sua institucionalidade. No transcorrer do desenvolvimento da REM, em seu início, constatamos que a participação da sociedade civil careceu de maior assertividade, porém, a partir de 2005, percebeu-se um aumento da sua presença, mas que não implicou em ações efetivas, de modo que as pautas e temas discutidos na reunião tiveram um caráter mais discursivo do que prático. A partir da mudança estrutural ocorrida em 2011, em que a REM torna-se RMAAM e assume um caráter ministerial, respondendo diretamente ao Conselho Mercado Comum (CMC), as reuniões passam a receber um número maior de participantes da sociedade civil e os objetivos das feministas caminham agora para uma maior institucionalidade dentro do Mercosul. Suas recomendações e diretrizes chegam com maior assertividade dentro da estrutura organizacional. Um ponto importante a ser compreendido na análise é que, apesar da RMAAM ter um caráter ministerial, suas políticas são estabelecidas como recomendações ou diretrizes, em que cabe ao CMC aprová-las ou não.

Constatamos que algumas recomendações não foram aprovadas imediatamente, levando até anos para suas efetivações. Essa é uma questão que nos permite identificar a fragilidade da RMAAM e que também evidencia a debilidade institucional do Mercosul. Tendo como base inspiradora a União Europeia, o Mercosul foi criado tentando seguir o mesmo molde, porém algumas características acompanharam o desenvolvimento político da região latino-americana, como a forma de governo. Em um continente, onde na maioria dos países se pratica uma forma presidencialista de governo, o exercício do poder recai sobre uma única mão, a do presidente. Dessa forma, ao criar o Mercosul, não foi concedido a organização um poder supranacional, em que as determinações precisam ser obedecidas. Quando há uma decisão dos três principais órgãos da organização, a obrigatoriedade na sua execução pode não ser exercida. Percebe-se, nesse sentido, que a institucionalização até hoje percorrida, ainda demandará muitos degraus.

Contudo, podemos detectar que o trabalho das feministas ajudou a produzir uma gama de projetos e políticas, especialmente intra-Mercosul. A transversalidade ajudou a desenvolver parcerias, levando o tema da igualdade de gênero e da introdução da perspectiva de gênero para outras instâncias e grupos de trabalho, fazendo com que as políticas para as mulheres alcançassem um número maior de mulheres nos Estados membros do Mercosul. Porém, é a acessibilidade do movimento feminista à esses projetos, nomeadamente, as mulheres das camadas mais populares dos países, que implica em compreender como os Estados ajudam a executar tais políticas na esfera doméstica.

Através da evidência de dados estatísticos, percebemos que as desigualdades de gênero na região ainda persistem. Podemos notar que as atividades econômicas exercidas por homens e mulheres apresentam ainda grandes diferenças. São as mulheres que passam mais tempo com afazeres domésticos, assim como são elas que trabalham mais, quando se considera atividades relacionadas a agricultura, comércio e serviços. Apesar do aumento do número de mulheres no mercado, a participação do homem nos trabalhos não remunerados é baixa, mostrando a alta disparidade de gênero. No ranking Global Gender Gap do Fórum Econômico Mundial, índice que mede a paridade de gênero global, os países do Mercosul tem diminuído seus graus de diferença entre mulheres e homens, mas está longe do nível considerado aceitável.

Percebemos também em um outro dado, que os números de violência contra a mulher na região aumentaram, o que vai de encontro as campanhas de políticas de enfrentamento que observamos no Mercosul e nos faz refletir sobre a real eficácia dos políticas públicas. Nesse contexto, um outro dado mencionado que nos faz repensar, é a pesquisa realizada no Brasil que identifica o número de pessoas que se auto intitulam anti feministas. Esse dado nos apresenta um panorama geral da proporção de mulheres que

dizem não serem ligadas ao feminismo e demonstra que uma parcela considerável da população brasileira não corrobora com os movimentos feministas. Em uma última análise, consideramos importante ponderar, dentro de um contexto latino-americano, mas que remete a uma realidade global, os efeitos consequentes da pandemia do Covid-19. Em uma região já marcada por desigualdades entre homens x mulheres, a pandemia tem atuado como fator agravante dessas situações, levando ao aumento do número de mulheres desempregadas e a sobrecarga da responsabilidade, sobretudo na vida privada, uma vez que são as mulheres que dispõem mais horas nos cuidados com a família e as crianças.

Todos esses pontos nos fazem refletir sobre como o trabalho dos movimentos feministas torna-se importante em meio a situações com o qual passamos e estamos passando. A influência dos movimentos feministas no Mercosul, ademais de todos os resultados positivos dentro da organização, ainda carece de muitos ajustes, principalmente no retorno dessas políticas as mulheres da região. Cabe considerar qual a melhor forma de atingir esses objetivos de uma forma que a sociedade possa usufruí-los.

## Bibliografia

- Ackerly, Brooke A., Maria Stern, e Jacqui True. "Feminist methodologies for International Relations." Em *Feminist Methodologies for International Relations*, edição: Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, 1-15. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Adrião, Karla Galvão, Maria Juracy Filgueiras Toneli, e Sônia Weidner Maluf. "O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia." *Estudos Feministas* 19, nº 3 (2001): 661-681.
- Aguiar, Bruna Soares de, e Matheus Ribeiro Pereira. "O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro." *Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade de São Carlos* 7, nº 3 (2019): 8-35.
- Aguiar, Diana. "As Redes Feministas Transnacionais e as Organizações Internacionais: diferentes visões do processo de desenvolvimento." *Cena Internacional*, 2007.
- Álvarez, Sonia E. "Feminismos Latinoamericanos." *Revista Estudos Feministas* 6, nº 2 (1998): 265-284.
- Álvarez, Sonia E. "Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista." *Cadernos pagu* 43, nº janeiro-junho (2014): 13-56.
- Álvarez, Sonia E., et al. "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos." *Revista Estudos Feministas* 11, nº Julho/Dezembro (2003): 541-575.
- Álvarez, Sonia. "El boom de organizaciones feministas no gubernamentales en América Latina." Em *Género, feminismo y masculinidad en América Latina*, edição: Marina Sandoval, 51-79. 2001.
- Álvarez, Sonia. "Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento." *Revista Feminismos* 2, nº 1 (2014): 57-77.
- Amaral, Ana Luísa, e Marinela Freitas. *Novas cartas portuguesas: entre Portugal e o mundo*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2014.
- Augusto, Amélia, Catarina Sales Oliveira, Emília Araújo, e Carla Siqueira. "The Place for Gender Research in Contemporary Portuguese Science and Higher Education Policies within the Context of Neo-liberalism." Em *Gender Studies and the New*

*Academic Governance - Global Challenges, Glocal Dynamics and Local Impacts*, edição: Heike Kahlert, 106-128. Wiesbaden: Springer VS, 2018.

Azar, Paola, Lilián Celiberti, e Alma Espino. “La perspectiva de género em el marco de la integración regional en el MERCOSUR: hacia la construcción de uns institucionalidad equitativa.” Comisión sectorial para el mercosur - COMISEC - Oficina de Planeamiento y Presupuesto, 2005.

Bahri, Deepika. “Feminismo e/no pós-colonialismo.” *Revista Estudos Feministas*, maio-agosto de 2013: 659-688.

Ballestrin, Luciana Maria de Aragão. “Feminismos Subalternos.” *Estudos Feministas*, 25 (3): 530, Set/Dez de 2017: 1035-1054.

Barbosa, Jeanine Pacheco Moreira, Rita de Cassia Duarte Lima, Gabriela de Brito Martins Santos, Solange Drumond Lanna, e Maria Angélica Carvalho Andrade. “SCIELO.” 14 de 05 de 2020. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328> (acesso em 09 de 09 de 2020).

Bernal-Meza, Raúl. “Contemporary Latin American thinking in International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2016: 1-32.

Bozzano, Caroline Betemps. “Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos.” *Revista Estudos Feministas*, 27 (1), 2018: 1-7.

Burchill, Scott, e Andrew Linklater. “Introduction.” Em *Theories of International Relations*, edição: Scott Burchill, et al., 1-28. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

CAN. *Comunidade Andina*. 2020. <http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=361&tipo=TE&title=genero-igualdad-oportunidades&padre=343> (acesso em 12 de 08 de 2020).

Canavae, Doris Lamus. “Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos.” *Revista de la Universidad Bolivariana* 8, nº 24 (2009): 95-109.

Carbin, Maria, e Sara Edenheim. “The intersecction turn in feminist theory: A dream of a common language?” *European Journal of Women’s Studies* 20, nº 3 (2013): 233-248.

- Carosio, Alba. “El feminismo latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI.” *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer* 14, nº 33 (2009): 1-6.
- Castells, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação, volume 2*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CEPAL. *Mulheres Afrodescendentes na América Latina e no Caribe - Dívidas de igualdade*. Santiago: Nações Unidas, 2018.
- . *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe*. 2020. <https://oig.cepal.org/pt/node/1631> (acesso em 08 de 09 de 2020).
- CEPAL. *Planes de igualdad de género en América Latina y el Caribe: Mapas de ruta para el desarrollo*. Santiago: Nações Unidas, 2019.
- Connell, Robert W., e James W. Messerschmidt. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.” *Revista Estudo Feministas* janeiro-abril, nº 21 (2013): 241-282.
- Connell, Robert W., e Julian Wood. “Globalization and Business Masculinities.” *Men and Masculinities* 7, nº 4 (2005): 347-364.
- Cypriano, Breno. “Construções do pensamento feminista latino-americano.” *Revista Estudos Feministas*, janeiro-abril 2013: 11-39.
- DATAFOLHA. *Instituto de Pesquisas Datafolha*. 2019. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987743-38-das-mulheres-brasileiras-se-consideram-feministas.shtml> (acesso em 09 de 09 de 2020).
- Enloe, Cynthia H. *Bananas, Beaches and Bases: Making Sense of International Politics*. 2nd edition. California: University of California Press, 2014.
- Espino, Alma. “Impacting Mercosur’s gender policies: experiences, lessons learned, and the ongoing work of civil society in Latin America.” Montreal: Forum International de Montréal, 2008.
- Faria, Nalu, e Renata Moreno. “Feminismo e Integração da América Latina e Caribe.” Outubro de 2007. <https://www.sof.org.br/feminismo-e-integracao-da-america-latina-e-do-caribe/> (acesso em 13 de 06 de 2020).
- Fernós, María Dolores. “National mechanism for gender equality and empowerment of women in Latin America and the Caribbean region.” *Serie mujer y desarrollo - CELAC*, nº 102 (2010): 1-64.

- Ferretto, Martina, e Yamila Picasso. “La agenda de género en el Mercosur: logros y desafíos, qué ocurre con los derechos sexuales y reproductivos.” *Revista Eletronica. Instituto de Investigaciones Ambrosio L. Gioja* 20, n° Junio-Noviembre (2018): 35-64.
- Fischer, Amalia. “Los complejos caminos de la autonomía.” *Nouvelles Questions Féministes* 24, n° 2 (2005): 54-78.
- Fraser, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história.” *Revista Mediações*, Jul/Dez de 2009: 11-33.
- Gamba, Susana. “Feminismo: historia y corrientes.” *Mujeres en Red. El periódico feminista*, 03 2008: 1-8.
- García, Alejandra Morales, Stephanie González, e Natalia Maya Llano. “Feminismos en América Latina y el Abya Yala: Trayectorias de acción y reflexión política.” Ciudad de Monterrey: Instituto de Estudios Políticos - Universidad de Antioquia, 2019.
- García, Carmen Teresa, e Magdalena Valdivieso. “Una aproximación al Movimiento de Mujeres en America Latina.” Enero de 2006. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal18/AC18GarciaValdivieso.pdf> (acceso em 04 de 06 de 2020).
- Gargallo, Francesca. “Feminismo Latinoamericano.” *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer* 12, n° 28 (2007): 17-34.
- . *Ideas feministas latinoamericanas*. Segunda edición. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.
- Hoffmann, Andrea Ribeiro. “Women in Leadership in Latin America Regionalism.” *Desafíos* 31, n° 1 (2019): 349-362.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2020. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=series-historicas> (acceso em 09 de 09 de 2020).
- IDEA. *Regional Organizations, Gender Equality and the Political Empowerment of Women*. Stockholm: IDEA, 2017.
- IPEA. “IPEA.” 2019. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6593-190605atlasdaviolencia2019.pdf> (acceso em 09 de 09 de 2020).

- Iturbide, Laura Ximena. “Feminismo populista en siglo XXI.” Em *El futuro de la igualdad en América Latina y el Caribe: Ensayos breves*, edição: CEPAL, 29-36. Santiago: Naciones Unidas, 2018.
- Jelin, Elizabeth. “Ciudadania, movimientos sociales y Mercosur.” 2002. <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/claspo/workingpapers/ciudadania.pdf> (acesso em 14 de 08 de 2020).
- Jelin, Elizabeth. “Dialogues, understandings and misunderstandings: social movements in MERCOSUR.” *International Political Science Review* 22, nº 1 (2016): 37-48.
- Krook, Mona Lena, e Jacqui True. “Rethinking the life cycles of international norms: The United Nations and the global promotion of gender equality.” *European Journal of International Relations*, 27 de February de 2012: 103-127.
- Kurki, Milja, e Colin Wight. “International Relations and Social Science.” Em *International Relations Theories - Discipline and Diversity*, edição: Tim Dunne, Milja Kurki e Steve Smith, 14-35. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Laba, Vanesa Paula Vásquez. “Historia y debates del Feminismo Contemporáneo en América Latina.” *Revista Gestión de las personas y tecnología* Agosto, nº 20 (2014): 16-27.
- Luna, Lola G. *Los movimientos de mujeres en America Latina y la renovación de la historia*. México: Fem-e-libros, 2004.
- Malamud, Andrés. “Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for A Successful Experience.” Em *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*, edição: Finn Laursen, 53-73. New York: Ashgate, 2003.
- Martins, Ana Paula Antunes. “O sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade.” *Revista Café com Sociologia*, 2015: 231-245.
- Matos, Marlise. “Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?” *Rev. Sociol. Polít.*, 2010: 67-92.
- Matos, Marlise, e Clarisse Paradis. “Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales.” *Revista de Ciencias Sociales* Septiembre, nº 45 (2013): 91-107.
- Mazzariello, Carolina Cordeiro, e Lucas Bulgarelli Ferreira. *Enciclopédia de Antropologia da Universidade de São Paulo*. 2015. <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gênero> (acesso em 14 de Maio de 2020).

- Mendoza, Breny. *Hacia una nueva teoria feminista latinoamericana (a partir del golpe de estado en Honduras)*. 2009. <http://hondurasenlucha.blogspot.com/2009/11/hacia-una-nueva-teoria-feminista.html> (acesso em 20 de 05 de 2020).
- MERCOSUL. “Comunicados Presidenciais.” 29 de 07 de 2014. [https://documentos.mercosur.int/simfiles/comunicados/53475\\_ATTQJGYP.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/comunicados/53475_ATTQJGYP.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- . “Documentos e Normativas.” 17 de 12 de 1994. <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/> (acesso em 27 de 07 de 2020).
- . “MERCOSUL.” 19 de 12 de 2011. [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/42541\\_DEC\\_024-2011\\_PT\\_Reuni%C3%A3o%20Altas%20Autoridades%20da%20Mulher.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/42541_DEC_024-2011_PT_Reuni%C3%A3o%20Altas%20Autoridades%20da%20Mulher.pdf) (acesso em 05 de 08 de 2020).
- . *Mercosul Mulher*. 2020. <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/mulher/> (acesso em 09 de 08 de 2020).
- . “Normativas.” 16 de 07 de 2015. [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/58098\\_REC\\_005-2015\\_PT\\_%20Morte%20viol%20mulh-Femicidio.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/58098_REC_005-2015_PT_%20Morte%20viol%20mulh-Femicidio.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- . “Normativas.” 04 de 12 de 2019. [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/75836\\_REC\\_005-2019\\_PT\\_FERR\\_Abordagem%20Integral%20Violencia%20Simbolica%20Mediati ca.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/75836_REC_005-2019_PT_FERR_Abordagem%20Integral%20Violencia%20Simbolica%20Mediati ca.pdf) (acesso em 26 de 08 de 2020).
- . “Normativas.” 28 de 07 de 2014. [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/54082\\_DEC\\_013-2014\\_PT\\_Diretrizes%20Politica%20Igual%20Genero%20ORMAAM.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/54082_DEC_013-2014_PT_Diretrizes%20Politica%20Igual%20Genero%20ORMAAM.pdf) (acesso em 26 de 08 de 2020).
- . “PUBLICAÇÕES.” 27 de 02 de 2020. <https://www.mercosur.int/pt-br/midia/publicacoes/> (acesso em 09 de 09 de 2020).
- . “Reunião Especializada da Mulher.” 30 de 10 de 2008. [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/17425\\_REM\\_2008\\_ACTAO2\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/17425_REM_2008_ACTAO2_PT.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).

- “Reuniões do Conselho do Mercado Comum.” 06 de 12 de 1995.  
[https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/200\\_CMC\\_1995\\_ACTA\\_02\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/200_CMC_1995_ACTA_02_ES.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- “Reuniões do Conselho do Mercado Comum.” 14 de 06 de 1999.  
[https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/207\\_CMC\\_1999\\_ACTA\\_01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/207_CMC_1999_ACTA_01_ES.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- “Reuniões do Conselho do Mercado Comum.” 05 de 12 de 2002.  
[https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/249\\_CMC\\_2002\\_ATAO\\_2-Corr1\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/249_CMC_2002_ATAO_2-Corr1_PT.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- “Reuniões do Conselho do Mercado Comum.” 15 de 12 de 2006.  
[https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/268\\_CMC\\_2006\\_ACTA\\_02\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/268_CMC_2006_ACTA_02_PT.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- “Reuniões do Conselho do Mercado Comum.” 05 de 12 de 2019.  
[https://documentos.mercosur.int/simfiles/comunicados/75384\\_Comunicado%20Conjunto%20Estados%20Partes\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/comunicados/75384_Comunicado%20Conjunto%20Estados%20Partes_PT.pdf) (acesso em 25 de 08 de 2020).
- *Saiba mais sobre o Mercosul*. 2020. <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-merc-sul> (acesso em 27 de 07 de 2020).

Mohanty, Chandra Talpade. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses.” *On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism*, Spring-Summer de 1984: 333-358.

Molina, Caroline Buosi. *Influências da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) do MERCOSUL na construção de políticas públicas para as mulheres rurais no Paraguai e Uruguai*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

Monegat, Maria Luiza Baron, e Rosa Maria Zaia Borges. “Políticas Públicas para Igualdade de Gênero no Mercosul.” Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2017.

Monte, Izadora Xavier do. “O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.” *Estudos Feministas*, Janeiro-Abril 2013: 59-80.

Monteiro, Kimberly Farias, e Leilane Serratine Grubba. “A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas.” *Direito e Desenvolvimento*, 2017: 261-278.

- Monteiro, Nayara de Lima. “A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul: alcances e limitações a partir das relações de poder.” João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.
- Nicolás, Monike. “Resistencias teóricas y prácticas a la integración de la metodología feminista en la disciplina de Relaciones Internacionales.” *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Junio de 2005: 1-16.
- Oliveira, Catarina Sales, e Amélia Augusto. “El gender mainstreaming en la academia portuguesa.” *Ciencia, Técnica y Mainstreaming Social* 1, n° Abril (2017): 1-11.
- ONU. *UN Women*. s.d.  
<https://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm> (acesso em 29 de 06 de 2019).
- Osorio, Axel Rivera. “Feminismo, reconocimiento y tolerancia.” *Debate Feminista* 58, n° 29 (2019): 123-145.
- Paradis, Clarisse Goulart. “Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais das mulheres na América Latina.” Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- Paradis, Clarisse. “O papel e o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina: uma quarta onda do feminismo em curso na região?” Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013.
- Perez, Olívia, e Arlene Ricoldi. “A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos.” Caxambu: ANPOCS, 2018.
- Pinto, Céli Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder.” *Rev. Sociol. Polít.*, Junho de 2010: 15-23.
- . “Feminismo, História e Poder.” *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba v. 18, n. 36, 06 de 2010: 15-23.
- Piscitelli, Adriana. “Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas.” Em *Gênero e Ciências Humanas - desafio às ciências desde a perspectiva de mulheres*, edição: Neuma Aguiar, 31-48. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- Ramos, Víctor Hugo. “La identidad latinoamericana: proceso contradictorio de su construcción-desconstrucción-reconfiguración dentro de contextos globales.” *universitas humanística no. 73*, enero-junio de 2012: 15-58.

- Rao, Aruna, e David Kelleher. "Is there life after gender mainstreaming?" *Gender and Development* 13, nº 2 (2005): 57-69.
- Razavi, Shahrashoub, e Carol Miller. *From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse*. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1995.
- Rodrigues, Liliana, Nuno Santos Carneiro, e Conceição Nogueira. "Problematização do Feminismo Interseccional: o lugar das pessoas trans(género) no Brasil e em Portugal." Em *Múltiplas Discriminações*, edição: Manuela Tavares, 33-55. Lisboa: UMAR, 2018.
- Santos, Luana Marina dos. "A influência dos movimentos sociais das mulheres nos processos decisórios do Mercosul: uma breve análise a partir dos elementos propulsores do fenômeno da globalização." *Cadernos Prolam/USP* 18, nº 34 (2019): 118-141.
- Schmidt, Rita Terezinha. "Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada." *Estudos Feministas* 14, nº 3 (2006): 765-799.
- Scott, Joan W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis." *The American Historical Review* 91, nº 5 (1986): 1053-1075.
- Shayne, Julie. *Feminism Activism in Latin America*. 2007. [http://www.julieshayne.net/Ency\\_FemActv.pdf](http://www.julieshayne.net/Ency_FemActv.pdf) (acesso em 02 de 06 de 2020).
- Silva, Telma Gurgel da. "Feminismo e Políticas Públicas na América Latina: relação com o Estado e dilemas estratégicos no século XXI." *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: UFMA, 2007. 1-8.
- . "Feminismo e Políticas Públicas na América Latina: relação com o Estado e dilemas estratégicos no séculos XXI." *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007. 1-8.
- Smith, Steve. "Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory." Em *International Relations Theories - Discipline and Diversity*, edição: Tim Dunne, Milja Kurki e Steve Smith, 1-13. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Stuker, Joana Alencar. Paola, Carolina Tokarski, Iara Alves, e Krislane de Andrade. "Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada." 06 de 2020. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=nota+t%C3%A9cnica&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com\\_search](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=nota+t%C3%A9cnica&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search) (acesso em 09 de 09 de 2020).

- Tickner, Ann. "Feminism meets International Relations: some methodological issues." Em *Feminist Methodologies for International Relations*, por Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, 19-41. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Tickner, J. Ann. "Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation." *Millennium - Journal of International Studies*, 1988: 429-440.
- Tickner, J. Ann. "You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists." *International Studies Quarterly* (41), 1997: 611-632.
- Tickner, J. Ann, e Laura Sjoberg. "Feminism." Em *International Relations Theories: Discipline and Diversity*, por Tim Dunne, Milja Kurki e Steve Smith, 205-223. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- True, Jacqui. "Feminismo." Em *Theories of International Relations*, por Scott Burchil, Andrew Linklater, Jack Donnelly Richard Devetak, Matthew Paterson, Christian Reus-Smith e Jacqui True, 213-234. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- True, Jacqui. "Mainstreaming gender in international institutions." Em *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*, edição: Laura J. Shepherd, 227-239. London: Routledge, 2014.
- True, Jacqui. "The Ethics of Feminism." Em *The Oxford Handbook of International Relations*, por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, 408-421. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- UPS. "Construindo o mapa da participação social no Mercosul." Montevideu: Mercosul, 2016.
- Valdés, Teresa. "El Mercosur y el movimiento de mujeres: un espacio para la ampliación de ciudadanía?" Em *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*, edição: Elizabeth Jelin, 245-277. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- Valdivieso, Magdalena. "Aportes e incidencias de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina." Em *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*, edição: Alba Carosio, 19-42. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- Vargas, Virginia. "El movimiento feminista latinoamericano: entre la esperanza y el desencanto." Em *Mujeres y Participación Política - Avances y desafíos en América Latina*, edição: Magdalena León, 45-67. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

- Vargas, Virginia. "Feminism and Democratic Struggles in Latin America." Em *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*, edição: Rawwida Baksh e Wendy Harcourt, 534-552. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Vargas, Virginia. *Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio*. Caracas: CLACSO, 2002, 307-316.
- Vasconcelos, Francis Emmanuelle Alves. *Gênero, uma palavra (mal)dita: usos e apropriações de uma categoria analítica dentro e fora da academia*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.
- WEF. *Global Gender Gap Report*. Geneva: World Economic Forum, 2020.
- Weldon, Laurel. "Inclusion and understanding: a collective methodology for feminist International." Em *Feminist Methodologies for International Relations*, por Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, 62-87. Cambridge: Cambridge Press University, 2006.
- Wibben, Annick T. R. "Feminist International Relations: Old Debates and New Directions." *The Brown Journal of World Affairs*, 200 2004: 97-114.
- Withworth, Sandra. "Feminism." Em *The Oxford Handbook of International Relations*, por Christian Reus-Smith e Duncan Snidal, 391-407. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- Youngs, Gillian. "Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live in." *International Affairs* 80, I, 2004: 75-87.